

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**PARQUE ITAIMBÉ - SANTA MARIA/RS:
GÊNESE DE UM ESPAÇO PÚBLICO/PRIVADO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Marcia Isabel de Vargas Benaduce

**Santa Maria, RS, Brasil
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PARQUE ITAIMBÉ - SANTA MARIA/RS:
GÊNESE DE UM ESPAÇO PÚBLICO/PRIVADO**

Por

Marcia Isabel de Vargas Benaduce

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientadora: Prof^a. Eliane Maria Foletto, Dr^a.

**Santa Maria, RS, Brasil
2007**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Mestrado Em Geografia**

A comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**PARQUE ITAIMBÉ - SANTA MARIA/RS:
GÊNESE DE UM ESPAÇO PÚBLICO/PRIVADO**

elaborada por
Marcia Isabel de Vargas Benaduce

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Eliane Maria Foletto, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Gilda Maria Cabral Benaduce, Dr^a. (UFSM)

Sandra Ana Bolfe, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 21 de agosto de 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da UFSM, em especial à minha orientadora, pela preciosa colaboração.

Agradeço a todas as pessoas e instituições que forneceram informações e materiais para a pesquisa, e que não foram citadas nos resultados.

Agradeço aos colegas de curso e à minha família pelo apoio.



[...] um terreno baldio pode ser melhor que um jardim de rosas,
a menos que as rosas sejam nossas.

(Kevin Lynch)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

**PARQUE ITAIMBÉ - SANTA MARIA/RS:
GÊNESE DE UM ESPAÇO PÚBLICO/PRIVADO**
AUTORA: MARCIA ISABEL DE VARGAS BENADUCE
ORIENTADORA: ELIANE MARIA FOLETO
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 21 de agosto de 2007.

O presente estudo objetiva investigar o processo de construção do Parque Itaimbé, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, para compreender a atual função do mesmo como espaço público-privado. Essa foi uma obra viabilizada pelo programa Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (Cura) na administração de Osvaldo Nascimento da Silva (1977-1982). Os objetivos específicos da pesquisa foram: realizar uma análise do processo de uso e ocupação da área do parque e seu entorno no período compreendido entre o início da obra e a atualidade; avaliar como as transformações afetaram o cotidiano dos moradores e investigar o papel do poder público no planejamento e execução da obra. Os principais procedimentos metodológicos realizados para alcançar esses objetivos foram: análise temporal da área através de materiais diversos, atualização das informações e reconhecimento das configurações espaciais em campo, levantamento fotográfico e realização de entrevistas. O resultado está estruturado em seis capítulos: introdução, caracterização da área em estudo, metodologia, fundamentação teórica, resultados e discussão e conclusões e recomendações. A dissertação está constituída ainda pela bibliografia e pelos anexos (textos e imagens que não foram incluídos em seu corpo principal). Concluiu-se o processo de construção do parque e sua posterior manutenção envolveram muitas falhas: reduzida participação popular, alterações indevidas do projeto original, gestão equivocada, entre outras, o que impede a população de criar vínculos e valorizar o espaço como uma área de lazer, recreação ou simples convivência social. Para mudar esse quadro seria necessário criar novas funções para a área, adaptadas às exigências contemporâneas, e evitar que os erros históricos sejam repetidos quando se planejar e executar novos parques para a cidade.

Palavras-chave: parque urbano; espaço público; poder público

ABSTRACT

Mastership Dissertation
Post-graduation Program in Geography and Geo-Sciences
Federal University of Santa Maria

ITAIMBÉ PARK - SANTA MARIA/RS
CREATION OF A PUBLIC/PRIVATE SPACE
AUTHOR: MARCIA ISABEL DE VARGAS BENADUCE
SUPERVISOR: ELIANE MARIA FOLETO
Date and local of defense: Santa Maria, August 21th 2007.

The present study aims to investigate the process of construction of 'Itaimbé' Park, in Santa Maria, Rio Grande do Sul state to understand its current function as a public/private space. This construction was possible because of the program 'Urban Community for an Accelerated Recovery' in the administration of Osvaldo Nascimento da Silva (1977-1982). The specific objectives of this research were: to carry out an analysis of the process of usage and occupation of the park area and its surroundings in the period within the beginning of the construction and nowadays; evaluate how the transformations affected the daily lives of the inhabitants and investigate the role of the public governments in planning and executing the building. The principal methodological procedures carried out to reach these goals were: time analysis of the area through several materials, up-to-date information collecting and recognition of field space configurations, photographic survey and interviews. The result is structured in six chapters: introduction, characterization of the studied area, methodology, theoretical thesis, results and discussions and finally, conclusions and recommendations. The dissertation is still composed by the bibliography and by the attached material (texts and images which have not been included in its main body). It is concluded that the process of building the park and its consequent maintenance involved many faulty aspects: reduced popular participation, irregular alterations in the original project, wrong management, among others, it ends up not having involvement with the population and has no value as a leisure, recreational area or one which can simply be used for social co-existence. In order to change this situation it would be necessary to create new functions for that area, adapting it to the cotemporaneous demands to avoid the same historical mistakes when planning and building new parks in the city area.

Key words: urban park; public space; public power

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ao centro, o Parque Itaimbé, estendendo-se no sentido S-N. No primeiro plano, Setor 5, ao fundo, setores 4 e 3	17
Figura 2 – Localização do Parque Itaimbé em relação aos bairros de Santa Maria e sua divisão em setores (meramente ilustrativa, sem escala)	18
Figura 3 – A delimitação entre o Parque Itaimbé, à esquerda, e o estacionamento do Hotel Itaimbé, à direita, não é clara, tanto no papel como no espaço	19
Figura 4 – Ao centro, o Parque Itaimbé, estendendo-se no sentido S-N. No primeiro plano, o setor 5, ao fundo, setores 4 e 3	74
Figuras 5, 6, 7, 8 e 9 – De cima para baixo, da esquerda para a direita: o Itaimbé antes da construção do Parque Itaimbé; equipe da Prefeitura fazendo vistoria para o início das obras; trecho entre a Rua Tuiuti e a Rua Pinheiro Machado; em primeiro plano o Centro de Atividades Múltiplas, logo após o quiosque e as pistas laterais e, ao fundo, as rampas construídas no viaduto da Rua Silva Jardim; em primeiro plano, a construção das quadras, ao fundo, o viaduto da Rua Silva Jardim	75
Figuras 10, 11 e 12 – Da esquerda para a direita: cenário anterior à construção do Parque Itaimbé no Setor 1 (1979/80); construção do quiosque no Setor 1 (1979/80); abertura da via no Setor 1 (1979/80)	75
Figura 13 – Parque Itaimbé – setores	80
Figura 14 – Elenco geral de obras executadas – Projeto Sinuelo (Programa CURA)	82
Figuras 15 e 16 – À esquerda: área do Itaimbé em 1966, no sentido S-N; à direita: área do Itaimbé em 2006, no sentido S-N, com escala aproximada de 1:17 000	90
Figuras 17 e 18 – Antiga ponte de pedra da ferrovia no Setor 1, abandonada e descaracterizada	97
Figuras 19 e 20 – Prédio do SESC no Setor 1, cuja construção inviabilizou qualquer nova proposta para aproveitamento da antiga estrutura da ponte	97
Figura 21 – Hotel Itaimbé	98

Figura 22 – O quiosque do Setor 5, praticamente abandonado, serve em geral como abrigo para moradores de rua	99
Figura 23 – Inauguração do Centro Administrativo Municipal em 15 de novembro de 1984	100
Figura 24 e 25 – Centro Administrativo Municipal antes e depois da reforma parcialmente concluída	100
Figura 26 – Charge ironizando o atraso na inauguração da reforma do Centro Administrativo Municipal	101
Figura 27 – Flagrante de uma gestão equivocada: um antigo espelho-d'água foi modificado para dar lugar a uma estrutura artística, que nunca foi concluída, e é atualmente utilizada pelos praticantes de <i>parkour</i> e alvo de pichações	102
Figura 28 – Flagrante de uma gestão a serviço de interesses privados: o limite de quatro andares para os novos edifícios no parque jamais foi respeitado	103
Figuras 29 e 30 – Subutilização das áreas de esporte e lazer: em uma quinta-feira ensolarada, nenhuma pessoa utiliza os equipamentos	106
Figuras 31 e 32 – Subutilização das áreas de esporte e lazer: em um domingo nublado, a situação não é muito diferente daquela mostrada nas figuras anteriores	107
Figuras 33 e 34 – Eventos no parque, como o show do Dia do Trabalhador no dia 1 de maio de 1996, tornaram-se raros (à esquerda), mas com o programa <i>O Itaimbé é nosso</i> , em 2006, comprovou-se que falta somente um incentivo dos órgãos competentes para a população ocupar o espaço (à direita)	108
Figura 35 – Grande buraco causado pela infiltração no Setor 5 do parque, demonstrando descaso aliado ao uso de material com baixa qualidade	109
Figuras 36 e 37 – Clube do Gaúcho, associação tradicionalista, que ocupa o quiosque do Setor 1 (à esquerda) e Bar e Lancheria Pompeu, que ocupa o quiosque do Setor 2 (à direita)	111
Figuras 38, 39 e 40 – Da esquerda para a direita: nos muros do Setor 3, o tênue limite entre o grafite e a pichação; até mesmo a sede da Vigilância Municipal é alvo dos vândalos, tendo sua fachada totalmente pichada; concha acústica logo após a reforma no parque: pichações sobre a nova pintura	113
Figuras 41 e 42 – O Poder público também é responsável: além da pichação usual, o material de construção amontoado na calçada do Setor 2 (à esquerda), e calçadas quebradas e lixo amontoado embaixo do viaduto da rua Venâncio Aires	113

Figuras 43, 44 e 45 – As lixeiras existem, mas seu uso é inadequado: muitas delas são para lixo acondicionado em sacos, mas a população ignora o fato, fazendo com que haja mais lixo espalhado fora do que dentro das mesmas 115

Figuras 46 e 47 – Problema de infra-estrutura: um dos três sanitários existentes no Parque Itaimbé fica no Centro de Atividades Múltiplas, mas este em geral está com as portas cerradas; já o sanitário do quiosque no Setor 5 tem seu uso praticamente impossibilitado pela falta de cuidado e higiene 116

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Zoneamento do Parque Itaimbé de acordo com Projeto Sinuelo (CEDRO, 1978, p. 64-68)	95
Quadro 2 – Custos - Parque Itaimbé (CEDRO, 1978, p. 89)	103

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Lei Municipal Nº 1376/69, de 10-03-1969	130
ANEXO B – Decreto Executivo Nº 85/66, de 14-03-1966	131
ANEXO C – Decreto Executivo Nº 31/69, de 18-11-1969	132
ANEXO D – Lei Municipal Nº 3649/93, de 28-05-1993	133
ANEXO E – Lei Municipal Nº 4896, de 13-04-2006.....	135
ANEXO F – Fotografias da área destinada ao novo parque municipal de Santa Maria	137
ANEXO G – Fotografia aérea oblíqua do Itaimbé antes da construção do parque, no sentido N-S	138

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO	16
3 METODOLOGIA	21
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
4.1 Espaço urbano/intra-urbano	26
4.2 Espaços públicos	28
4.2.1 Espaços livres públicos	36
4.2.1.1 Parques	39
4.2.1.2 Parques urbanos – importância ambiental	55
4.3 Produção do espaço pelo poder público (Estado)	59
4.3.1 Planejamento – instrumento do poder público para a (re)urbanização	63
4.3.2 Programa Cura – Poder público como agente de (re)urbanização	69
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	73
5.1 Programa Cura I – Projeto Sinuelo	79
5.2 O Parque Itaimbé no Programa Cura I – Projeto Sinuelo	91
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	119
BIBLIOGRAFIA	123
ANEXOS	129

1 INTRODUÇÃO

A trajetória de uma investigação científica dificilmente constitui um processo regular e contínuo, onde seja possível vislumbrar claramente o resultado final. Na escolha de um tema para estudo, muitos são os fatores que intervêm, articulando-se de acordo com a bagagem individual do pesquisador e com o contexto mais amplo em que ele está inserido, do qual ele recebe influências determinadas pelo momento histórico. Pode ocorrer do pesquisador não somente escolher sua temática, mas ser "escolhido" por ela, o que torna a execução da pesquisa mais difícil, mas também mais fascinante, porque a paixão pelo assunto faz com que a inquietação e conseqüentemente o enriquecimento pessoal e intelectual seja muito maior.

O fato de ser a cidade o lugar onde vive parcela crescente da população e onde os investimentos de capital são maiores – seja em atividades localizadas na cidade, seja na produção da própria cidade, de acordo com Corrêa (1999), faz dela também o principal lugar dos conflitos sociais. Santos (1996) explica que a cidade está repleta de necessidades emergentes sem resposta, estando por isso fadada a ser um teatro para esses conflitos, mas é também o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. O desafio representado por este cenário é o grande causador do interesse na geração de conhecimento e na ação sobre a mesma, que motiva tantos pesquisadores e planejadores, entre eles os geógrafos.

Ao privilegiar o meio urbano como cenário de investigação, em um estudo de caso, levou-se em consideração que nesse ambiente vive uma imensa parcela da população mundial. De acordo com os dados do Censo 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o grau de urbanização no Brasil era de 81,2%, ou seja, somente 18,8% dos habitantes do país estavam no campo. A mesma fonte indica que no Rio Grande do Sul os valores eram muito semelhantes, com a população urbana representando 81,6% do total. Em Santa Maria esse percentual era de 94,7% (portanto muito superior ao do estado e do país na mesma época) e aumentou para 95,7% em 2005, segundo estimativa da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

A velocidade e a abrangência desse processo e todos os conflitos que o mesmo encerra sugerem a necessidade urgente de estudos que contribuam para a compreensão do cotidiano do homem e da sociedade em sua articulação com o espaço urbano, tais como o presente, que objetivou investigar o processo de construção e a atual função como espaço público-privado, do Parque Itaimbé, obra viabilizada pelo programa Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (Cura) I na administração de Osvaldo Nascimento da Silva (1977-1982). O Cura se

destinava a suprir necessidades municipais de recursos para expansão do espaço urbano na fase denominada por Serra (1991) como “centralismo autoritário”, quando a urbanização se acelerou paralelamente à concentração federal das receitas.

Os objetivos específicos da pesquisa foram: realizar uma análise do processo de uso (ocupação) da área em estudo a partir da construção do Parque Itaimbé e a atualidade; avaliar como as transformações do uso e ocupação do solo urbano – assim como dos equipamentos públicos – afetaram o cotidiano dos moradores do entorno; investigar o papel do poder público no planejamento e execução da obra em questão. Vários procedimentos foram realizados para alcançar esses objetivos: análise temporal da área através de materiais diversos – tais como fotografias, mapas, revistas e jornais, atualização das informações e reconhecimento das configurações espaciais em campo, levantamento fotográfico e realização de entrevistas, entre outros.

O resultado do processo de pesquisa está estruturado nos capítulos a seguir descritos. Primeiro, a presente introdução; segundo, uma breve caracterização da área em estudo, o Parque Itaimbé e seu entorno; terceiro, a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados; quarto, a fundamentação teórica que embasou o estudo; quinto, os resultados obtidos e a discussão sobre os mesmos, a partir das idéias desenvolvidas pelos autores consultados; sexto, as conclusões sobre o tema pesquisado e as recomendações concernentes à aplicação dos resultados obtidos de modo positivo, a fim de solucionar os problemas verificados. Encerrando, a bibliografia com todos os autores citados e, em anexo, o texto completo das leis e as imagens que não puderam ser incluídas no corpo principal do trabalho.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

O município de Santa Maria localiza-se na região central do estado do Rio Grande do Sul, na área de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Centro. Foi criado em 16/12/1857, através da Lei Nº. 400, desmembrando-se de seus municípios de origem, Cachoeira do Sul e Cruz Alta.

De acordo com estimativa da FEE, a população total do município em 2005 era de 256.394 habitantes, com uma área territorial de 1.779,6 km², tendo, portanto, uma densidade demográfica de 144,1 hab./km². Esses dados se referem aos habitantes fixos, mas existe uma população flutuante de aproximadamente 30 mil pessoas¹, formada principalmente por militares e estudantes. Conforme a mesma fonte, seus principais indicadores socioeconômicos são: taxa de analfabetismo de 4,96% (em 2000); expectativa de vida ao nascer de 74,01 anos (em 2000); coeficiente de mortalidade infantil de 11,93 por mil nascidos vivos (em 2004); PIBpm² (2004): R\$ mil 1.746.528; PIB *per capita*³ de R\$ (2004): R\$ 6.667 e exportações totais de (2006): U\$ FOB⁴ 9.965.350.

O Parque Itaimbé (Figuras 1 e 2) é importante tanto por sua localização quanto pelo fato de ser um marco referencial urbano. Ele foi construído sobre a área do leito e vale do arroio Itaimbé, afluente do arroio Cadena. Está localizado no bairro Centro, no distrito sede do município, próximo ao limite com o bairro Menino Jesus na parte central, com o bairro Nossa Senhora das Dores no extremo Sul e com o bairro Itararé no extremo Norte.

A área foi incluída no zoneamento urbano pela Lei Municipal Nº. 2096/80, de 10 de janeiro de 1980, promulgada pelo prefeito Osvaldo Nascimento da Silva, que institui a Lei de uso do solo do Município de Santa Maria e dá outras providências, e considera o Parque Itaimbé (por incluir áreas de recreação e lazer e um centro cívico e cultural), como uma “área especial”, estabelecendo que “áreas especiais” são “espaços, estabelecimentos ou instalações

¹ Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/>>. Acesso: 01 mar. 2007.

² Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) é o somatório de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional num dado período de tempo, valorizados a preço de mercado, sem levar em consideração se os fatores de produção são de propriedade de residentes ou não residentes. Disponível em: <<http://www.pet.ie.ufu.br/PAPER%20FINAL.doccamara-sm.rs.gov.br/>>. Acesso: 11 jun. 2007.

³ PIB per capita é a média da quantidade de bens e serviços finais produzidos em determinada economia que está disponível a cada componente da população. Disponível em: <<http://www.pet.ie.ufu.br/PAPER%20FINAL.doccamara-sm.rs.gov.br/>>. Acesso: 11 jun. 2007.

⁴ Free On Board (FOB) é a abreviatura usada internacionalmente no comércio e que significa Free on board. Segundo esta modalidade de entrega, as despesas suportadas desde o armazém do vendedor até ao cais do porto de origem e estiva são por conta do vendedor. Disponível em: <<http://www.esfgabinete.com/dicionario/?completo=1&conceito=Fob>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

sujeitas à preservação ou a controle específico, tais como: monumentos históricos, mananciais de água, área de valor estratégico para segurança pública e áreas de valor paisagístico especial”⁵.



Figura 1 – Ao centro, o Parque Itaimbé, estendendo-se no sentido S-N. No primeiro plano, Setor 5, ao fundo, setores 4 e 3

Fonte: Fotografado pela autora em 27 fev. 2007

De acordo com a ata Nº. 088/2005 da sessão plenária ordinária da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, no dia 15 de dezembro de 2005 foi apresentado o Projeto de Lei Nº. 6542 que "Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e sobre o Plano

⁵ Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/>>. Acesso: 08 set. 2006.

Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Santa Maria", onde o Parque Itaimbé passa a ser considerado uma “área especial natural”. Essas áreas podem ser subdivididas em dois tipos: “áreas de conservação natural” e “áreas de Preservação Permanente”. O parque é do segundo tipo, ou seja, é uma das áreas da cidade, particulares ou públicas, “onde podem conviver Homem e Ecossistemas, sem grandes impactos ou traumas ambientais, destinadas ao turismo ecológico, atividades culturais, educacionais, recreativas, de lazer e loteamentos, desde que respeitem os recursos naturais”⁶.

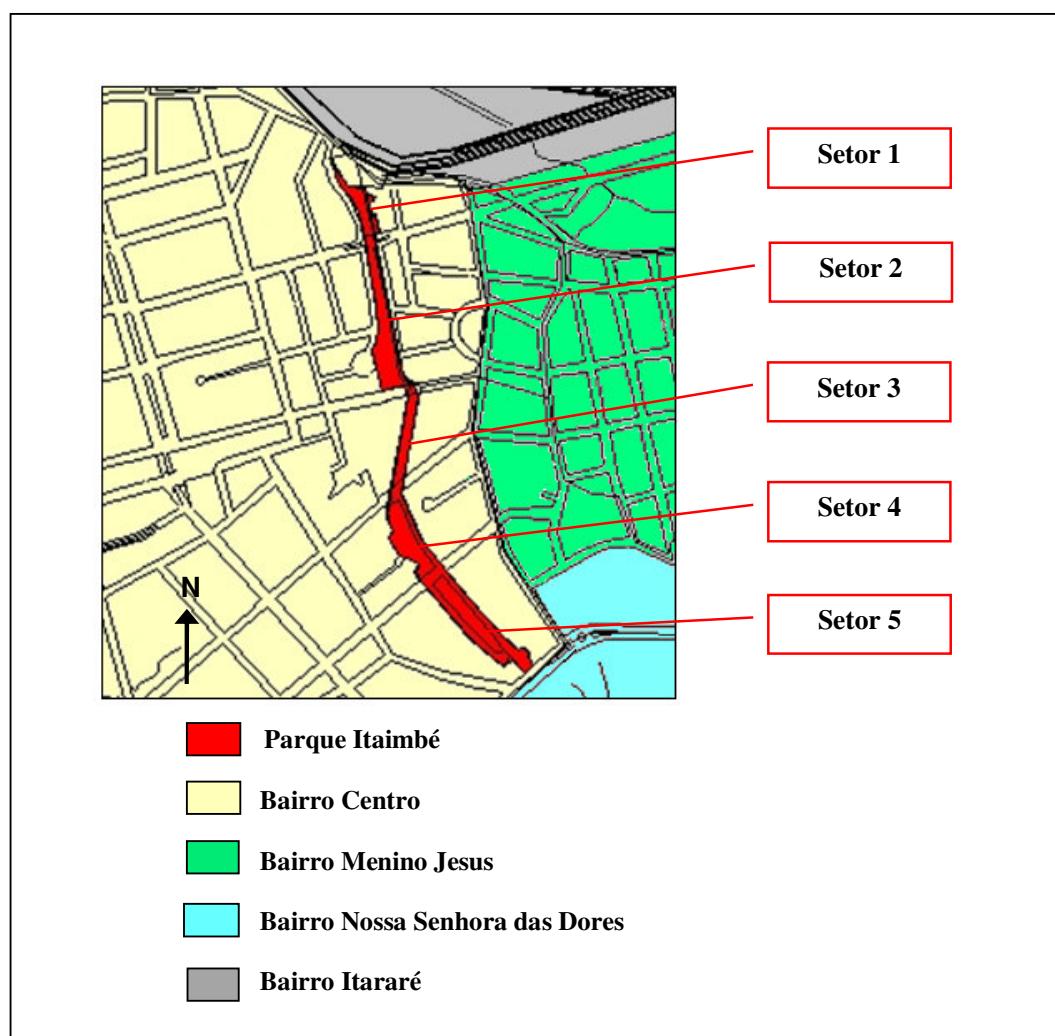


Figura 2 – Localização do Parque Itaimbé em relação aos bairros de Santa Maria e sua divisão em setores (meramente ilustrativa, sem escala)

Fonte: Organizado pela autora

⁶ Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/>>. Acesso: 08 set. 2006.

O perímetro exato do parque não está oficialmente descrito em nenhum documento oficial, podendo somente ser presumido pelos diversos registros que se encontram em nome do Município de Santa Maria ou em nome da Prefeitura Municipal de Santa Maria, o que não é muito fácil, pois as descrições dos imóveis são antigas ou precárias demais. Se difícil é delimitar o seu perímetro, mais ainda é informar sobre as construções nele existentes, porque se não está constituído enquanto “Parque Itaimbé”, não há matrícula própria para serem averbadas tais construções (quiosques, concha acústica, Centro de Atividades Múltiplas e Centro Administrativo).

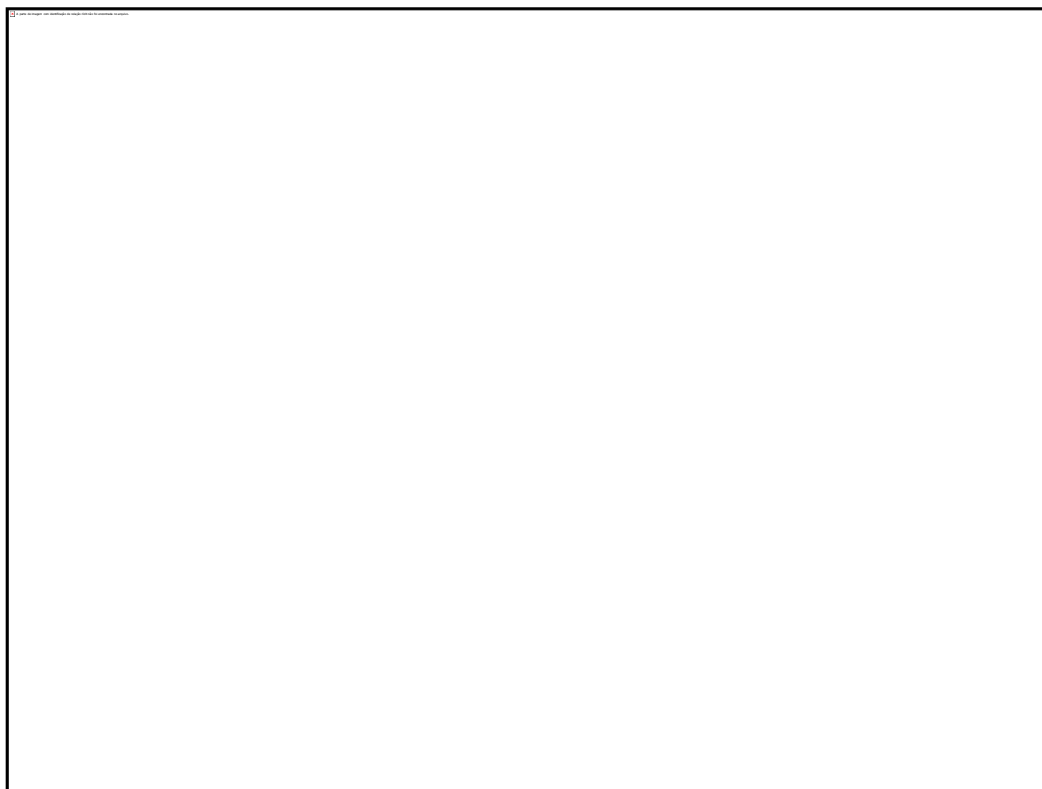


Figura 3 – A delimitação entre o Parque Itaimbé, à esquerda, e o estacionamento do Hotel Itaimbé, à direita, não é clara, tanto no papel como no espaço
Fonte: Fotografado pela autora em 22 mar. 2007

Não ocorrem grandes questionamentos a respeito dessa delimitação porque a área é notoriamente pública, constituindo o que o Código Civil brasileiro⁷ (art. 98, 99 e 100)

⁷ BRASIL. Código Civil. 54ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

classifica como “bens públicos”, no caso os de “uso comum do povo” (tais como ruas e praças) e de “uso especial” (tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração), sendo inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação.

3 METODOLOGIA

Ao longo do trabalho foram realizados diferentes tipos de investigação: *bibliográfica*, *documental* e *exploratória*.

A investigação *bibliográfica* foi executada junto ao sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre, onde se procurou levantar obras acerca dos temas fundamentais do trabalho: geografia urbana, espaço urbano (e intra-urbano), poder, política e espaço públicos (em especial áreas verdes e parques urbanos). Além disso, foi realizada uma busca através da Internet, em portais de periódicos como o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁸.

Após a seleção de algumas obras, principiou-se a leitura e interpretação do material, a fim de construir o conhecimento sobre as questões a serem pesquisadas. Deve-se ressaltar que esse não foi um procedimento estanque, mas um processo que continuou praticamente até a conclusão da pesquisa. A partir daí foram decididos os critérios que orientaram a investigação *exploratória*.

A investigação *documental* inicialmente foi feita junto à Prefeitura Municipal de Santa Maria, em diferentes setores: arquivo morto da Prefeitura Municipal (mapas e decretos executivos relativos ao Programa Cura I), Escritório da Cidade (mapas e aerofotogramas), Secretaria de Município de Turismo e Eventos (materiais sobre os novos projetos de parques e áreas verdes) e Arquivo Público Municipal (jornais e documentos da época do planejamento e construção do Parque Itaimbé), buscando-se dados de caráter administrativo, relativos ao processo de ocupação e transformação do espaço sob a ação do poder público municipal. Mais tarde, devido à insuficiência de dados, foram utilizados também arquivos particulares, como o do jornal *A Razão*, por exemplo. Essa etapa foi difícil, evidenciando a crônica e generalizada falta de interesse da comunidade (principalmente dos órgãos públicos) pelo patrimônio histórico e pela conservação e organização de documentos que transmitam a história de Santa Maria para a posteridade.

⁸ <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>

A investigação *exploratória* consistiu primeiramente na atualização das informações, no reconhecimento das configurações espaciais em campo e no levantamento fotográfico. Posteriormente foram realizadas entrevistas, de acordo com a concepção que Almeida⁹ (1989, p.113-123) propõe. Embora elas não se encaixem perfeitamente nas classificações mais usuais, é possível atribuir-lhes algumas características.

As entrevistas realizadas com os profissionais ligados à administração municipal na época da construção do Parque Itaimbé foram não-diretivas, individuais e informais, com perguntas abertas. Foram entrevistadas as seguintes pessoas, escolhidas pela sua acessibilidade, disponibilidade e relevância para a pesquisa:

a) Sérgio Miguel Achutti Blattes, advogado, que ocupou o cargo de vereador durante a execução do Programa Cura, em 14 de junho de 2006;

b) Carlos André Fernandes Arzeno, arquiteto, que criou o projeto de implantação do Parque Itaimbé, em 5 de julho de 2006;

c) Roberto da Luz, economista, que chefiou a elaboração do Projeto Sinuelo, em 28 de agosto de 2006;

d) Paulo Harvey Apel, economista, que ocupou o cargo de secretário de município (de finanças e posteriormente de planejamento) na administração de Osvaldo Nascimento da Silva (1977 a 1982), em 29 de agosto de 2006;

e) Ronald Albanus Brasil, advogado, que trabalhou para a Prefeitura em processos de desapropriação realizados na década de 1970, em 21 de setembro de 2006;

As entrevistas foram longas (cerca de uma hora de duração) e gravadas apenas nos dois últimos casos, porque os demais entrevistados não se dispuseram a isto. As entrevistas com os moradores antigos foram do mesmo formato, com exceção de dois aspectos: foram entrevistadas duas pessoas ao mesmo tempo (pais e filhos), e não foram gravadas. Os entrevistados foram localizados em uma busca no entorno do Parque Itaimbé, seguindo indicações de outros moradores. O principal critério de escolha foi o tempo de residência

⁹ Segundo o autor, *entrevista* é definida como:

“...um método de obter informações através de uma conversa profissional com um indivíduo para fins de pesquisa. Difere da simples conversa pelo fato de ser deliberadamente planejada com intenção de alcançar um objetivo específico pelo uso de técnicas adequadas”.

Para ele, entrevista *diretiva* (ou estruturada) é aquela “onde as perguntas, sua formulação exata e sua localização são determinadas com antecipação”, porém “o entrevistador pode fazer perguntas adicionais que venham, de alguma forma, elucidar o problema ou ajudar a recompor o contexto”; *individual* significa que “o pesquisador se dirige e obtém respostas de um só indivíduo isoladamente”; *formal* indica um grau elevado de controle do pesquisador. O autor explica ainda que perguntas *fechadas* são “itens fixos de resposta para a questão”, *abertas* são aquelas onde o respondente “é livre para responder com suas próprias palavras” e *semi-abertas* são uma combinação dos dois tipos.

(superior a vinte e cinco anos), o que colocaria a família como testemunha de todas as transformações ocorridas no espaço local desde a construção do parque. Foram entrevistados:

a) Eliseu Blaya, funcionário público federal aposentado, residente na rua Tuiuti (ao lado do Setor 3 do Parque Itaimbé), e sua filha Clarissa, veterinária aposentada, residente nas proximidades, em 17 de setembro de 2006;

b) Carlos Alberto Wolle, professor universitário, e seu filho, Alberto Brilhante Wolle, residentes na avenida Itaimbé (no Setor 1 do Parque Itaimbé), em 23 de setembro de 2006.

Foi realizada ainda uma entrevista com o arquiteto Pepe Reyes, autor do projeto de um novo parque municipal, a ser construído no bairro Nonoai, com o objetivo de traçar um parâmetro entre o contexto no qual ocorreu a construção do Parque Itaimbé e o atual, em 24 de novembro de 2006.

O número reduzido de entrevistas foi proposital, devido à característica qualitativa da pesquisa, mas houve uma série de empecilhos para a realização das mesmas. O maior deles foi a dificuldade de encontrar, em Santa Maria, pessoas que pudessem dar informações relevantes, visto que um longo período transcorreu desde a ocorrência dos principais fatos de interesse, e muitos envolvidos na questão faleceram ou fixaram residência em lugares distantes. Devido ao esgotamento do prazo disponível para o desenvolvimento do presente estudo, consideraram-se os dados obtidos como satisfatórios, fez-se a sua análise, a interpretação dos resultados e a redação final.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim de buscar os fundamentos que dariam sustentação ao estudo de caso do Parque Itaimbé, onde se realizaria a análise empírica, foi necessário construir uma base teórica, não somente de cunho geográfico, mas englobando diversas questões concernentes ao espaço urbano em seu caráter interdisciplinar, com enfoque especial para as ciências sociais.

Souza (2006, p. 94) acredita que “as ciências do homem descobriram relativamente tarde o ‘ambiente construído’ enquanto um componente importante dos processos sociais”, mas admite “por um dever de justiça” que “a tradição geográfica constituiu uma exceção, ainda que a Geografia Urbana, como ramo especializado, só tenha alcançado maior expressão na segunda metade do século XX”.

A pertinência da temática urbana para a geografia atualmente é inquestionável, mas o início da execução de análises científicas sobre a cidade não aconteceu paralelamente à institucionalização da geografia, ocorrida em meados do século XIX. De acordo com Vasconcelos (1994 apud SILVA, 2006) é somente a partir da década de 1920 que o espaço urbano, já presente na geografia, passou a ser estudado de forma sistematizada. O mesmo autor situa o aparecimento da temática urbana na segunda geração da Geografia Clássica com Ratzel e sua *antropogeografia*. No Brasil foram produzidos trabalhos clássicos sobre as cidades, com forte influência francesa nas décadas de 1930 e 1940. Mais tarde, na onda anglo-saxônica da Geografia Quantitativa e do neopositivismo, os pesquisadores brasileiros reduzem os estudos sobre a cidade em si, e voltam seu interesse para as análises urbano-regionais e de hierarquias urbanas e para as novas técnicas. A seguir, um novo rumo para a Geografia urbana é buscado pelos geógrafos críticos, cuja produção é basicamente teórica e bem menos influenciada por autores externos (chegando a ter autores nacionais contribuindo fora do Brasil).

Conforme Silva (2006), ao analisar-se a produção geográfica sobre as cidades ao longo do tempo, pode-se perceber que essa sempre esteve inserida no contexto das sucessivas crises e transformações epistemológicas pelas quais passamos. O autor cita novamente Vasconcelos (1994) para demonstrar as mudanças temáticas que o amadurecimento da geografia como ciência trouxe: no paradigma clássico, estudava-se o sítio e a situação, a evolução urbana, as funções urbanas, os raios de ação das cidades e a região de influência das cidades; no paradigma teórico-quantitativo, a classificação das cidades, a hierarquia das

idades, a distribuição das cidades segundo o tamanho, os sistemas de cidades e os padrões locacionais e espaciais; no paradigma crítico, os circuitos superior e inferior, os elementos do espaço, a divisão territorial do trabalho, a divisão social do espaço e as formações sócio-espaciais.

Vasconcelos (1999) explica o mecanismo dessas mudanças:

Há [...] acumulações de conhecimento, idéias que serão “redescobertas” e reutilizadas, inclusive em outras disciplinas, mas há também abandono e “arquivamento” de determinados estudos e métodos, como no caso das monografias urbanas, ao mesmo tempo que conceitos “antigos” são reinterpretados e reutilizados, como os de lugar, paisagem e território, mostrando a necessidade do desenvolvimento permanente da disciplina para acompanhar as complexidades do mundo real: da cidade e da sociedade urbana (VASCONCELOS, 1999, p.561).

Ou seja, assim como coexistem diferentes paradigmas, também convivem autores que divergem em suas abordagens, podendo estar na vanguarda ou serem considerados ultrapassados. Um pesquisador atento deve saber que na atualidade os estudos e questões sobre as cidades têm dissolvido as fronteiras disciplinares, devendo estar aberto para as contribuições externas e pronto a colaborar para o conhecimento científico como um todo.

Para Silva (2006) atualmente a análise geográfica da cidade dá margem à utilização de uma ampla variedade de linhas teórico-metodológicas. Portanto, o geógrafo deve responder suas indagações fazendo uso de diversas e múltiplas visões, obtendo assim respostas mais consistentes na busca de compreensão dos processos de transformação da sociedade que têm na cidade o seu lugar de realização.

Essa idéia é compartilhada por Vasconcelos (1999, p. 563) ao afirmar que “um novo entendimento do urbano torna-se obrigatório” hoje. Para ele, novas reflexões sobre a temática urbana são importantes devido às transformações sociais cada vez mais velozes, aos novos papéis atribuídos às cidades e à emergência de inéditas e diversas questões, trazidas pelo processo de mundialização da economia e de globalização da sociedade.

As questões espaciais e urbanísticas, em seus diferentes enfoques, são abordadas também por arquitetos, engenheiros em suas diversas especializações, sociólogos, biólogos, e até mesmo por profissionais de educação física. Por isso, realizou-se um levantamento bibliográfico que perpassou diversas áreas, não ficando restrito à geografia. Para uma melhor compreensão, esses temas são apresentados nos tópicos a seguir:

4.1 Espaço urbano/intra-urbano

Em seu livro *O espaço urbano*, Corrêa (1999, p.5-6) define o que é cidade para os geógrafos a partir de um critério *cartográfico*, podendo ser "um ou vários núcleos localizados em uma região ou país", neste caso sendo analisada em mapas de pequena escala, ou "espaço urbano", sendo analisada a partir de mapas de grande escala. Ele deixa claro que as duas abordagens "não são mutuamente excludentes" nem são "do âmbito exclusivo dos geógrafos, apesar das diferenças de abordagem em relação aos demais estudiosos".

Corrêa (1999, p. 7), considera a cidade como espaço urbano, que pode ser "simultaneamente fragmentado e articulado", características que atribui à grande cidade capitalista, mas que podem ser verificadas também em cidades de porte médio como Santa Maria. A fragmentação pode ser observada na complexidade de usos da terra. Esses usos, justapostos em seu conjunto, "definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão". Porém, cada uma das partes desse espaço urbano têm relações espaciais – de intensidade muito variável – com as demais.

Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, às visitas aos parentes e amigos, e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parques (CORRÊA, 1999, p. 7).

De acordo com Souza (2006, p. 52) a cidade é “produto dos processos sócio-espaciais que refletem a interação entre várias escalas geográficas” e não deve ser encarado como “uma massa passivamente modelável ou como uma máquina perfeitamente controlável pelo Estado”, e sim como “um fenômeno gerado pela interação complexa, jamais plenamente previsível ou manipulável, de uma miríade de agentes modeladores do espaço, interesses, significações e fatores estruturais, sendo o Estado apenas um dos condicionantes em jogo”, ainda que nas modernas sociedades capitalistas seja um condicionante crucial.

Corrêa (1999, p.11) posiciona-se de modo muito semelhante, ao afirmar que “o espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e

engendradas por agentes que produzem e consomem espaço”. Esses agentes são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. A ação desses agentes se faz dentro de um marco jurídico (que não é neutro, ressalte-se, permitindo transgressões do agente dominante) e embora conflituosa, possui denominadores comuns, como a apropriação da renda da terra.

Carlos (1999, p. 79) considera que o espaço “não se (re)produz sem conflitos e as contradições inerentes a uma sociedade de classes”. E é na vida cotidiana em sua totalidade “que essas contradições se manifestam mais profundamente, nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infra-estrutura, ao lazer, à quantidade e tipos de produtos consumidos, etc.”. Assim, quanto mais desenvolvida a sociedade, mais profundas as diferenças entre os indivíduos, em especial nos países subdesenvolvidos.

A fim de evitar confusão semântica¹⁰, classificar-se-á a área em estudo na presente pesquisa como um "espaço intra-urbano" conforme a percepção de Villaça (1998, p. 21), ou seja, como um espaço cuja estruturação "é dominada pelo deslocamento do ser humano, enquanto portador da mercadoria força de trabalho ou enquanto consumidor". Nessa ótica, a análise não pode se limitar aos estudos da produção das formas, mas sim explicar porque elas surgiram em uma determinada localização e não em outra qualquer, assim como entender as implicações e conseqüências dessas localizações, ou seja:

Os produtos específicos resultantes da produção do espaço intra-urbano não são os objetos urbanos em si: as praças, as ruas ou os edifícios, mas suas localizações. [...] A produção dos objetos urbanos só pode ser entendida e explicada se forem consideradas as suas localizações. A localização é, ela própria, também um produto do trabalho e é ela que especifica o espaço intra-urbano. Está associada ao espaço intra-urbano como um todo, pois refere-se às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais (VILLAÇA, 1998, p. 24).

O autor faz estas afirmações baseado na realidade das metrópoles, mas sua abordagem pode ajudar a entender a questão das localizações em cidades menores. Sua tese é que a força mais poderosa – mas não única – agindo sobre a estruturação do espaço intra-urbano é originada na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante. É possível inferir, por suas

¹⁰ Como o termo espaço *urbano* passou a ter conotação *regional*, achou-se oportuno chamar a atenção para a escala de abrangência da análise, ou seja, *intra-urbana*, conforme a definição do autor citado.

afirmações, que as elites puxam a infra-estrutura para suas áreas de interesse, não são atraídas pelas áreas onde essa infra-estrutura já exista.

4.2 Espaços públicos

A geografia pouco se ocupou da discussão acerca do espaço público urbano, sendo este um tema sub-explorado pelos geógrafos. Serpa (2004, p. 22) cita como exceção, na contramão dessa tendência, Gomes (2002), que em sua obra *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*, enfoca o espaço público na cidade contemporânea, baseando-se em estudos de caso na França, no Canadá e no Brasil, e analisa o papel do Estado na conformação desse espaço. Para o autor, uma abordagem assim passa forçosamente pela análise da acessibilidade, não somente física, mas também simbólica, pois “a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico de ruas, praças, parques, largos, *shoppings* e prédios públicos”. Ele questiona o fato do adjetivo “público” ter uma conotação de acessibilidade generalizada e irrestrita, já que a apropriação dos espaços urbanos ditos públicos é seletiva e diferenciada.

De acordo com Gomes (2002, p. 133), para entender a origem do espaço público temos que nos reportar à Antiguidade, quando a democracia grega foi fundada. As reformas do tirano Clístenes substituíram “a representação política baseada nas tribos gentílicas por uma representação de base espacial, ou seja, estabelecida por uma divisão territorial, e não mais por uma divisão que respeitava as fronteiras sangüíneas e de afinidades definidas pelos *genos*”. A partir desse momento “surge uma nova categoria ou estatuto do espaço, o espaço público, lugar dessa nova ordem social”.

Para Yáziği (2000, p. 303), o espaço de uso público é tão antigo quanto as cidades, mas do modo como o considera (“o mais importante segmento do direito ao entorno”), é um conceito relativamente recente. Conforme o autor, o domínio geográfico do espaço público tem grande extensão: abrange “todo sistema de arruamento para a circulação local e regional; as vias férreas; os edifícios e terrenos afetados diretamente ao público ou a um serviço público; as servidões; os domínios públicos marítimo, aéreo, fluvial, mobiliário”.

Entre os pensadores europeus provavelmente se deve a Jurgen Habermas a mais completa sistematização do conceito de espaço público. Yáziği (2000) explica que o enfoque principal de Habermas é muito mais amplo que o aspecto urbanístico: abrange todo o

processo de publicização da vida no ocidente, sem o quê não se entenderia o significado maior deste fragmento de cidade. Portanto, mesmo não sendo um teórico específico de cidades, é indispensável considerar suas colocações históricas e conceituais, como a idéia de que as autoridades privadas e públicas são de uma unidade indissociável, pois derivam de um poder homogêneo.

Falando de um novo urbanismo em muitas cidades, Habermas¹¹ acha que suas versões modernas nem garantem espaço à esfera privada, nem criam lugares de comunicação públicos. O que incomoda não seria o excesso de urbanização da vida, mas a perda de suas características essenciais como tal. Desapareceu a ligação entre as duas esferas. O homem das massas não vê mais nas cidades a possibilidade de vida pública: quanto mais hostil ela for, mais ele se fecha na vida privada (YÁZIGI, 2000, p. 308).

Entre os teóricos americanos, Yázig (2000) destaca Jane Jacobs, que não era arquiteta ou urbanista, mas foi durante muitos anos crítica profissional em revistas dessas áreas, com amplo conhecimento de casos. Uma das argumentações da autora está na questão da segurança: uma rua muito movimentada é uma rua segura, uma pouco concorrida, seu inverso. Assim, para que uma rua seja segura, “em primeiro lugar deve haver uma nítida demarcação entre o que é espaço público e o que é espaço privado. Os espaços públicos e privados não podem se confundir, como geralmente acontece nos bairros residenciais ou em grupos de casas”. (JACOBS, 1973, p.38 apud YÁZIGI, 2000, p. 310). Para haver segurança, as ruas precisam dos olhos dos proprietários de cara para as calçadas, para que as resguardem de estranhos. E as calçadas têm de ter muitos usuários com a mesma finalidade - pois nem todo mundo pode ficar “janelando” o tempo todo. E a visão de todas essas pessoas, inclusive dos comerciantes, teria que ser completada por uma boa iluminação.

Outro autor americano importante, conforme Yázig (2000), é Willian H. Whyte, que se enquadra na mesma ordem de preocupações humanas de Jane Jacobs, destacando a importância dos pequenos espaços da cidade grande, origem do nome de seu clássico livro *The Social Life of Small Urban Spaces*. Sobre a atração exercida por esses espaços, ele explica que o que mais atrai pessoas são outras pessoas. Assim, o que atrai não é propriamente um recanto desse tipo, mas o contexto da rua em que ele se situa, principalmente se ele estiver numa rua movimentada. Além disso, acrescenta que são indispensáveis lugares para se sentar, comer, descansar e usar banheiros.

¹¹ In: Habermas (1978, p. 166).

Entre os americanos citados, ele aponta o grupo de Stephen Carr como o que parece ter chegado mais longe no detalhamento do que seja o espaço público e com enfoques inéditos. Para esses autores, o espaço público é a plataforma comum onde o povo realiza suas rotinas diárias e festividades periódicas, e para ser bom tem de primar por ser compreensivo, democrático e significativo.

Espaços *compreensivos* então, seriam os manejados para atender as necessidades de seus usuários (conforto, relax, participação ativa e passiva com os outros, contemplação de elementos naturais etc.); *democráticos* seriam os espaços aptos a proteger os direitos dos grupos usuários, lugares de se agir mais livremente do que nas limitações de uma casa ou do trabalho – limitado apenas pelos direitos dos outros; eles ajudam as pessoas a viverem juntas. Finalmente, espaços *significativos* são os que levam as pessoas a estabelecerem fortes ligações entre suas vidas e o mundo maior, segundo suas condições físicas culturais, sociais e psicológicas, entre as principais (YÁZIGI, 2000, p. 313).

Finalmente, ao analisar os estudos sobre espaço público no Brasil, Yázigi (2000) afirma que faltam teorias brasileiras, calcadas nas condições específicas do espaço público no país com todas as variações regionais, com seus contextos sócio-econômicos, culturais e climáticos, apesar de existirem inúmeras e grandes contribuições sobre a discussão da cidade em geral.

Uma ampla discussão sobre a concepção de espaço público é encontrada no já citado Gomes (2002). De acordo com ele, é um conceito aparentemente simples, mas o uso indiscriminado de algumas formas negativas de definição prejudica sua compreensão. Por exemplo, considerar como público aquilo que *não é privado* não é prático como forma de identificação e não tem como suprir nossas necessidades conceituais. As fronteiras assim delimitadas são ambíguas e somam-se ao fato de também existirem outros estatutos para o espaço: *comum*, *coletivo* etc., impedindo-nos de nos satisfazermos com esse tipo de raciocínio.

Outro obstáculo é tomar o espaço público como uma *área juridicamente delimitada*, apelando para o texto legal que regulamenta a existência desses espaços. É uma inversão de procedimentos, pois se parte da lei que regulamenta uma existência para definir o objeto, quando é possível imaginar que este precede a lei e que, além disso, manifeste-se em uma variedade fenomenológica que não é do interesse estrito da legislação descrever.

Um último obstáculo é a concepção muito difundida de que o espaço público é definido pela qualidade de *livre* acesso, cujo pecado maior é não distinguir o público de coletivo ou comum. O livre acesso não configura um estatuto público ao espaço e, por outro

lado, existem diversas formas de espaços públicos tais como hospitais, áreas militares, administrativas, escolas etc., que não são abertos a todos e nem por isso deixam de ser locais públicos.

Gomes (2002, p. 162) explica que em sua dimensão física, “o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, *shopping*, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa”. Para ele, essa condição não deve ser esquecida e, embora os muitos segmentos sociais que aí circulam e convivem sejam tão díspares, as normas do convívio e do debate devem ser respeitadas acima de tudo, pois “o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade”. Por tudo isso, o espaço público é essencialmente uma área onde se processa a mistura social, onde se constitui e se desenvolve um certo código de conduta e manifestam-se comportamentos de civilidade, urbanidade e polidez. Estas denominações, dadas aos comportamentos socialmente significativos, não deixam dúvidas quanto à origem espacial dos mesmos:

O espaço público é assim a *mise-en-scène* da vida pública, desfile variado de cenas comuns onde nos exercitamos na arte da convivência. O lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez reafirmam o estatuto público desse espaço, e dessa dinâmica surge uma forma-conteúdo, núcleo de uma sociabilidade normatizada, o espaço público. (GOMES, 2002, p.164)

Gomes (2002) enfatiza o empenho contínuo da geografia em discutir e requalificar a noção de espaço, no interesse de fazer emergirem novos recortes e focos de análise por meio dessa categoria, em busca da construção, a partir dela, de um verdadeiro conceito e propriamente um domínio epistemológico. O autor aponta, sinteticamente, dentro dessa perspectiva, as características que distinguem o conceito de *espaço geográfico* daquele de *espaço público*, tal como ele é comumente entendido atualmente.

Em primeiro lugar, o espaço geográfico é sempre uma extensão fisicamente constituída. O sentido puramente figurado ou metafórico de uma esfera de ações públicas não pode, pois, representar inteiramente a idéia de um espaço geográfico, que é também concreto, material e substantivo. (GOMES, 2002, p. 171-172).

Para o autor, portanto, é possível compreender que o arranjo físico das coisas é um agente ativo na realização de determinadas ações sociais, e essa ordem espacial é concebida

como uma condição para que essas ações se reproduzam. Isso significa que as práticas sociais são de certo modo dependentes de uma dada distribuição ou arrumação das coisas no espaço. Resumidamente, pode-se dizer que o espaço geográfico é o terreno onde as práticas sociais se exercem e ao mesmo tempo condição necessária para que elas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido.

Desse ponto de vista, um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais. É justamente sob esse ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica. Aliás, essa parece ser a única maneira de se estabelecer uma relação direta entre a condição de cidadania e o espaço público, ou seja, sua configuração física, seus usos e sua vivência efetiva. (GOMES, 2002, p. 172).

Gomes (2002) admite que está havendo atualmente um recuo do espaço público, relacionado com uma dinâmica bastante complexa que tem profundas implicações com os sistemas de representação política, com as formas associativas, com o processo de urbanização recente, com a migração e com a situação econômica mais geral. Várias conseqüências surgem a partir daí, entre elas a diminuição da vivência do espaço da cidade pelas classes privilegiadas economicamente (cujo uso da via pública restringe-se à circulação) e a ocupação dos espaços públicos pelos pobres. O autor cita o exemplo do Rio de Janeiro, que pode ser generalizado para a maioria das cidades brasileiras:

[...] os espaços públicos se transformam cada vez mais numa espécie de passarela para o espetáculo da pobreza. Mendicância, prostituição, comércio ambulante de mercadorias baratas ou contrabandeadas são assim tolerados, sem muitas queixas, em alguns dos principais eixos da vida pública carioca, ao longo das praias, no centro da cidade, em parques, jardins etc. As classes populares também comumente são usuárias majoritárias, sobretudo nos fins de semana, dos grandes centros de lazer ou das grandes praças da cidade [...] (GOMES, 2002, p. 185).

De acordo com Gomes (2002) atualmente há no Brasil uma disseminação da idéia de que coisa pública é algo de baixa qualidade ou de uso exclusivo das camadas populares, como no caso de hospitais, escolas, parques, centros de lazer etc. Paralelamente, a mesma desvalorização ocorre com o espaço público, uma vez que o acesso é livre, e a freqüência majoritária é geralmente composta de elementos oriundos dessas camadas populares.

Abandonados pelos poderes públicos e pela população que mais efetivamente dispõe dos meios de exercer e reclamar a cidadania, os espaços públicos se convertem em *terra de ninguém*, sem regras de uso, perdem sua característica fundamental, ou seja, a de terreno de convivência, associação social, encontro entre diferentes, ou, em uma palavra, espaço democrático. Desgaste, sujeira, desrespeito e invasões são, pois, algumas das características freqüentes nesse tipo e espaço, sem que isso gere de fato uma reação efetiva da população. (GOMES, 2002, p.185-186)

Concluindo, Gomes (2002, p. 191) deixa claro que é preciso reconstituir uma esfera pública, redefinindo o espaço, física e simbolicamente. Claro que “isto não significa uma idéia de retorno ao século XIX, aos cafés, salões, passeios públicos e grandes avenidas”, pois “uma nova sociedade demanda novas formas de ordenamento territorial”.

A partir daí surgem muitas questões, algumas com raízes muito antigas, que precisam ser consideradas. Yázigí (2000) lembra o problema do vandalismo, situado na antípoda do mecenato, ou, falando-se de cidades, no avesso do patrimônio público, como um fenômeno que não é específico do Brasil, nem recente em qualquer parte:

No caso de grafitis [...], verificou-se sua existência desde a Pompéia de Herculano, do século I d.C. Hoje, na Inglaterra, são os *hooligans*, na Alemanha os *skin heads*; na Alemanha, em Paris, os *tags*..., também encontrados em Nova Iorque, Amsterdã, Londres, Estocolmo, Berlim, São Paulo... por muitos considerados indivíduos sem defesas que trapaceiam para se vingarem das ameaças que sentem. Trata-se de uma presença que vem aumentando muito, depois da década de 60 e mais ainda na de 80, tendo na escrita uma de suas principais formas de serem notados. Vão desde formas de desorganização até a busca artística (YÁZIGI, 2000, p. 422).

Whitaker e Browne (1971) também chamam a atenção para o fato de que essas manifestações não são um produto novo da vida moderna – quando os grafites foram escritos nos muros de Pompéia, o epônimo *vândalos* nem havia chegado a Roma. Para os autores, o vandalismo talvez nunca seja completamente eliminado, mas o seu estudo associado à antecipação inteligente pode ajudar a reduzi-lo a um mínimo, e sugerem a melhoria das áreas públicas de lazer como uma das soluções:

Quer ou não Bertrand Russell estivesse certo quando ele declarou que ‘pelo menos metade dos pecados da humanidade são causados por tentativas para escapar do tédio’, é provável que quanto mais interessantes e satisfatórios nós pudermos fazer nossos parques (especialmente para pessoas jovens) menos vandalismo existirá (WHITAKER E BROWNE, 1971, p. 76)¹².

¹² Whether or not Bertrand Russell was accurate when he stated that ‘at least half the sins of mankind are caused by attempts to escape boredom’, it is likely that the more interesting and satisfying we can make our parks (especially for young people) the less vandalism there will be (Tradução da autora).

Yázigi (2000) afirma que o vandalismo, em qualquer das suas formas – mesmo quando a pichação é amenizada sob a denominação de grafite – é a negação da democracia no espaço público e deve ser combatido:

[...] a tolerância com as anomalias deve existir, mas não com aplausos e sim com a descoberta de formas conjuntas de cooperação. Inversamente, em casos de agentes abusivos, se defendermos a construção da cidadania, não podemos partir de premissas que são, a priori, sua própria negação: teremos que fazer valer o previsto nos crimes contra o patrimônio e viabilizar instituições específicas para cada caso (YÁZIGI, 2000, p. 424).

Pellegrin (1999) aponta para outro problema: o da violência urbana, que merece atenção e, como os demais, não prescinde da participação popular na busca de soluções. Como essa violência tem como lócus principal a rua, a busca de segurança leva as pessoas a ter a casa como um dos principais espaços de lazer em muitas cidades médias e grandes.

As pessoas acabam ficando confinadas ao espaço do lar. Aqueles que podem pagar tendem a se isolar em suas áreas de lazer particulares, enquanto os que não podem ficam confinados, muitas vezes, à televisão e ao espaço restrito de sua moradia, que na maioria das vezes é construída segundo padrões espaciais inaceitáveis. Aqui vemos como podem estar relacionados os problemas de habitação e de lazer (PELLEGRIN, 1999, p. 155).

A autora lembra que a violência atinge frequentemente a segurança nos equipamentos de lazer, o que não pode ser solucionado simplesmente pela privatização dos equipamentos ou pelo seu fechamento por meio de cercas, muros e grades. Isso só tem possibilidade de ocorrer com um envolvimento efetivo da população, cuja ação de apropriar-se de um determinado espaço pressupõe a atuação sobre ele ou questões relativas a ele e toda sorte de decisões sobre seu uso e funcionamento.

Guerra (2003, p. 243) afirma que as transformações sofridas pela sociedade, com o trabalho, o rendimento, as habitações, a família, os lazers etc., formando cada vez menos redes coerentes e distintas como aquelas que fundamentaram as grandes pertenças de “classe” e determinaram em larga medida as capacidades de pertença, tornam esse ideal de convivência e participação vez mais distante. Deste modo, as “relações sociais tendem a desenvolver-se com os grupos sociais similares e a identidade de cada um forja-se nesse jogo complexo entre ele e os múltiplos outros, na diferenciação e confronto multicultural”.

Do ponto de vista urbanístico, questiona-se mesmo se são necessários os espaços públicos de outrora – jardins, passeio público, espaços pedonais -, dado o modo de vida tão individualista. Muitos consideram mesmo um saudosismo pensar os espaços locais, de vizinhança e as solidariedades de proximidade face a urbanitas tão cheios de pressa, de grande capacidade de mobilidade e inseridos em redes de relações que nada têm a ver com a proximidade física (GUERRA,2003, p. 243).

A autora insiste em pensar a cidade como um organismo coletivo, onde a crescente fragmentação social pode comprometer inclusive a capacidade produtiva e se tornar um espaço cujo funcionamento tem muito mais efeitos perversos do que benéficos. O segredo, segundo ela, seria fazer das comunidades *de residência* comunidades *de relação*, seguras e funcionalmente equipadas, rompendo a barreira do anonimato, criando uma rede de relações e trocas personalizadas (mesmo que mercantis), o que constituiria uma inversão profunda da atual forma de pensar e fazer a sociedade.

Para Gehl e Gemzøe (2002, p. 20), a privatização progressiva da vida diária e o imenso crescimento da comunicação indireta tornam ainda mais necessária a vivência do espaço público urbano, pois “só ali as pessoas podem estabelecer um contato direto com outras pessoas e com a sociedade a que pertencem, ver as coisas por si mesmos, experimentar, participar e ter um sentido de comunidade”¹³.

Serpa (2004, p. 26) exemplifica a questão do espaço público com a concepção e implantação de parques em Salvador. Para ele, na cidade contemporânea, “o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas”. Os novos parques da orla atlântica de Salvador vêm intensificar um processo de valorização imobiliária das áreas nobres da cidade, acrescentando amenidades físicas aos bairros que já possuem uma boa infra-estrutura de comércio e serviços, bem como vias expressas para circulação de veículos particulares.

Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é, portanto, de investir em espaços públicos “visíveis”, sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Estes projetos sugerem uma ligação clara entre “visibilidade” e “espaço público”. Os novos parques, projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados às diferentes instâncias do poder local, tornam-se importantes instrumentos de valorização fundiária. Esses projetos servem para valorizar bairros de classe média, permanecendo distantes e inacessíveis para um público de perfil mais popular. (SERPA, 2004, p. 32).

¹³ “solo allí las personas pueden establecer un contacto directo com otras y com la sociedad a la que pertenecen, ver las cosas por sí mismos, experimentar, participar y tener un sentido de comunidad” (Tradução da autora).

Serpa (2004, p. 34) acredita que a soma dos processos de apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público. Mesmo sendo um parque público aberto, acessível e posto à disposição de todos, essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público. O que há, atualmente, é o quadro resultante da concepção e da promoção do parque público como cenário para fascinar futuros usuários, uma imagem publicitária das administrações locais, sem relação com práticas sociais que pudessem dar-lhe algum conteúdo e significado. Os novos parques têm hoje a função de mediadores da cultura oficial, nivelando as diferenças e fazendo emergir uma representação estática, teatralizada e simplificada da natureza no contexto urbano. O autor lança ainda um questionamento: “Afinal, estamos diante de espaços verdadeiramente públicos ou de espaços concebidos e implementados para um tipo específico de público?”.

4.2.1 Espaços livres públicos

A maior parte da bibliografia sobre parques provém da arquitetura, por isso a utilização dos adjetivos *livre* (ou *aberto*) e *público* de forma siamesa, numa associação que não é usual na geografia, precisa ser examinada, ou corre-se o risco de desconsiderar estudos preciosos para o entendimento desses espaços.

Para Bartalini (1993, p. 64), há um questionamento das concepções mais usuais dos espaços livres públicos e mesmo de sua necessidade enquanto espaços de interação social, oriundo da atual crise de acomodação entre o público e o privado. A qualificação *público* para o espaço nos remete ao espaço privado, pois suas origens se confundem e sempre houve uma simbiose entre eles. A palavra *livre* possui vários sentidos, alguns deles relacionados às condições de fruição: sem formalidade, espontâneo, natural, franqueado, aberto. Estes significados precisam ser ajustados para que possam ser aplicados aos espaços livres públicos, pois “desde sua origem até hoje vêm se registrando inclusões e exclusões, senhas de acesso a tais espaços, que relativizam as qualificações de *franco* e *aberto* assemelhando-os, em alguns aspectos, aos espaços privados”. Mas apesar do enfraquecimento dos códigos exclusivos da esfera pública há ainda comportamentos específicos que não nos permitem aceitar sem ressalvas que o espaço livre público esteja *isento de formalidade*, obstáculos ou proibições.

As características que melhor se adéquam, no caso, são as de *espontâneo* e *natural*, se entendidos como formas de fruição praticamente isentas de intencionalidade, mas ainda assim há restrições:

[...] não se pode esquecer o que de compulsório está presente na *espontaneidade* e *naturalidade* dos usos. Na verdade o espaço livre público acaba perdendo usos *espontâneos* e *naturais* com as mudanças nas formas de atendimento às necessidades comuns dos habitantes das cidades: o mercado se recolhe a um edifício, a difusão das informações prescinde do contato inter pessoal, as infra-estruturas de água e esgoto atingem os domicílios, o sistema viário se especializa, as opções de lazer se diversificam afastando dos espaços livres funções que neles se realizavam obrigatoriamente (BARTALINI, 1993, p. 64-65).

De acordo com o autor, o maior obstáculo ao se projetar o espaço livre público talvez provenha da dificuldade de conceituá-lo a partir de seus próprios termos. Como foi discutido, livre é um adjetivo que não pode ser usado sem relativizar seus sentidos, e o mesmo ocorre com público, principalmente se usado no singular. Chegaram a ser elaborados conceitos intencionalmente dúbios como *quase-público*¹⁴ para se referir a *shopping centers*, terminais de aeroporto, centros de convenção, átrios de hotéis e escritórios, tanta a incerteza sobre a definição de público. A instabilidade dos adjetivos atinge também o substantivo espaço, originando expressões como *quase-espaço público* para designar aqueles definidos pela proximidade artificial e instantânea produzida pelos modernos meios de comunicação.

A despeito das indefinições conceituais, Gonçalves (2002) acredita que os espaços livres públicos urbanos continuam apresentando incrível vitalidade nos municípios brasileiros, e não estão em decadência, muito menos mortos, embora nos bairros de elite eles estejam sendo premeditadamente esvaziados como parte de estratégias segregacionistas engendradas pelo mercado imobiliário. De acordo com ele, a mídia tem veiculado a idéia de que a utilidade destes espaços está em xeque, mostrando sua invasão por camelôs, mendigos e miseráveis, impedindo seu uso pela população. Quem não os usa, porém, são algumas classes sociais privilegiadas que construíram modos de socialização que prescindem dos espaços livres públicos urbanos. Este encaminhamento da discussão é perigoso e equivocado por inverter a relação de causa e efeito, pois os espaços espelham as condições da própria sociedade. Se melhorar a distribuição de renda, aumentar o acesso à educação e à cidadania, se não houver exclusão social, provavelmente ocorrerá uma melhoria das condições dos espaços urbanos.

¹⁴ In: CENZATTI, M. e CRAWFORD, M. **Spazzi pubblici e mondi paralleli**. Casabella n° 578-579. Jan/fev. 1993.

Portanto, o espaço aberto é resultado consciente ou inconsciente do projeto do espaço urbano (da cidade e suas edificações), não se projeta por si mesmo. Mohr (2003, p. 14) define-o como “parte indissociável da cidade”, cuja transformação, ao longo da história, foi paralela à evolução das necessidades sociais. “Rua, largo, praça, parque traduzem a evolução urbana e demonstram a apropriação da cidade pelo cidadão em sua forma mais plena”.

As cidades, quanto mais inseridas nas redes mundiais, mais rapidamente sofrem os reflexos das transformações sociais que estão ocorrendo. Essas transformações, de acordo com Mohr (2003, p. 167) levam ao crescente isolamento e individualismo do ser humano, pois com exceção dos menos favorecidos, todos podem realizar suas atividades sem deslocamento ou contato direto com outras pessoas. Criam-se, assim, “dois tipos de guetos: o da exclusão privilegiada e o dos excluídos do sistema. O acesso às amenidades atuais é restrito às classes privilegiadas que se enclausuram de forma crescente e se isolam. A comunicação inter-pessoal direta falece e a sociedade perde seu sentido”. Conforme o autor, esse é um problema muito grave, pois o homem, como um ser essencialmente social, necessita do encontro, do convívio, da comunicação, sob pena de desumanizar-se. Para que isso não ocorra, são fundamentais espaços para exercer a democracia, não necessariamente novos, mas aqueles mesmos que a sociedade criou há milênios, agora adaptados às novas necessidades, reciclados pela evolução do conhecimento e da tecnologia. “Entre esses espaços, provavelmente os mais destacados sejam os espaços abertos urbanos e, fazendo parte deles, o parque público como acolhedor e produtor da cidadania, “como emergente de uma sociedade nova”.

Mohr (2003, p. 14) afirma que o grave processo de crise e conflito que atualmente atinge a cidade contemporânea (em especial a cidade do terceiro mundo) tem reflexos diretos nos espaços públicos abertos. Eles “são relegados ao abandono e se tornam terra de ninguém, onde, mesmo a circulação, principalmente à noite, torna-se um sério risco”. Em consequência disso, uma parcela da população passa a freqüentar os *shopping centers*, como se estes fossem os lugares da vida coletiva, o que o autor acredita ser um grande equívoco:

Na verdade, estes últimos são quase espaços virtuais, onde se desenrola uma vida artificial pseudo-urbana durante, apenas, uma parte do dia. E, quando os centros comerciais estão fechados, onde fica a vida urbana? Ela acontece por vinte e quatro horas diárias, as outras doze não devem se dar apenas no espaço confinado da edificação. Viver o contato social, a relação entre as classes diversas, permitir que a infância e a juventude possam proceder à sua socialização no convívio múltiplo e diversificado, é como entendemos a existência do homem contemporâneo (MOHR, 2003, P. 15).

Mohr (2003, p. 166) explica ainda que quando a cidade fica “à mercê da negação dos seus espaços democráticos (ruas, praças, parques)” através de modernos guetos – constituídos por condomínios residenciais, *shopping centers*, áreas fechadas e privativas – “torna-se um desafio resgatar a vida coletiva e democrática que só se completa nos espaços abertos da cidade, utilizados por uma população extremamente diversificada, diferentes grupos sociais, atividades e intenções de uso”. Para que isto seja possível, o autor acha que é preciso resgatar a cidade em sua condição de “casa”, com espaços preparados e seguros, onde as pessoas possam viver plenamente.

4.2.1.1 Parques

Galender (1982, p. 113) afirma que a caracterização dos espaços públicos urbanos vem gradualmente se tornando difícil, “devido à multiplicidade de expressões formais e espaciais das novas propostas, que permitem uma percepção sensorial bastante variada e muitas vezes original”. Bartalini (1995, p. 101) confirma isso ao sugerir que, se admitirmos como óbvia a correspondência entre o nome e o conceito que se tem de determinada coisa, e se a ausência desta correspondência for um indicativo de uma crise afetando a coisa concreta à qual o conceito se refere, seremos forçados a concluir que os parques urbanos sofrem cronicamente deste problema, talvez desde que se tornaram equipamentos quase que obrigatórios nos planos urbanísticos, no século XIX. A nomenclatura dos espaços livres sofre de uma imprecisão geral, tanto na linguagem vernacular como na erudita, utilizando-se indistintamente, por exemplo, os termos *parques* e *jardins*. Um meio fácil de diferenciá-los seria o tamanho, mas não serve, “na medida em que convivem na mesma cidade um *Central Park*, com centenas de hectares, e um *Palley Park*, que se mede aos metros quadrados”. Na falta de critérios diferenciadores confiáveis e diante de variações desconcertantes, até mesmo um critério esdrúxulo, como o que vem sendo adotado há alguns anos em São Paulo, de designar como *parques* “os logradouros densamente arborizados e cercados”, pode ganhar status de legitimidade a partir de uma tradição que remonta ao cercamento dos *commons* na Inglaterra feudal. Portanto, seria interessante recuperar as diferenças entre estes termos, não por conceitualismo, mas buscando retomar perspectivas para projetar novos parques urbanos.

Bartalini (1995, p. 101) sustenta que os parques e jardins existiram desde a Antiguidade, mas na qualidade de equipamentos públicos urbanos aparecem somente a partir do final do século XVIII, quando se consolidam no urbanismo ocidental, primeiro na Inglaterra vitoriana, depois nos Estados Unidos. Em épocas anteriores, “há registros da abertura ocasional dos portões das propriedades privadas para a fruição pública dos seus espaços arborizados” como os dos parques reais de Londres durante as comemorações públicas de eventos relacionados à Coroa durante o absolutismo, ou “referências aos *Pleasure Gardens*, áreas particulares abertas ao público por algumas horas, em determinados dias da semana e que desfrutavam de grande popularidade”. No Brasil, temos um curioso exemplo inverso: o uso do Passeio Público do Rio de Janeiro para os festejos públicos de um casamento real. São incertos os motivos que conduziram a tais franquias de acesso, mas provavelmente estavam relacionados a acessos de magnanimidade oriundos de um comportamento paternal, aliados à necessidade de demonstrar poder e ostentar, o que a exposição de espaços tratados podia fazer tão bem. Bartalini (1996, p. 1106) lembra que a exemplo das cidades européias, “algumas cidades brasileiras, ainda antes da entrada do século XIX, contavam com os Hortos Botânicos, que o interesse científico do iluminismo proporcionou”, os quais eram usados ocasionalmente pela população “como espaços para passeio e contemplação”.

De acordo com Bartalini (1995, p. 102) as formas e paisagens oferecidas por estes espaços eram ao gosto bucólico, amplamente difundido e assimilado: “Os parques públicos urbanos na Inglaterra, já industrial, e nos Estados Unidos, onde o mundo rural começava a expirar, ensinavam assim o contato saudoso com o campo e com a natureza, a fruição saudável do espaço, do ar e da luz”. O modelo adequado para isso, tanto pela funcionalidade como pelo simbolismo de que eram portadores, era o característico dos grandes jardins privados ingleses do século XVII, ou seja, extensos gramados ondulados pontuados por maciços arbóreos. Diga-se de passagem, esse é um modelo vigente até hoje, refratário a mudanças.

Facilmente a discussão sobre parques públicos urbanos escorrega para a questão dos jardins, pois os tanto os espaços como os termos que os designam, embora distintos, se confundem. A explicação pode estar em alguns estigmas de origem destes parques, como a filantropia interessada, o romantismo e as formas emprestadas dos jardins. Bartalini (1995, p. 102) oferece alguns pontos de apoio conceituais para diferenciá-los, como o fato de que no jardim “os princípios estéticos comandam a organização do espaço”, sendo uma “feira das

conquistas do Homem; exposição orgulhosa de suas vitórias”. Também reporta às origens dos parques, tão remotas quanto as dos jardins, mas distintas.

Grande extensão arborizada e cercada, onde se caça. É este o conceito que se aplica já na Antiguidade Mesopotâmica, chegando etimologicamente até nós por um galicismo (*parc*) que tem o seu equivalente em português em *tapada* ou em *coutada*, ambos os termos referindo-se a terrenos arborizados para caça, quer preservando-a para desfrute de particulares, quer proibindo-a (BARTALINI, 1995, p. 102).

De acordo com Bartalini (1995, p. 102), o parque também se diferencia quanto aos fins. Nele se verifica uma primazia do jogo sobre a estética, não é reservado para contemplação, mas “para o desenrolar de uma ação, não mais associada às necessidades que constroem o primitivo caçador, mas ao mero prazer de caçar. Um espaço com aspecto natural onde o homem, com seus utensílios e técnicas, agora brinca com o que fora provação”.

Mohr (2003, p. 36) define parque como um espaço que “despontou, no século XVII, como necessidade social e política e, no século XIX, como realidade concreta criada especificamente para o uso público”. O autor também buscou o verbete parque (*parc*) em diversos dicionários e concluiu que a origem do termo está, provavelmente, no século XIII para denominar “os grandes espaços florestados e cercados, de propriedade da nobreza, reservados à conservação dos animais destinados ao esporte da caça”. Em um futuro próximo passou a significar também “um espaço fechado onde se plantavam árvores frutíferas”. No século XVII, contemporaneamente à abertura dos jardins da nobreza para a população da cidade, a palavra parque passa a indicar o espaço anexo a um castelo ou uma avenida. O dicionário brasileiro de maior credibilidade confirma o exposto:

Parque. [do fr. *parc*] s. m. **1.** Bosque cercado onde há caça. **2.** Extensão de terreno arborizada e fechada que circunda uma propriedade, ou a ela está anexa: o parque do castelo. **3.** Bras. Jardim público arborizado: Todas as manhãs leva as crianças ao parque. **4.** Lugar onde se guardam munições de guerra ou petrechos de artilharia (FERREIRA, 1998, p. 1273).

É possível, conforme Mohr (2003, p. 16), que a etimologia das palavras ligadas à função parque tenha uma datação correspondente às primeiras manifestações deste espaço na sociedade, pois “é usual que, simultaneamente ao surgimento das funções, sejam criados termos para sua designação ou se utilize algum já existente que adquire novo significado”. O surgimento da função parque público, nas cidades, é anterior à criação de espaços com esta finalidade. Sua origem, de acordo com alguns autores, são bastante remotas:

Os parques públicos já existiam na antiga Mesopotâmia, quando Senaqueribe abriu grandes espaços ajardinados para seus súditos há 2.500 anos; na Inglaterra, em específico, o conceito de parque antecede o século 19, conectado à idéia de campos de caça; na América do Norte, o primeiro parque público, em um certo sentido, pode ser identificado no Boston Common que se estabeleceu como um common pasture (pastagem comunitária), em 1630, porém a idéia embrionária do parque público urbano, como hoje o conhecemos, será encontrada parcialmente no planejamento do Regents Park (1810) e será, de fato, consolidada no Birkenhead Park¹⁵ (1843), onde a cidade de mesmo nome se beneficia, pela primeira vez, dos atos do Parlamento (1833-1843) no que se refere à dotação de verbas municipais para a construção de parques públicos (LIMA, 1986, p. 31).

Klias (1993, p. 19) confirma que o parque atinge seu pleno desenvolvimento no final do século XIX, mas admite que ele surge como fato urbano de relevância cem anos antes. As décadas decisivas, de acordo com a autora, foram 1850 e 1860, em especial na França, cuja capital teve o centro reformulado por iniciativa do barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito do Sena no período de Napoleão III. Do outro lado do oceano, na América do Norte, “ressalta-se a instauração do Movimento de Parques Americanos, liderado pelo arquiteto-paisagista Frederick Law Olmsted, que vai dotar de parque um número significativo de cidades”.

Mohr (2003, p. 25) também destaca este período (e o imediatamente posterior) como época de iniciativas marcantes, tais como o concurso para a escolha do plano para o *Central Park* de Nova York (1858), a criação parque público de *Bûttes-Chaumont* em Paris, projeto do arquiteto Jean-Charles-Adolphe Alphand (1864) e a derrubada de parte dos muros de Köln, na Alemanha, para erigir o primeiro *Volkspark* (1881). Esta última uma “idéia surgida da necessidade de atender às demandas da população operária e das classes menos favorecidas, que apenas eventualmente eram admitidas nos parques barrocos e rococós da burguesia”.

Com o passar do tempo surgem novas atividades econômicas e novos meios de trabalho. Os parques assimilam as inovações e se reinventam. Um exemplo disso é o uso da energia elétrica, que após generalizar-se na produção, gera um novo tipo de parque: o *parque de diversões*. Bartalini (1995, p. 102) aponta um exemplo mais recente, muito emblemático, o Museu da Ciência e da Tecnologia no interior de *La Villette*, que confirma o procedimento de

¹⁵ De acordo com Mohr (2003, p. 25), anteriormente à criação do *Central Park* já existiam parques destinados ao uso público, mas sempre vinculados a iniciativas privadas. Entre eles, na Inglaterra, destacam-se o *Vauxhall Gardens* em Londres (1732-61) e também o Parque de Birkenhead (1843-47). O primeiro, cujo proprietário era Jonathan Tyers, continha espaços para lazer e cultura, para as quais misturavam-se a aristocracia e o povo de Londres, que passava por um período de popularização. Birkenhead era um loteamento resultante dos parcelamentos que os *landlords* efetuavam na época, foi desenhado por Joseph Paxton, ocupou um antigo banhado com seus 94,1 ha e constituiu-se no primeiro parque municipal.

“transpor para o parque, caracterizando-o, os meios originalmente ligados à produção econômica, já então liberados para entretenimento”. Estes novos tipos de parque, porém, não permitem que o espaço seja percorrido, vasculhado, sentido, pois ele é apenas suporte para os brinquedos eletrônicos e dispositivos informatizados. Ao separar o parque do seu próprio espaço, “buscam-se compensações em qualificativos, em temas e funções: o parque ecológico, o parque da música, o parque da criança [...] Num golpe final, chega-se ao pocket park, a capitulação do nome e do espaço do parque à lógica do lote urbano”. Em São Paulo, uma das maiores concentrações e extensões urbanas do mundo, ocorre o significativo fato de 40%¹⁶ dos parques municipais existentes serem originados das doações compulsórias para a aprovação dos loteamentos. Por tudo isto, o parque existe, mas destituído de seu espaço verdadeiro, quase sempre como “sobra de espaço, subproduto, resultado secundário do processo de produção do espaço”, ou seja, como mero suporte, igual a qualquer fração de espaço produzida pela economia.

Macedo (2003), ao introduzir a questão em sua obra, *Parques urbanos no Brasil*, faz considerações semelhantes, chamando a atenção para o constante processo de recodificação do parque público, enfocado como um elemento típico da grande cidade moderna. Para o autor, a demanda por novos parques está se tornando cada vez maior na cidade contemporânea, e estes têm características diferentes dos primeiros parques públicos: são menores, devido à escassez e ao alto custo da terra, e atendem a uma grande diversidade de solicitações de lazer, tanto esportivas como culturais, não possuindo mais a antiga destinação específica para o lazer contemplativo.

Novas funções foram introduzidas no decorrer do século XX, como as esportivas, as de conservação de recursos naturais, típicas dos parques ditos ecológicos, e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos. Essas funções requalificam os parques e novas denominações, novos adjetivos, são atribuídos a eles como, por exemplo, parque ecológico e parque temático (MACEDO, 2003, p. 13).

Outra questão pertinente ao se discutir parque urbano é a necessidade de distingui-lo de *praça*, que Mohr (2003, p. 36) define como sendo “o espaço público aberto que desempenhou o papel mais importante na vida urbana durante mais de vinte séculos”. Existem outras definições, mas todas ressaltam sua importância para a vida pública:

¹⁶ Esta porcentagem se refere ao número de unidades-parques, que está relacionado à disseminação deste tipo de equipamento, e não à sua área.

A praça poderia ser caracterizada fisicamente como uma manifestação espacial resultante da malha urbana e tradicionalmente presente desde a cidade medieval (ou mais remotamente desde a ágora grega e o fórum romano) assumindo diversas formas de expressão, porém sempre produto de uma necessidade funcional mais ou menos evidente, de caráter civil, militar ou religioso. É o local de reuniões, notícias e intercâmbios. Convivem o mercado, os torneios e as competições, as reuniões e as cerimônias públicas (GALENDER, 1982, p. 113-114).

Frank (2000, p. 72) define praças públicas como espaços “equipados com bancos, brinquedos infantis, quadras esportivas, canteiros, gramados, passeios pavimentados e ensaibrados, sanitários, bebedouros, sombra, arbustos, flores e iluminação”. A autora afirma que a diferença entre parques e praças está somente na extensão de suas áreas, tendo os parques tamanho consideravelmente maior. Além disso, “os parques geralmente atendem a fins culturais e esportivos mais específicos, justamente porque dispõem de maior espaço físico” (P. 73): exposições, festivais, feiras, competições esportivas etc.

Para entender essa diferença, Galender (1982, p. 113) sugere a leitura simultânea de vários aspectos: papel urbano do espaço analisado; relação com o entorno; relação com a estrutura espacial da cidade; inserção na paisagem que o gerou e sobre a qual atua; histórico e formação. A ênfase deve ser dada ao aspecto funcional e formal, além de aspectos mais físicos, como porte, configuração espacial, localização, disposição, relação com o sistema viário, área de abrangência e relação entre as escalas verticais e horizontais, visuais internas e externas. O autor entende que a somatória destes itens pode permitir entender os espaços existentes, fornecendo subsídios para discussões relativas ao planejamento de novas estruturas espaciais urbanas, pois freqüentemente o estudo de aspectos isolados não permite o aprofundamento conceitual do assunto, “denotando uma defasagem entre teoria e prática, dada a velocidade com que esta última vem propondo novas soluções, ainda pouco compreendidas”.

No Brasil a praça existe, de acordo com Galender (1982, p. 115), sobretudo, por causa dos espaços vazios diante de capelas, igrejas e conventos, previstos para ressaltar as edificações do seu entorno. São poucas as nossas praças cívicas e em menor número ainda as militares, que mantêm tais funções hoje em dia. De modo geral, pode-se afirmar que essa praça teve um caráter marcadamente funcional, gerando um espaço comunitário e até mesmo a percepção da cidadania, e que “foi evoluindo até o presente, alterando sua morfologia, seu papel na malha e na paisagem urbana e sua concepção, produto das diferentes posturas do urbanismo”.

Schlee et al (1996, p. 1079) concordam que as praças sempre foram – e ainda são – os espaços populares, destinados ao convívio social, onde predominam a espontaneidade e a liberdade. Para eles, as áreas verdes (posteriormente chamadas parques), que trouxeram a possibilidade de uma interação diferente com a população, só surgiram no Brasil na segunda metade do século XIX. O marco inicial dessa mudança foi a construção do Passeio Público, no Rio de Janeiro, em 1783. De acordo com Macedo (2003, p. 18), ele é oficialmente o mais antigo parque urbano do Brasil, construído antes mesmo da constituição do país como nação. “Criado em 1783 por ordem do vice-rei Luís de Vasconcelos de Sousa, foi concebido por mestre Valentim da Fonseca e Silva [...] inspirado nas tradições de desenho do jardim clássico francês e construído em área alagadiça conquistada ao mar”. Mais tarde, em 1860, foi remodelado por Auguste Marie François Glaziou, que projetou também a Quinta da Boa Vista (1869) e o Campo de Santana (1873 a 1880).

Galender (1982, p. 115) propõe ainda uma rápida análise de outra possibilidade de apropriação do espaço público urbano, gerada diretamente por uma nova situação político-econômica: aquela ligada ao lazer e à recreação, “não mais como mais uma das atividades humanas, mas como necessidade básica gerada pela divisão do trabalho e oriunda da industrialização e da urbanização acelerada de meados do séc. XIX”. O espaço público, em suas origens, não abrigava recreação não específica, sendo constituído principalmente por mercados e locais para a prática de esportes e realização de cultos religiosos e sagrados. Os jardins “plantados” raramente eram vistos, a não ser em ocasiões especiais, quando uma propriedade privada era aberta ao público:

Na Idade Média, apesar da alta densidade urbana, a proximidade com o campo e a pequena escala das cidades fazem com que a recreação da população e as grandes concentrações ocorram nas escadarias das igrejas, nas áreas de mercados e praças. A partir da Renascença inicia-se a abertura eventual de jardins privados ao público. A Coroa e a Nobreza passam a abrir seus portões ao povo, especialmente em Londres e grandes capitais européias (GALENDER, 1982, p. 115-116).

Mohr (2003, p. 22) confirma o exposto, explicando que as praças eram de uso do povo, ao passo que os jardins dos palácios eram vedados à coletividade urbana, servindo apenas à classe privilegiada, ao rei e à aristocracia. Até mesmo o registro dos jardins suspensos da Babilônia¹⁷ indica “a preocupação que as classes dominantes expressavam de

¹⁷ Uma das sete maravilhas do mundo antigo, construída no século VI a.C., na Babilônia, território localizado onde hoje é o sul do Iraque. Seu construtor foi o rei Nabucodonosor, cujo objetivo era agradar e consolar sua

ter, junto a seus espaços privados, jardins que lhes oferecessem o lazer e a contemplação que aos servos eram facultados apenas nas áreas fora da cidade, na natureza agreste”:

Os jardins da nobreza acompanharam, pois, a quase totalidade dos estados ao longo da história. Em alguns períodos alcançaram grande expressividade, passando a ser indicadores de status e de poder. Nos períodos renascentista e barroco o jardim da aristocracia atingiu sua expressão mais requintada. O acesso do povo aos prazeres da natureza se fazia nas periferias das pequenas cidades. (MOHR, 2003, p. 22).

Entretanto, as cidades foram aumentando tanto em população quanto em extensão e o acesso às amenidades naturais pelos mais pobres passou a ser mais difícil ou mesmo impossível. Começou uma progressiva degradação das condições de habitabilidade, principalmente nos bairros operários, e a única alternativa para superar estas condições era a ocupação dos jardins da nobreza. O autor afirma que essa franquia tornou-se uma imposição cada vez mais necessária para assegurar o equilíbrio urbano, mas foi um processo lento, consistindo a princípio em algumas áreas nas grandes cidades européias:

Pioneira e prematuramente, em 1652, Jaime I abre ao acesso público os jardins de *Hyde Park*. Mesmo sendo feito através do pagamento de uma taxa, este uso passou a caracterizar este espaço como jardim público. Os jardins do *Palazzo Pitti: Giardino Di Boboli*, foram franqueados ao público em 1766. Apenas no século XIX, em pleno desenvolvimento da civilização industrial, e, certamente, como uma decorrência das condições criadas pela industrialização nas cidades, outros parques começaram a ser franqueados ao povo. Foram necessários mais de vinte anos da Revolução Francesa para que os parques de Paris fossem abertos ao público. O *Jardim de Luxembourg* em pleno centro de Paris e o *Jardin de Versailles* foram entregues ao povo apenas em 1803 (MOHR, 2003, p. 22-23).

De acordo com Galender (1982, p. 116), o século XIX inaugura um conjunto de demandas técnicas, funcionais e culturais, ao qual se associa uma nova imagem visual para a cidade. Neste contexto, desenvolvem-se, de maneira mais sistemática, propostas e movimentos ligados à implantação dos parques públicos. Em meados deste século, “a maioria das grandes cidades da Inglaterra e França têm seus parques públicos. Inspirada em seu exemplo, a maior parte dos países europeus (exceto Alemanha), América Latina e algumas outras colônias seguem esta atitude”. Somente no início do século XX, porém, é que o desenho dos parques (*park design*) se integra mais firmemente ao planejamento urbano.

esposa preferida Amitis, que nascera na Média, um reino vizinho, e vivia com saudades dos campos e florestas de sua terra. In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jardins_suspensos_da_Babil%C3%B3nia>. Acesso em: 01 mar. 2007.

Bartalini (1996, p.1110) confirma que as “rápidas transformações que se processavam no território norte-americano, e as novas e duras condições das cidades industriais inglesas”, acabaram resultando em um movimento de parques públicos em ambos os países, em meados do século XIX, atribuindo às áreas verdes urbanas um papel regenerador do ambiente físico e moral:

[...] as áreas verdes e espaços livres, na forma e nas finalidades com que foram introduzidos no planejamento urbano, têm sua origem no século XIX, na Inglaterra. Ali, o crescimento fenomenal das cidades industriais, associado às péssimas condições de vida dos trabalhadores, motivou o surgimento de um movimento reformador que procurava conciliar a busca do lucro individual com a consecução do bem coletivo, passando pela implantação de áreas verdes públicas nas cidades. Se as cidades eram infectas cumpria saneá-las de modo que os trabalhadores nelas residentes se tornassem melhores e mais satisfeitos, o que resultaria, por fim, em maiores lucros (BARTALINI, 1996, p. 1107).

De acordo com Pettena (1992 apud BARTALINI, 1996, p.1107) neste período se originou nos Estados Unidos um movimento pela criação de áreas verdes, liderado por indivíduos pertencentes à “elite intelectual, socialmente e politicamente muito poderosa, ainda expressão de interesses fundiários e comerciais” que vislumbrava na crescente urbanização “a possibilidade de realizar também os princípios da utopia social a serem estendidos progressivamente às partes mais inexploradas e pobres do país”.

Zoppi (1992 apud BARTALINI, 1996, p.1107-1108) afirma que foi nesta fase que os parques começam a “ser concebidos intrinsecamente à forma urbana e não mais como espaços periféricos”. O autor cita Olmstead, expoente do movimento americano, que defendia a idéia do parque como um lugar de reafirmação dos valores de igualdade e de justiça social, devendo ser parte integrante de um sistema acessível a todos, e não um fato excepcional na cidade.

Em sua evolução ao longo da história, os parques foram variando principalmente em funções, mas isso ocorreu também com as suas formas. Mohr (2003) explica que a nobreza criava seus jardins de acordo com as regras ditadas pelos modelos arquitetônicos do período:

A força do barroco se desenhou magnificamente nos parques de inspiração francesa, descendentes dos jardins italianos. Seu traçado geométrico, sua total visibilidade sobre suas partes, os eixos representados pelos caminhos e pelos canais traduziam uma natureza domada, criada com elementos construídos e com vegetação, empregados como objeto dominado (controlado) para afirmar a supremacia do homem sobre a natureza. Já os jardins ingleses apresentam conceitos totalmente diversos. Tudo aí é organizado para reproduzir artificialmente a natureza em sua organicidade e aparente aleatoriedade. Linhas sinuosas, caminhos meandantes, em

lugar de largas visuais, perspectivas limitadas e surpresas a cada curva dos caminhos, tranqüilidade e recolhimento, nenhum eixo, nenhuma percepção do conjunto senão pelo percurso ao longo de todos os espaços. É o jardim que imita a paisagem natural, o jardim paisagista (MOHR, 2003. p. 26-27).

A maioria dos parques urbanos, ainda hoje, tem em sua configuração a influência dos dois estilos, embora se possa afirmar que a influência maior foi do jardim inglês. Quando os parques urbanos e áreas verdes públicas chegaram ao Brasil, estavam repletos destes antecedentes e estigmas de origem. Bartalini (1996) questiona, porém, analisando o caso de São Paulo, até que ponto eles foram influenciados pela má consciência burguesa, pela nostalgia rural e pela necessidade de cooptação pelo sistema fabril:

Provavelmente não erraríamos se dissessemos que, ao contrário das cidades européias e norte americanas, a industrialização aqui não ensejou a criação de parques e áreas verdes, antes destruiu-os. É possível até cogitar que, entre nós, os parques tenham saído de um modismo, de uma tendência de imitação de modelos das metrópoles sem que houvessem as condições ou necessidades semelhantes às que motivaram seu surgimento lá (BARTALINI, 1996, p.1108-1109).

De qualquer maneira, os parques tornaram-se parte integrante dos planos para a cidade desde que São Paulo assumiu seu papel de capital da economia cafeeira e, posteriormente, da indústria. Buscando a justificativa para isso, Bartalini (1996, p. 1109) verificou que muitas vezes ela estava “no efeito restaurador proveniente do contato com a natureza e nos resultados morais do ambiente saudável [...] e da recreação [...] ao ar livre, tal e qual na Europa e nos Estados Unidos, embora somente uma pequena parte dos discursos tenha se efetivado na prática”.

De acordo com Bartalini (1996, p. 1109), a ação pública em São Paulo no referente aos parques, jardins e áreas verdes em geral iniciou algumas décadas depois das iniciativas inglesas e uns dez anos depois do início do movimento americano, mas com características diferentes: teve uma escala mais pontual e outras motivações. O Brasil ainda era escravocrata, a cidade burguesa estava incipiente e o surto industrial só ocorreria décadas depois, “a população portanto não vivia as condições dramáticas de habitabilidade que eram comuns nas cidades industriais inglesas, e parece que nem as elites locais eram dadas a utopias como a do leste norte americano”. A sintonia com o que ocorria no exterior pode ser constatada de uma forma mais sutil, na nomenclatura (em 1838, o Jardim Botânico, no bairro da Luz, em São Paulo, passou a ter nome oficial de *Jardim Público*, denominação bastante atualizada com as tendências da época) ou na forma (em princípio os jardins públicos estavam cercados de

grades - fato comum na Inglaterra - sendo mais tarde, por influência norte-americana, substituídos por jardins abertos).

Macedo (2003, p. 24) explica a ausência de demanda por parques no Brasil, afirmando que isto se deve ao fato do lazer (do tipo que hoje tem lugar em praças e parques) ter sido praticado durante mais de um século nos inúmeros “vazios urbanos, imensas áreas de terra, geralmente várzeas de rios, que praticamente recortavam todas as cidades do país”. Somente a partir da segunda metade do século XX, com sua diminuição e mesmo desaparecimento, começou a escassez real de áreas para lazer das massas menos privilegiadas, tornando-se este tipo de equipamento urbano uma necessidade social.

Nos anos 50 e 60, era flagrante a carência de espaços ao ar livre para o lazer de massa. Isso pôde ser percebido, primeiro, em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, que passaram por um processo de urbanização intenso e extenso, no qual bosques, campos e pastagens, quintais e chácaras foram ocupados, divididos e redivididos para a construção urbana. O espaço para lazer de muitas das áreas vazias que entremeavam as áreas de moradia e trabalho foi eliminado, os riachos e rios, antes apropriados ao banho e aos esportes náuticos, tornaram-se poluídos (no caso de São Paulo, em especial) (MACEDO, 2003, p. 34).

O autor afirma que, deste modo, o parque se torna um espaço de lazer desejado por milhares de pessoas, embora a maioria não tivesse acesso a ele. Houve então um incremento da criação de novos parques públicos no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, aliado a um novo tipo de programa de uso para esses logradouros. A estrutura morfológica é simplificada, embora tenha sido mantida a característica de manutenção da vegetação nativa para compor a paisagem. Novas atividades foram introduzidas, envolvendo esportes e lazer cultural. As inovações nas formas e funções dos parques vinculam-se às transformações culturais e políticas profundas pelas quais o Brasil passava:

Os anos 30, os anos 40, principalmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial, e os anos 50 caracterizam-se por uma alteração radical das bases econômicas do país, com o aumento das camadas médias, em particular nos estados do sul, devido ao crescimento industrial e comercial. Investimentos pesados foram feitos pelo Estado e pela iniciativa privada, visando à transformação do país e à reestruturação das urbes, notadamente as de médio e grande porte, a fim de dotá-las de infra-estrutura de funcionamento compatível com as novas formas de estruturação econômica (MACEDO, 2003, p. 36).

Alguns parâmetros orientam o novo modelo urbano. Macedo (2003, p. 36) destaca os princípios modernistas da Carta de Atenas, o uso do automóvel e do caminhão como meios de

transporte, o consumo e lazer de massas e um vasto processo de investimento imobiliário. As mudanças mais radicais foram na configuração urbana das áreas mais antigas e nos centros expandidos e as mais precárias nas suas periferias. O planejamento que passou a vigorar privilegiava “a existência de espaços verdes, a estruturação urbana segundo as zonas de uso, o controle de gabarito e volumetria dos edifícios, o estabelecimento de planos diretores que substituíssem códigos de obras ultrapassados”. O modelo-síntese utilizado era a paisagem de Brasília, a nova capital federal a partir de 1961, estruturada “sobre um grande parque urbano totalmente plantado nas terras do Planalto Central, no qual são inseridos vias e edifícios (públicos e privados). Na área residencial do Plano Piloto, obtém-se a cristalização do ideal modernista de se morar em um parque urbano”.

Para que o novo enfoque de planejamento mostrasse resultados substanciais concretos, com a proliferação de parques públicos pelas cidades brasileiras, foi preciso algum tempo. Macedo (2003, p. 37) afirma que isso “se dará somente a partir do final dos anos 60, quando se inicia um processo de investimento público sistemático na criação de parques, não mais voltados exclusivamente para as elites”, principalmente em São Paulo e Curitiba, duas cidades favorecidas por administrações centralizadas e por uma motivação política clara.

Conforme Macedo (2003, p. 43), outras mudanças ocorreram nas décadas seguintes. Na década de 1970 consolida-se “a figura do parque moderno, com seu programa misto, contemplativo e recreativo, e soluções espaciais elaboradas”. Exemplos típicos desse modelo foram construídos em cidades como São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, em São Paulo, Vitória, no Espírito Santo, e Porto Velho, em Rondônia. Na década de 1980 uma nova sistemática vai se estabelecendo: o uso de “procedimentos ecológicos como uma bandeira pela qualidade de vida”, principalmente por órgãos públicos “ambientais” ou do “verde” ou, nas cidades mais importantes, por departamentos ou secretarias que tendem a seguir esse enfoque no gerenciamento dos projetos de parques e praças. Macedo (2003) situa aí o surgimento do conceito de um novo tipo de parque: o ecológico, cuja introdução no país ocorreu com a ampla proposta de revitalização e conservação das várzeas ainda intactas do Rio Tietê, na Grande São Paulo.

A década de 1980 trouxe mais mudanças. Galender (1982, p. 118), acredita que para fazer face às novas soluções espaciais, a abordagem teórica deve rever alguns pontos e tentar chegar a modalidades de espaço público urbano mais atuais, buscando “a compreensão global deste espaço no contexto da cidade que o abriga, superando-se pré-conceitos (e preconceitos) qualitativos e quantitativos que não têm servido à real situação que se apresenta”.

Macedo (2003, p. 14) concorda que a definição dos parques nem sempre é precisa, apesar do papel abrangente deles no Brasil. Ele aponta o exemplo de espaços de lazer de pequeno porte (10 mil m² ou um pouco mais) que são denominados parques apenas porque são cercados, contêm instalações de lazer e alguma vegetação. Outras definições também podem ser encontradas, como as que consideram parque “todo espaço público de lazer ou de conservação que contém vegetação, qualquer que seja seu porte, seja um pátio ou uma área com milhares de metros quadrados”, mas o autor apresenta a sua:

Consideramos como parque todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO, 2003, p. 14).

Tate (2001, p. 2) sugere que, apesar das polêmicas, existem muitas bases de comparação para parques de qualquer idade, tamanho ou localização. “Estas incluem questões como: porque os parques foram criados, como eles foram projetados, como eles foram administrados e quais planos estão sendo feitos para eles no começo do século XXI”¹⁸.

Uma definição relativamente atual é a de Klias (1993, p. 19) para quem os parques urbanos “são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação”.

Garabini (2004, p. 190) lembra que o recurso à história da evolução dos parques na Europa e nos Estados Unidos da América, tal como o feito no presente trabalho, muito utilizado por diferentes autores, permite vislumbrar “como o conceito e uso de parques urbanos mudaram nas últimas décadas, influenciados pela situação econômica, social e política dos cidadãos, e sua localização nos assentamentos urbanos”.

Klias (1993, p. 24) explica a origem das mudanças mais recentes nestes conceitos e usos, situando-a no período posterior à Segunda Guerra Mundial, conforme já foi comentado, quando as experiências das cidades novas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos introduziram uma nova concepção urbanística (também em relação às áreas verdes), inspirada na Carta de Atenas e nas idéias do arquiteto urbanista Le Corbusier. Por conseguinte, emergiram as questões relacionadas com o meio ambiente e a preservação dos patrimônios

¹⁸ “These include questions like why the parks were created, how they were designed, how they are managed and what plans are being made for them at the beginning of the twenty-first century” (Tradução da autora).

culturais e paisagísticos, contribuindo para “recuperar as propostas de valorização das áreas verdes nos centros urbanos e de conservação dos seus espaços naturais”.

É importante analisar o modo como a mudança dos valores nas últimas décadas afetou a maneira da sociedade ver as áreas verdes urbanas. Com o início do movimento ambiental, na década de 1970, houve uma transição da visão limitada de proteção ao “verde” para uma luta pela transformação dos paradigmas civilizatórios vigentes. Isto resultou num movimento expressivo a favor da criação de Reservas Florestais ou Áreas de Preservação Ambiental nas cidades, interpretando-se o Código Florestal Brasileiro como legislação que capaz de incidir no interior da malha urbana, chegando-se a confundir o *parque natural* com o *parque urbano*. De acordo com Mohr (2003), é necessário desfazer qualquer equívoco a este respeito:

Os parques urbanos não são espaços naturais, mas construídos artificialmente, utilizando elementos ocorrentes na natureza. Evidentemente há exceções e pode-se referir a parques, no interior da malha urbana, que contém réliquos do ambiente natural pré-existente. A preservação de espaços naturais, no entanto não é compatível com as características de um parque público urbano. [...] uma APA é um local onde a interferência humana deve ser a mínima possível. Já um parque urbano é um espaço onde se privilegiam ao máximo as atividades de lazer, esporte, recreação e cultura. O Parque Urbano é um espaço onde a necessária presença da população é intensa e permanente. A população, aí, interage com o espaço e com seus componentes (MOHR, 2003, p. 31-32).

Mohr (2003, p. 166) esclarece que os elementos naturais que comparecem no parque, em lugares concebidos como reprodução da natureza, “passam a ser elementos do espaço cultural organizado como parte integrante do meio urbano”. Do mesmo modo, a atitude e a postura do freqüentador do parque provam “que ele não está refugiado no meio natural”, e sim “integrando o contingente de cidadãos que necessitam se encontrar, exercer sua cidadania de forma mais completa que nas atividades diárias, através da recreação, do aprimoramento cultural ou da qualificação de suas necessidades físicas”. O parque é tão integrado à vida urbana que atividades como o comércio e produção, em maior ou menor intensidade, continuam em seu interior.

A compreensão destes atributos e desta qualidade do parque urbano é, cada vez mais, fundamental para que não se criem simulacros da natureza dentro das cidades, mas para que se organizem espaços que completem a vida urbana. A preservação de áreas naturais é imprescindível para o equilíbrio ecológico, porém, quando elas estão dentro da cidade, seu efeito é apenas paisagístico e ambiental. Não servem às funções urbanas (MOHR, 2003, p. 166).

É compreensível que os múltiplos termos usados indicar as áreas verdes urbanas confundam os profissionais que trabalham na pesquisa, gestão e planejamento dessas áreas, e por consequência transmitam equívocos para os veículos de comunicação. Lima et al (apud GUZZO, 2007) estabeleceram uma classificação básica, cujas definições podem ser úteis para fugir ao senso comum:

Espaço Livre: trata-se do conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído, em áreas urbanas. Assim, a Floresta Amazônica não se inclui nessa categoria; já a Floresta da Tijuca, localizada dentro da cidade do Rio de Janeiro, é um espaço livre.

Área Verde: onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas, que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, devem, também, conceituar-se como área verde. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas, não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas.

Parque Urbano: é uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos.

Praça: como área verde, tem a função principal de lazer. Uma praça, inclusive, pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada (exemplo, a Praça da Sé em São Paulo). No caso de ter vegetação, é considerada jardim.

Área Livre e Área Aberta: são termos que devem ter sua utilização evitada, pela imprecisão na sua aplicação.

Espaço Aberto: traduzido erroneamente e ao pé da letra do termo inglês "open space". Também deve ser evitada sua utilização, preferindo-se o uso do termo espaço livre.

A despeito de tudo isso, não há dúvidas sobre o fato desses espaços serem socialmente úteis. Whitaker e Browne (1971, p. 6)¹⁹ discutem qual a real causa da necessidade que as pessoas sentem de parques, ocupando com eles um espaço precioso nas cidades repletas de outras reclamações urgentes, e concluem que o sentimento que a maioria das pessoas tem por campos abertos pode ser um desejo herdado das primitivas florestas das quais nós primatas viemos, e nossa paixão por pequenas hortas ou jardins, casas de campo etc., talvez derive subconscientemente de nosso passado agrícola ancestral, comprovando que os seres humanos, como qualquer outro organismo, são afetados pelo ambiente no qual eles vivem. Este sentimento pode ser profundo e produzir extraordinários resultados, como o que ocorreu

¹⁹ Tradução da autora.

durante o cerco a Leningrado pelas tropas de Hitler na Segunda Guerra Mundial, quando os habitantes usaram suas mobílias e até as portas externas de suas casas como combustível antes de cortarem as árvores da cidade.

Mohr (2003, p. 22) reforça esta idéia, afirmando que o homem sempre conviveu com plantas, pois esteve imerso, desde sua origem, no meio natural. Durante centenas de milhares de anos, as populações primitivas dependiam de um íntimo contato com os recursos naturais, relação que só se alterou com o surgimento das cidades, onde a ausência de plantas “era compensada pelo contato que o homem do povo mantinha com o ambiente natural nas periferias dos pequenos aglomerados”. De acordo com ele, a aristocracia nunca teve esse problema, pois sempre proveu seus espaços de essências vegetais.

Conforme o mesmo autor (2003, p. 23), a introdução da árvore na cidade aconteceu “por motivos diversos nos diferentes lugares e cumprindo finalidades diferentes”: realização de jogos coletivos, espetáculos musicais, encontros e passeios ou simplesmente desfile da elite da sociedade para ver e ser vista, atividades que se tornavam mais prazerosas com a presença das plantas, árvores, arbustos, flores. Assim, “praças foram ajardinadas, avenidas e *boulevards* receberam arborização, principalmente depois que passou a se considerar arborização como fator de saúde física e mental. Surgem, assim, espaços verdes como os jardins botânicos e, no século XIX, os parques públicos urbanos”.

Whitaker e Browne (1971, p. 8) acreditam que os parques consistem em válvulas de escape para a tensão da vida moderna, “olhos calmos no furacão das cidades”²⁰, um território extra, um refúgio temporário para animais humanos quando eles estão se sentindo cercados, para recuperar-se e se regenerar, onde pessoas podem emergir das cavernas de seus quartos para passear, sentar ou repousar. A dádiva que os parques podem dar é poder aumentar a liberdade das pessoas em um espaço limitado. Feiber (2006, p. 5) endossa esse ponto de vista, quando afirma que no Brasil os parques urbanos “são formados por maciços de vegetação arbórea formando áreas de refúgio na cidade, o contraponto entre área construída/área natural”.

Infelizmente, conforme Whitaker e Browne (1971, p. 11), são raras as administrações para as quais parques não são uma baixa prioridade financeira – “o último item a ser providenciado, e o primeiro a ser cortado ou reduzido”²¹. Porém, “ainda constituem uma das

²⁰ “still eyes in the hurricane of the city” (Tradução da autora).

²¹ “the last item to be provided, and the first to be cut out or cut back” (Tradução da autora).

exigências que são crescentemente essenciais para a vida urbana moderna e a qual não pode ser deixada para a lei do livre mercado da oferta e da procura”²².

Macedo (2003, p. 15), avaliando a situação no Brasil, conclui que “somente nos últimos vinte anos do século XX observa-se um interesse político crescente pela implantação e formação de parques públicos”, conseqüência da crescente urbanização do país, que levou a imensa maioria da população a residir em cidades: “iniciou-se, no final desse século, um processo crescente de implantação desse tipo de logradouro nos médios e grandes aglomerados urbanos, de responsabilidade tanto dos municípios como dos governos estaduais”.

Garabini (2004, p. 192) questiona a real motivação do interesse pela criação desses espaços, em todos os períodos históricos: “[...] o espaço público destinado ao lazer, ao convívio social, isento de discriminação social, econômica e política seria mera intenção?”. E responde com uma afirmação contundente: “Os parques urbanos já serviram aos reis, ao clero e à nobreza. Agora servem de *marketing* cultural da corrida do pódio pela cidade com a melhor qualidade ambiental, aqui, ali e acolá”.

4.2.1.2 Parques urbanos – importância ambiental

De acordo com Amorin (2001), com o desenvolvimento do processo de expansão urbana a vegetação original é retirada em função da implantação da estrutura urbana, tornando-se elemento secundário na paisagem, ficando restrita a jardins de residências, praças e alguns parques urbanos. Ao planejar as cidades, os órgãos competentes destinam uma parcela da mesma para áreas verdes, a fim de proporcionar lazer e recreação para a população. O que se observa na maioria dos casos, principalmente nos bairros periféricos, é que essa determinação não é efetivada, e as áreas se tornam terrenos baldios ou são ocupados por favelas. Esse fato é verificado com menor intensidade nos bairros mais valorizados, onde o "verde" serve até mesmo como atrativo, sendo utilizado na propaganda para a venda de lotes.

A maioria das cidades brasileiras conta com praças, parques ou outras áreas verdes, mas poucas têm organizado esses lugares de uma maneira que possam ser mais do que uma coleção avulsa de espaços abertos ao ar livre, o que é muito pouco, conforme a autora:

²² “yet they form one of the requirements that are increasingly essential for modern city living and which cannot be left to the free market law of supply and demand” (Tradução da autora).

As áreas verdes são de grande importância pelas contribuições que oferecem para a melhoria da qualidade de vida dos que moram na cidade. Dentre as principais contribuições destacam-se: o conforto térmico pela amenização do clima urbano, retirada de poluentes da atmosfera, aumento da evapotranspiração e, conseqüentemente, da umidade do ar, diminuição de ruídos, atenuação do impacto pluvial, auxílio na captação de águas pluviais, redução da poeira, redução e condução dos ventos, além das atribuições recreativas e de lazer da população em geral (AMORIN, 2001, p. 46).

Para Frank (2000, p. 68), as cidades representam a base de sustentação do estilo predatório de desenvolvimento, pois este existe para atender a um padrão de vida eminentemente urbano. A autora afirma que “urbanização desenfreada e sem critérios, a disputa por empregos, a necessidade de transportes automotivos e o consumo de uma grande diversidade de produtos com alto grau de obsolescência”, aliados a outros fatores, facilitam a vida cotidiana no meio urbano, mas degradam as condições de vida e saúde. Acrescenta ainda que essa relação tão estreita da questão urbana com a qualidade de vida não é uma peculiaridade regional, mas comum a praticamente todas as cidades do planeta, estejam elas em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos.

Smolka (1996, p. 133) acredita que a cidade é muito mais que um “palco privilegiado para a tragédia ambiental”, consistindo em “parte essencial do enredo, quando não a própria trama”.

[...] não há como separar os problemas ambientais mais aflitivos destes “tempos pós-modernos”, dos processos de urbanização em geral, e da estruturação intra-urbana em particular. Esta associação estrutural é materializada tanto pela pressão sobre o meio ambiente natural para sustentação do modo de vida urbana, quanto pela natureza mesma dos ambientes criados, reconhecidos como “cidade” (SMOLKA, 1996, p. 133).

Mas, de acordo com Lynch (1977), atualmente estamos, talvez pela primeira vez na história, de posse dos instrumentos necessários para produzir uma atmosfera agradável para todos, não apenas em locais de férias, mas também onde vivemos nossa vida cotidiana. O autor esclarece:

Houve no passado meios ambientes artificiais que foram exaltados por seus habitantes com paixão, e a maioria dos locais campestres era desse tipo. O sentimento de sentir-se alguém em sua própria casa não depende de ordem ou estreiteza, mas de uma ativa relação entre o homem e o meio, da significação do que ele vê e sente. E esse significado é tão possível na cidade como em qualquer outro lugar, e até mais viável na primeira (LYNCH, 1977, p. 215).

Lynch (1977, p. 216) afirma que o meio urbano, vasto, seco, caótico, desconfortável, parece algo com caráter permanente, mas na verdade está se transformando rapidamente. É urgente uma ação estratégica para modificá-lo, apesar da dúvida sobre nossa capacidade de controlar a qualidade do meio ambiente. O autor acredita ser “fácil criticar a cidade”, mas o que não é tão óbvio “são as suas potencialidades para nos trazer satisfação e prazer, potencialidades que surgem não apenas como decorrência da qualidade do meio íntimo – a casa e o bairro – mas da forma da cidade em toda a sua grandeza”. Suas especulações são sobre a cidade mundial, mas geram pontos de apoio para melhorar a qualidade do meio urbano como um todo. Um desses pontos são os *padrões de espaços abertos* que, imaginados sob um novo prisma, podem colaborar para converter a cidade existente “em um meio ambiente do qual o homem possa orgulhar-se e sentir prazer. Ele poderia tornar-se artificial, no antigo sentido da palavra: uma obra de arte, própria para os objetivos humanos”.

Smolka (1996, p. 133) também aborda a questão da temporalidade e da espacialidade imposta pelo ambiente construído aos fenômenos urbanos, mas de um ponto de vista um pouco diferente. Ele afirma que esse ambiente, a não ser por fatores acidentais específicos ou catástrofes, não sofre mudanças dramáticas todo dia. Desse modo, os “problemas ambientais não só não emergem da noite para o dia – exceto talvez nos fenômenos de saturação instantânea – como também não podem em geral ser resolvidos rapidamente”. Muitas decisões tomadas em um passado irrevogável constroem o presente, nem sempre podendo ser revertidas facilmente. O mais grave, de acordo com o autor, é que “essas decisões correntes são marcadas pelas incertezas quanto ao impacto futuro”.

Os mecanismos desta (re)estruturação intra-urbana são muitos - destacando-se o mercado imobiliário e a captura do Estado (administrações locais) pelas elites – assim como as iniquidades que geram. Para que a própria configuração da cidade não cause sérios problemas ambientais, Frank (2000) propõe que haja uma variação em seus usos, verificando a proporção de espaços não-construídos e não utilizados pela circulação urbana. A melhor utilização desses espaços seria mantê-los como áreas verdes (praças, jardins ou parques), fundamentais para a qualidade de vida.

Feiber (2006) destaca a relevância de uma abordagem que leve em conta estas áreas:

A questão das áreas verdes urbanas possui sua importância no sentido de valorizar seu papel funcional no metabolismo da cidade, ou seja, as áreas verdes atuam no conjunto dos fenômenos químicos e físicos mediante os quais se faz a assimilação

das substâncias necessárias à vida. Atualmente as intervenções antrópicas no meio ambiente natural estão sendo vistas como a maneira de se preservar e manter, reconstruindo e transformando, de maneira a reencontrar o equilíbrio entre a natureza e o ambiente urbano (FEIBER, 2006, p. 2).

Conforme Feiber (2006, p. 12), “no início da produção capitalista das cidades, caso das cidades brasileiras, a vegetação não possuía grande valor devido à sua abundância”. Posteriormente, “devido à aceleração do processo de industrialização a vegetação nos grandes centros foi cedendo lugar aos elementos construídos. A cidade passa a ser um objeto com produtos a consumir”. Assim, as áreas verdes, tão importantes para a amenização dos impactos ambientais urbanos, tornaram-se um “produto” cada vez mais escasso.

Grande parte das publicações sobre áreas verdes urbanas tem como foco aspectos quantitativos, utilizando ou debatendo diferentes índices. O *índice de áreas verdes* goza de maior popularidade e é descrito por Guzzo (2007) como o que expressa a quantidade de espaços livres de uso público (em Km² ou m²), pelo número de habitantes de uma determinada cidade. São considerados para esse cálculo todos os espaços com acesso livre para a população: praças, parques, cemitérios etc. Embora esteja intimamente ligado ao uso potencial para lazer, este índice se refere àquelas áreas verdes que desempenham todas as funções citadas anteriormente.

Outra questão controversa em relação a estes índices é o valor mínimo recomendado. Como inexistente uma definição amplamente aceita sobre o termo *áreas verdes* e as diferentes metodologias utilizadas para obtenção dos índices, fica praticamente inviabilizada a comparação entre diferentes cidades, brasileiras ou estrangeiras.

[...] é importante comentar que está difundida e arraigada no Brasil a assertiva de que a ONU, ou a OMS, ou a FAO, considerariam ideal que cada cidade dispusesse de 12m² de área verde/habitante. Nas pesquisas, por carta, que fizemos junto à essas Organizações, foi constatado que esse índice não é conhecido, [...] . Somos levados a supor, depois de termos realizado muitos estudos, que esse índice se refira, tão somente às necessidades de parque de bairro e distritais/setoriais, já que são os que, dentro da malha urbana, devem ser sempre públicos e oferecem possibilidade de lazer ao ar livre (CAVALHEIRO e DEL PICCHIA, 1992, apud GUZZO, 2007).

Guzzo (2007) explica que estes índices carregam apenas uma informação quantitativa geral, não expressando como estas áreas estão distribuídas, por quem são utilizadas, qual seu estado de conservação. Podemos ter uma cidade com um alto índice de áreas verdes, mas situadas somente em bairros de alta renda. Já que o índice de verde urbano está relacionado

com o tamanho e a área de influência dos parques, o autor propõe, baseando-se em propostas já existentes, uma tipologia para os mesmos:

Parques de vizinhança: são de uso localizado e tamanho reduzido, planejados para servir a uma unidade de vizinhança ou de habitação, substituindo as ruas e os quintais de casas das cidades menores e abrigando alguns tipos de equipamentos ligados à recreação.

Parques de bairro: são de maiores dimensões, devendo conter uma gama maior de equipamentos de lazer. Podem desempenhar função paisagística e ambiental, se dotados de vegetação, espaços livres de impermeabilização e águas superficiais.

Parques distritais: são espaços livres de grandes dimensões, contendo elementos naturais de grande significado, tais como montanhas, cachoeiras, florestas, etc. Devem ser concebidos e equipados para permitir acampamentos, possuir trilhas para passeios a pé e a cavalo, locais de banho, natação, esporte e outros.

Parques metropolitanos: também são espaços livres de grandes dimensões, devendo possuir os espaços e equipamentos de lazer citados para os parques distritais. A diferença maior com estes é sua inserção em áreas metropolitanas, servindo como um espaço público para habitantes de diferentes cidades próximas.

Existem ainda autores que consideram a problemática do verde em certa medida irrelevante. Diaz (199-, p. 36) acha que em termos puramente intra-urbanos, quer dizer, onde as texturas artificiais de habitações e infra-estruturas dominam a totalidade da superfície, existem outras problemáticas prévias. Entre elas, a resolução do problema da moradia e o desbloqueio dos modos atuais de projetar o espaço urbano e a habitações individuais.

4.3 Produção do espaço pelo poder público (Estado)

O processo de ocupação do espaço na sociedade contemporânea está estreitamente ligado às questões do poder. Para Pellegrin (1999) isso se manifesta de forma especial no Brasil:

Na relação das pessoas com o espaço, é possível verificar como se arma o jogo do poder sobre ele, enquanto a organização espacial urbana revela contrastes da organização social, podendo inclusive suscitar possibilidades de transformação nesta última. A organização espacial possui, portanto, um significado político na estrutura social, que está intimamente relacionado com o poder sobre o espaço (PELLEGRIN, 1999, p. 3).

Uma das principais características do processo de urbanização brasileiro é sua acentuada exclusão social, segregando no espaço urbano as classes sociais de acordo com o nível de renda. O espaço urbano materializa territorialmente a divisão da sociedade em classes, um processo visível quando a administração pública privilegia determinadas áreas para a implementação dos bens de consumo coletivo, em geral as ocupadas pelas classes de elevados rendimentos.

Assim, o poder público, apesar de intervir objetivando, explicitamente, promover melhores condições de vida para a sociedade em geral, ao empreender projetos e obras promove, contraditoriamente, excedentes que são apropriados de forma privada. Dessa forma, os bens de consumo coletivo são também transformados em mercadorias (BERNARDELLI, 2001, p. 122).

Bernardelli (2001) enfatiza que a análise do modo de intervenção do poder público na dinâmica de (re)estruturação do espaço urbano é fundamental para a compreender os processos de produção e apropriação da cidade. Essa intervenção pode ser bastante complexa, já que o mesmo desempenha diversos papéis, interferindo direta e indiretamente na orientação dos usos do solo.

O poder público é o agente que determina a instalação do conjunto de infra-estrutura e equipamentos coletivos, interferindo, portanto, sobre a territorialidade que esses benefícios irão tomar, de forma que o novo (e também o velho) espaço urbano será (re) estruturado e, conseqüentemente, todo o processo de urbanização não pode ser entendido sem a compreensão do papel do poder público (BERNARDELLI, 2001, p. 121).

Bernardelli (2001) ressalta ainda que as ações do poder público têm muito impacto e o que sempre se espera é que ele esteja a serviço de todos, que não seja apenas um agente capitalista ao dispor de alguns grupos da sociedade. A análise de textos diferentes autores, porém, leva a crer que isso não acontece na maioria dos casos.

Corrêa (1999, p. 24) afirma que ao Estado (capitalista e brasileiro, no caso) cabe particularmente a tarefa de tentar minimizar os conflitos de classe, mas ele age também na organização espacial da cidade, sendo sua atuação “complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte”. O Estado pode ser industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, mas é como provedor de serviços públicos (sistema viário, calçamento,

água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo etc.) que sua ação é mais corrente e esperada.

Corrêa (1999, p.26), esclarece ainda que é preciso considerar os três níveis político-administrativos e espaciais nos quais a ação do Estado se processa: federal, estadual e municipal. Destes, é no municipal que os interesses dominantes ficam evidentes, pois a legislação garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, devido a uma longa tradição reforçada pelo fato de que, “numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais”. O autor conclui que a atuação do Estado se faz visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, criando mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação (diferenciais de imposto territorial e predial, alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo etc.).

Para Carlos (1999, p. 85), a função do Estado, no contexto capitalista, é “garantir a reprodução do capital, gerenciando conflitos que possam interferir na realização do ciclo do capital, seja produzindo infra-estrutura, seja controlando os salários de modo a mantê-los baixos etc.”. Assim, não compete ao Estado capitalista *eliminar* as contradições do sistema, mas “amenizá-las, mistificá-las, impondo à vida da sociedade as necessidades da dinâmica de acumulação”.

De acordo com Calixto e Brito (2005), o poder público é co-responsável, juntamente com os agentes fundiários, pela maioria dos conflitos que ocorrem no espaço urbano, já que eles também são agentes produtores do espaço. Ele geralmente escolhe para seus investimentos em bens e em serviços coletivos aqueles lugares da cidade onde está o segmento social de maior poder aquisitivo (ou que poderão ser ocupados por esse segmento), enquanto relega ao quase abandono os lugares da pobreza, os mais afastados, aqueles mais densamente ocupados.

Calixto (2001, p. 152) analisa o processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano de Presidente Prudente, uma cidade de porte médio que passou por um processo de reurbanização na década de 1970. A autora afirma que ao agir sobre determinado espaço, o poder público dá aos proprietários a possibilidade de incorporarem no preço da terra os benefícios oriundos dessa intervenção, “o que lhes permite praticar preços mais elevados, seja através do aluguel, venda, ou até mesmo da retenção do imóvel, garantidos pelo fato da propriedade do solo urbano assegurar uma renda pra quem a detém”. Esse processo gera duas dinâmicas conjugadas: disputa das melhores localizações pelos que podem pagar pelo direito de uso, e afastamento daqueles que não podem entrar no âmbito dessa disputa, acentuando

segregação sócio-espacial. Essas dinâmicas caracterizam, por sua vez, a existência de dois grupos distintos:

[...] num período recente, os que podem usufruir das transformações e das novas formas e usos públicos e privados possíveis na área; e [...] num momento anterior, os que não puderam acompanhar ou usufruir das transformações, seja porque foram desapropriados, seja porque não puderam, posteriormente, ter acesso à área devido à sua "valorização", tendo sido vedada sua possibilidade de morar ou usufruir de áreas servidas por infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos básicos (CALIXTO, 2001, p. 153).

Conforme Calixto (2001), é possível subentender, pela opinião dos entrevistados em sua pesquisa, o caráter ideológico do discurso que embasou a implantação da obra em estudo (revitalização do Parque do Povo e de quatro loteamentos adjacentes), pois a maioria deles percebeu esta implantação muito mais como instrumento de valorização fundiária, do que como área de lazer. Ao investir nessa área, o poder público remanejou usos e padrões ocupacionais, renovando-os, e intensificou a ocupação do solo urbano por segmentos de maior poder aquisitivo, instigando novas oportunidades de investimentos, visando benefícios aos proprietários e agentes imobiliários. Conclui-se, portanto, que a configuração espacial resulta dos interesses, necessidades, aspirações e desejos dos agentes sociais, sendo o Estado o grande viabilizador dessa política.

Macedo (2003, p. 54) analisa o que ele denomina “questão emergente”, ou seja, os caminhos do projeto e da gestão de parques urbanos em um período recente, fazendo um apanhado geral da questão, diagnosticando os principais problemas com essas áreas em cada escala de poder administrativo. O autor explica que os parques urbanos são basicamente de responsabilidade da administração pública, geralmente municipal. A administração municipal (que normalmente age nos parques de pequeno porte) “é sempre mais direta e objetiva, já que interessa ao poder local manter a integridade dos espaços e garantir a qualidade mínima de serviços ao contribuinte”. Um bom exemplo disso é o Rio de Janeiro, cujo conjunto de parques e jardins é bem organizado, graças à ação da Fundação Parques e Jardins. O governo federal também administra diretamente uma série de grandes parques urbanos, assim como vários governos estaduais. Os parques estaduais urbanos são em geral de grande porte, podendo abranger mais de um município, e na maioria dos casos apresentam manutenção inferior à dos administrados pelas prefeituras, permanecendo por longos períodos minimamente conservados ou totalmente abandonados. Isso ocorre porque “esse tipo de instância administrativa, como também a federal, tem interesses bem mais difusos e, mesmo

que o logradouro esteja situado em áreas privilegiadas das capitais ou grandes cidades, o quadro é muitas vezes de insuficiência crônica”.

Macedo (2003, p. 54) lamenta que, ao final dos anos 90, a “a conscientização da população sobre a idealização, gestão e valor social dos logradouros públicos” estivesse “muito aquém do desejável, apesar de estar em curso uma mudança real em relação a posturas mais adequadas de manutenção e conservação”. O autor cita vários fatores, tais como projetos incompletos e inconsistentes, amadorismo técnico ou incompetência profissional, programas falhos, execução precária e materiais de segunda, uma crônica falta de proposições reais de implantação de sistemas de espaços livres públicos, má vontade administrativa, corrupção, desvio de verbas, atos de depredação pelos usuários e por vândalos, posturas incorretas diversas etc., que contribuem para diminuir a qualidade de muitos logradouros e em muitos casos para sua destruição parcial ou total. Desse modo, percebe-se que projetos bem articulados e socialmente adequados são exceções a uma regra geral de irresponsabilidade e depredação, ficando a grave situação da concepção e gestão dos parques brasileiros.

Ao analisar o papel do poder público municipal com relação aos espaços de lazer, Pellegrin (1999, p. 158) afirma acreditar, em primeiro lugar, que o espaço deve ser tratado de acordo com os seus múltiplos usos, e supondo que haja realmente “um diálogo entre as necessidades do ser humano e as possibilidades que o espaço lhe oferece”, este “pode ser, e seria desejável que ele fosse, intermediado pela administração pública, através de seus órgãos setoriais”. A autora recupera conceitos de Henri Lefebvre, para quem a cidade é uma mediação entre uma ordem próxima (representada pelas relações entre indivíduos e grupos) e uma ordem distante (representada pelas grandes instituições, pelos princípios morais e jurídicos, enfim, pelo poder). “Essas dimensões, da ordem distante e da ordem próxima, só se separam da realidade urbana por abstração, isto é, elas são bastante imbricadas, compondo uma rede de relações, onde o poder público pode e deve perceber sua importância e o seu lugar”.

4.3.1 Planejamento – instrumento do poder público para a (re)urbanização

De acordo com Carlos (2004, p. 110), “o poder político do Estado, se exerce através do espaço, enquanto dominação política e, neste sentido, o poder político se reproduz, interferindo, constantemente, na reprodução do espaço”. É por esta via de “mão dupla” que

ocorre a normatização do uso do espaço, que são produzidos planos diretores, que ocorre o direcionamento e a hierarquização dos investimentos na cidade. Da mesma forma possibilita aos interesses privados dos diversos setores econômicos da sociedade viabilizarem a reprodução econômica tendo nos lugares da cidade a base estrutural “necessária ao desenvolvimento de cada atividade de modo a permitir uma equação favorável à realização do lucro”. A autora aponta os aspectos negativos desse processo:

A vida cotidiana perde sua força no espaço fragmentado pela propriedade privada, nos espaços renovados ou reabilitados que produzem novas formas para o uso – até sua inexistência total, porque esse processo é imposto: o cidadão, não fala, quando fala, não é ouvido, e há instrumentos políticos que simulam a participação da população (CARLOS, 2004, p. 112).

Carlos (2004) explica ainda que a revitalização do solo urbano é um processo de revalorização que muda o uso do espaço pela imposição do valor de troca, expulsando os que não estão aptos a pagar por ele. Resulta também na assepsia dos lugares, pois o *degradado* é sempre o que aparece, na paisagem, como o *pobre*, o *sujo*, o *feio*, a exigir sua substituição pelo *rico*, *limpo*, *bonito*; características incompatíveis com a pobreza. A defesa dessa idéia é denominada pela autora como “discurso do embelezamento”.

Considerando todos estes aspectos, como se pode pensar a transformação da cidade, pensada como *requalificação*, *revitalização*, ou qualquer outro conceito? Carlos (2004, p. 113), ao propor esses termos, indaga também como desenvolver esta questão sem produzir fetiches como o *pseudo* planejamento “que pensa a cidade, sistematicamente, enquanto quadro físico, e não enquanto prática socioespacial, onde o cidadão é reduzido a um montante populacional, ou no limite último a consumidor, mão de obra, ou ainda usuário de serviços urbanos, e nunca ou raramente, como cidadão”. Para a autora, é preciso, possível e imperativo pensar a cidade de modo diverso. Para isso, temos que tomar como ponto de partida a idéia de que pensar a cidade e o urbano é pensar a dimensão do humano em sua constituição e de que o entendimento da cidade deve centralizar a questão da constituição da sociedade urbana.

Para entender o processo de urbanização é fundamental a escolha de uma escala de análise. Toledo e Cavalcanti (1978, p. 84) consideram útil apreciar como ele “se materializa na escala local, ou seja, na cidade, como é vulgarmente conhecida”. Para as autoras, a escolha desse escalão espacial como nível preferencial de análise se justifica por inúmeras razões. A primeira delas é que nele “as relações de produção se exercem ao nível do concreto, a partir

da fixação espacial das unidades produtivas (por suas instalações) e da força de trabalho (pela habitação)”.

Em segundo lugar, por ser “o escalão do habitat humano, ou seja, aquele em que fatores físicos e ambientais condicionam o conjunto de relações sociais de que participa uma população urbana e onde se realiza o atendimento ao conjunto das necessidades correntes dessa população”.

Em terceiro lugar, por ser “onde as contradições de interesses sociais se consubstanciam fisicamente de forma mais clara e direta, uma vez que o sistema de signos urbanos é menos sujeito ao controle ideológico que outras formas de representação da realidade”. Por último, é “onde a ação do poder público (econômica, política, ideológica) se manifesta de forma mais intensa e suscetível de ser orientada pelo planejamento urbano”.

Para Toledo e Cavalcanti (1978, p. 89), o fenômeno mais marcante dessa realidade local é a hegemonia do processo econômico sobre a totalidade das condições de vida da população, diante da mercantilização do uso do espaço. Diante disso, as autoras questionam quais as possibilidades das instâncias de poder locais para tratar a realidade urbana, marcada por impasses, considerando “as limitações de várias ordens que pesam sobre elas”. Uma dessas limitações é a necessidade do planejamento urbano satisfazer a população de maior poder aquisitivo, mantendo padrões superiores no que se refere ao consumo de equipamentos e serviços urbanos.

Outra função admitida por Toledo e Cavalcanti (1978, p. 92) é a produção de obras de caráter espetacular, com as quais o prestígio técnico e político de uma administração local possui um vínculo direto. Caso não se consiga ou não se queira atender às necessidades objetivas da população, torna-se mais importante valorizar o caráter simbólico da obra pública, que dependerá “muito menos da utilidade social que da grandiosidade da obra física, em termos de recursos empregados, complexidade tecnológica, qualidade estética, luxo” e principalmente da “possibilidade de ser visualizada e reconhecida como símbolo da capacidade superior do poder público, facilmente associável à capacidade da coletividade”.

Outra questão a se pensar é nas razões que justificam uma intervenção pública no processo de planejamento, na medida em que se vive numa economia regida cada vez mais pelas determinações do mercado. Portas et al (2003, p. 195) acreditam que a razão primordial baseia-se “no princípio de que tal intervenção é capaz de produzir melhor ambiente urbano do que o resultante da livre iniciativa dos mercados e dos particulares”. As razões históricas esse tipo de intervenção confundem-se com a própria organização e o desenho das cidades, “tal é a relação forte e a aceitação de que a complexidade dos conflitos e a densidade dos interesses,

em espaços tão limitados, exigem uma entidade reguladora com poderes e capacidades de imposição, ou negociação de regras e traçados”. Mesmo com o passar do tempo e o desenrolar de diferentes modelos de desenvolvimento, e a despeito das mudanças nos desafios colocados aos governos na definição de políticas e na formulação de planos, algumas questões permanecem: a questão política da indispensabilidade do planejamento e da formulação de objetivos na sua articulação com os diferentes interesses a favorecer, definindo os termos das mediações institucionais; a questão processual de como organizar a intervenção ou o processo de planejamento (informações necessárias, agentes a envolver ou responder, proveniência de recursos etc.); a questão formal da expressão intencional do desenho dos espaços, dos percursos e das redes mais adequadas.

Portas et al (2003) afirmam ainda que a crise do modelo intervencionista do Estado e a emergência de tendências de sentido mais liberal alteraram as relações entre o Estado e a sociedade civil de forma substancial, modificando por conseqüência os parâmetros que permitiram gerir conflitos e acordos no planejamento urbano. A obsolescência dos critérios de localização e distribuição vigentes, a fragmentação das sociedades, a desterritorialização das atividades e a emergência da consciência ecológica levantam novas questões ao sistema de governo e de regulação das cidades.

Souza e Rodrigues (2004) relacionam o planejamento urbano a uma idéia genérica de planejamento, como uma atividade necessariamente voltada para o futuro, uma maneira de tentar prever como um fenômeno ou processo evoluirá ao longo do tempo, a fim de se precaver contra problemas ou dificuldades e aproveitar possíveis benefícios. Um bom planejamento, apesar de não ser garantia de sucesso, aumenta as chances de as coisas darem certo. Na mesma linha de pensamento, eles conceituam *gestão*, como uma atividade voltada para o presente, ou seja, uma administração de determinadas situações dentro de uma conjuntura, visando satisfazer as necessidades imediatas com os recursos disponíveis no momento. As duas atividades (gestão e planejamento) têm horizontes temporais diferentes. Pode-se dizer que elas são interdependentes, pois o planejamento é a preparação para uma gestão futura.

Os autores explicam que o maior desafio para o planejamento é o esforço de imaginar o futuro, o que não é feito a partir do nada, do vazio, pois para isso é preciso que se faça uma análise prévia do quadro atual, a fim de antecipar possíveis desdobramentos de processos. Esse esforço de reflexão chama-se *prognóstico*.

[...] os esforços de prognóstico, tão caros à atividade planejadora, podem ser conduzidos de maneira flexível e não-formalista, recorrendo-se à idéia de *cenários*. A construção de cenários não é uma tentativa de se prever o futuro com exatidão, mas sim um exercício de simulação no qual são imaginados desdobramentos possíveis (*cenários futuros*), sem a preocupação de quantificar probabilidades e sem pretender esgotar o leque de possíveis trajetórias e cursos de ação alternativos [...] (SOUZA E RODRIGUES, 2004. p.19).

Os autores acrescentam que o maior desafio no ato de realizar prognósticos é não cair no erro de considerar que a história possa se desenrolar apenas dentro de algumas possibilidades matematicamente calculadas, mas sim entendê-la como um processo aberto onde se inter-relacionam fatores diversos, como a determinação e a indeterminação, os condicionamentos impostos pelas estruturas sociais, o livre-arbítrio dos indivíduos, a necessidade e o puro acaso.

O planejamento urbano é constantemente alvejado por duras críticas de intelectuais adeptos das mais diversas ideologias. A crítica da esquerda, resumidamente, é que o Estado capitalista, estando a serviço das classes dominantes, não consegue efetivar um planejamento urbano que não seja intrinsecamente conservador. Souza e Rodrigues (2004) consideram essa leitura reducionista e simplista, porque o Estado capitalista, em determinadas circunstâncias, ocupado por forças progressistas, pode colaborar para aumentar a justiça social, e também porque grupos da sociedade civil podem conceber propostas alternativas de planejamento e lutar para implementá-las. A crítica conservadora, em contraponto, afirma que o Estado deve ser menos interventor, deixando os processos econômicos fluírem ao sabor do livre mercado. Esta posição, gestada no ideário neoliberal, propõe o Estado mínimo, considerando as intervenções (e o próprio planejamento) como um obstáculo à liberdade de ação das pessoas e empresas.

A visão imediatista de que a regulação estatal seria rígida e entravaria a atividade econômica foi se disseminando, enfraquecendo essa função do Estado em nível local, e isso não ocorreu simplesmente por ingenuidade, mas também por má fé:

O que se deseja, no fundo, é o mínimo possível de regulação, para que os empresários do setor imobiliário possam fazer o que bem entenderem – mas, se possível, sem precisar abrir mão da ajuda estatal sob a forma de investimentos em infra-estrutura ou incentivos fiscais (isto é, isenção ou redução tributária), para facilitar e alavancar seus negócios [...] (SOUZA E RODRIGUES, 2004. p.22-23).

Com o declínio do planejamento, o termo gestão tornou-se progressivamente mais popular no discurso oficial. Mas nada garante que ela seja mais flexível ou progressista,

porque isso depende do seu conteúdo social, das pressões políticas sofridas pela administração do Estado. Souza e Rodrigues (2004, p. 24) apontam a impossibilidade absoluta de neutralidade nessas atividades, que serão “aquilo que os homens e as mulheres fizerem” delas. O que há é uma *tendência* ao conservadorismo, uma vez que o Estado *tende* a estar sob o controle das classes dominantes, que buscam manter uma ordem sócio-espacial elitista e excludente, com as pessoas e coisas nos seus *devidos* lugares.

Souza (2006, p. 53) caracteriza o contexto atual como “uma época em que a capacidade regulatória e de investimento do Estado se acha, muito particularmente no que tange aos Estados superendividados da periferia e da semiperiferia capitalistas, bastante reduzida”, sugerindo que “adotar modelos menos centralizadores e rígidos de planejamento não é apenas uma opção ideológica: é uma necessidade econômica e política”. Portanto, ao invés de submeter-se acriticamente ao mercado, a ação coordenadora deveria abrir-se para incorporar elementos de democracia participativa gestão e no planejamento:

A autocriação da sociedade e, nesse contexto, a produção do espaço urbano, deve, o mais possível, [...], se dar como um processo no qual tomam parte indivíduos livres e lúcidos, o que depreende um olhar crítico sobre a tutela dos indivíduos por algo como um aparelho de Estado e sobre as usuais intransparências e dimensão autoritária das relações de poder (e do planejamento e gestão da cidade) nas sociedades capitalistas [...] (SOUZA, 2006, p. 53).

Souza (2006, p. 75) afirma que o senso comum quanto ao significado da expressão desenvolvimento urbano é um fardo do qual é preciso se livrar, pois “recobre simplesmente, no discurso do dia-a-dia de políticos, administradores e do público em geral, a expansão e a complexificação do tecido urbano”. Isto pode ocorrer de diversas formas, “seja transformando em ambientes construídos ambientes outrora intocados ou pouco modificados pelo homem, seja [...] destruindo ambientes construídos deteriorados ou simplesmente antigos para que dêem lugar a construções mais novas”. Processos duvidosos quanto à positividade e conveniência se abrigam sob esse amplo conceito, tendo como único objetivo aquele preconizado pela ideologia capitalista em geral: desenvolver é “dominar a natureza”, “fazer crescer”, “modernizar”.

Qual seria, então, diante de tantas contradições, a forma alternativa e crítica capaz de tornar compreensível o desenvolvimento urbano? Souza (2006) acredita que ele se deixa definir claramente com a ajuda de dois objetivos derivados, a melhoria da *qualidade de vida* e o aumento da *justiça social*:

Pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas relações sociais mas, igualmente, a espacialidade. A importância do espaço (que é palco, fonte de recursos, recurso em si [localizações], arena, referencial simbólico/identitário e condicionador; que é substrato material, lugar e território), na sua multidimensionalidade, tem sido comumente negligenciada pela literatura *standard* sobre teoria do desenvolvimento (SOUZA, 2006, p.61-62).

O autor acrescenta que esses dois parâmetros - justiça social e qualidade de vida - são, de um ponto de vista operacional, parâmetros subordinados àquele parâmetro essencial do desenvolvimento sócio-espacial, a *autonomia*. De acordo com ele, para se alcançar um ideal de autonomia há necessidade de fundir criativamente os saberes dos atores sociais com os balizamentos técnico-científicos trazidos pelos profissionais de planejamento e gestão, na qualidade de consultores populares.

[...] a experiência prática cotidiana e o “saber local” dos cidadãos deverão ter livre expressão e ser incorporados à análise e ao desenho da intervenção planejadora. Ao mesmo tempo, idealmente, o raciocínio prático do senso comum, que tem livre curso nas situações ordinárias de ação, deveria interagir, dialogicamente, com o tipo de conhecimento teoricamente lastreado dos pesquisadores e planejadores profissionais (SOUZA, 2006, p. 69).

Discutindo especificamente a questão do planejamento de áreas verdes, Guzzo (2007) afirma que se deve pensar primeiro na cidade como um todo, considerando a densidade populacional dos bairros ou setores da cidade e o potencial natural das áreas existentes. Somente levando em consideração o potencial de cada área e as características dos moradores (assim como as suas opiniões), é possível assegurar a existência de espaços que desempenhem funções de melhorias do ambiente urbano e da qualidade de vida dos seus habitantes.

4.3.2 Programa Cura – Poder público como agente de (re)urbanização

De acordo com Calixto (2001) o Programa Cura foi criado em 30 de março de 1973, através da Resolução nº 7/73, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), com recursos do governo federal. O financiamento viabilizado por este

programa, concedido pelo BNH, obedecia a um prazo de nove anos, prorrogável por até vinte anos, com previsão de uma carência de doze meses após o término da obra.

Conforme o Projeto Sinuelo, elaborado em 1978 pela equipe técnica do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano da Companhia Estadual do Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO), órgão vinculado à Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (SDO), o Cura foi um programa de complementação urbana, tendo como principais objetivos:

Melhorar o nível de conforto da população através do aumento da eficiência dos serviços urbanos; maximizar os resultados, em termos de benefícios prestados à população, dos investimentos públicos realizados na área através da redução da ociosidade existente; aumentar a receita fiscal do Município, através da taxaçoão progressiva que induza a utilização de terrenos beneficiados com investimentos da coletividade, coibindo, dessa forma, a especulação; contribuir para obter um desenvolvimento urbano mais equilibrado; implantar uma política tributária urbana com o objetivo de evitar parcialmente a especulação imobiliária, permitindo assim que os terrenos ociosos se tornem no futuro, mais acessíveis às classes sociais de renda média que certamente constituirão o maior segmento de demanda de terrenos da área²³.

Em síntese, o Programa visava “complementar a infra e a superestrutura da área e orientar a ocupação visando um adensamento de acordo com os índices urbanísticos estabelecidos pelo Plano Diretor local²⁴”.

Para uma melhor compreensão do que este programa significou para as cidades brasileiras que o implementaram, é necessário visualizar o contexto no qual isso ocorreu. Havia o que Calixto (2001) caracteriza como uma manifestação marcante da carência dos bens de consumo coletivos, não somente nas metrópoles, mas também nas cidades médias e pequenas, que tinham sua (re)produção ditada pela mesma lógica. Essa questão vem freqüentemente associada às expressões *problemas urbanos*, *caos urbano*, *cidade caótica e desordenada* etc. O Estado compareceu então não como um elemento neutro, mas sim como produtor do espaço, exercendo seus papéis de mediador – mediando os conflitos entre as classes – e regulador – estabelecendo as regras do “jogo” – mantendo o sistema vigente e contribuindo para a (re)produção de uma cidade anti-democrática.

Calixto (2001) explica que a criação e a atuação do BNH constitui um exemplo flagrante de como foi orientada a produção do espaço através da denominada *planificação urbana*, muito difundida após o Golpe Militar de 1964. Essa política contribuiu amplamente

²³ Projeto Sinuelo, p. 9.

²⁴ Ibid., p. 190.

para o chamado *crecimento caótico* das cidades, pois estimulou o mercado imobiliário especulador. Desse modo, até mesmo as políticas propostas com o objetivo de conter a especulação imobiliária, como o Programa Cura, revelaram-se dinamizadoras do mercado. A autora descreve o contexto em que isso ocorreu:

[...] a criação do Programa CURA deu-se no quadro do centralismo autoritário. As prefeituras, para terem aceitos seus projetos, encaminhavam solicitações com a preocupação de atender ao governo federal. Esses projetos deveriam, assim, serem convergentes com as diretrizes da política urbana em nível nacional, havendo maior preocupação com o atendimento das normas técnicas que compunham os projetos, do que em atender efetivamente as necessidades locais das cidades (CALIXTO, 2001, P. 124).

As prefeituras, em sua maioria, sujeitavam-se a essas diretrizes por força da crise orçamentária crônica resultante da política tributária centralizadora instaurada pelo governo ditatorial. Elas não tinham alternativas viáveis para implantar projetos de desenvolvimento urbano a não ser recorrer aos financiamentos do governo federal, o que podia acarretar, ocasionalmente, atrelamento e apoio político ao regime militar. Esse *desenvolvimento*, implementado por ramos da política urbana como o Programa Cura, de acordo com Calixto (2001, p. 124) foi considerado no Brasil como “sinônimo de progresso, porém limitado à esfera econômica, agravando a esfera social”.

No bojo dessa concepção desenvolvimentista, importantes questões como a degradação sócio-ambiental e a melhoria das condições de vida para o conjunto da sociedade foram preteridas, colocadas à margem do *progresso econômico*, resultando no que muitos autores chamam de *modernização conservadora*. Essa concepção trazia inserida a naturalização do processo de produção da cidade, enaltecendo o saber técnico e negando à sociedade um papel ativo na discussão de quais seriam suas prioridades e necessidades. A autora faz uma crítica a esse modelo de desenvolvimento urbano que se proclama capaz de solucionar todas as mazelas presentes nas cidades, tendo como principal instrumento o processo de planejamento. Isso pode ser percebido, ironicamente, até na sigla do Programa: ele levaria a *Cura* para áreas *doentes*. Os sintomas dessa doença seriam vários, como a falta de saneamento, por exemplo, mas incluíam os moradores de baixa renda, que deveriam ser extirpados para que as áreas ficassem *curadas*.

É possível que a finalidade não explícita do poder público local fosse garantir a reprodução de determinados segmentos com maior prestígio social e poder político/econômico, através das transformações realizadas em determinada área da cidade – a

área Cura – garantindo dessa forma a reprodução da renda e dos interesses dos segmentos sociais dos quais era representante ou aos quais estava ligado. Calixto (2001) explica esse processo:

O processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano é dinâmico e articulado, e não ocorre desvinculado do modo pelo qual se processam as relações sociais, as quais são permeadas por interesse, necessidades, aspirações e desejos. Assim, qualquer tipo de intervenção sempre envolve um objetivo, seja ele de ordem econômica, política, social, ou até mesmo ideológica (CALIXTO, 2001, p.152).

Souza (2006, p. 60) afirma que, ainda hoje, o usual é tomar *desenvolvimento* como sinônimo de *desenvolvimento econômico*, “e mesmo a maioria das tentativas de amenizar o economicismo [...] não consegue ultrapassar o seguinte ponto: no limite, a *modernização* da sociedade, em sentido capitalista e ocidental, é o que se entende por desenvolvimento”. Inovações relativas a questões ecológicas e sociais têm servido somente para “relativizar ou suavizar o primado da ideologia modernizadora capitalista, sem destroná-la e mesmo sem tentar questioná-la radicalmente”. Para o autor, o desenvolvimento é entendido como uma *mudança social positiva*, cujo conteúdo não deve ser definido *a priori*, à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos. Essa mudança para melhor não deve passar por um “desenvolvimento” que, ao produzir efeitos colaterais sérios, perde sua legitimidade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a lenda, Santa Maria teve origem no amor que uniu a índia Imembuí, da tribo dos Minuanos, com o branco Morotin, nas margens do arroio Itaimbé, que hoje corre canalizado sob o calçamento do Parque Itaimbé²⁵. Franz (2003) acredita que os mitos de criação são os mais profundos e importantes de todos, pois descrevem a origem da percepção consciente que o homem tem do mundo. Para a autora, mesmo na atualidade, sob a égide da verdade científica, temos que admitir o fato de que não podemos falar de nenhuma espécie de realidade exceto em sua forma como conteúdo de nossa consciência. Nesse sentido, as obras realizadas na área em estudo resultaram no sepultamento da base material do mito de criação do lugar, o que dá um toque tristemente irônico à questão. Infelizmente é fácil verificar o quanto é comum, em Santa Maria, a atitude de desconhecimento e menosprezo pelos elementos do espaço que poderiam dinamizar e acrescentar qualidade à vida urbana, principalmente em nível institucional.

Uma prova disso vem da Internet; o Parque Itaimbé (Figura 4) está praticamente ausente dos sites oficiais do município, merecendo apenas pequenos textos, como os que vêm a seguir, sem nenhuma foto ou indicação de localização:

Parque Itaimbé: é o parque mais conhecido da cidade, sendo um local de integração social e de lazer no município. Ao longo do parque você encontra a casa do Mel, o Centro de Atividades Múltiplas e a Concha Acústica²⁶.

Parque Itaimbé - Constitui um centro de cultura e lazer, com áreas verdes a disposição da população²⁷.

Já no site de relacionamentos *Orkut* existem várias comunidades sobre o local, embora com número reduzido de participantes. As duas maiores são “Itaimbé – Santa Maria” (com 282 membros), “Parque Itaimbé!” (com 91 membros) e “Basquete no Parque Itaimbé” (com 47 membros)²⁸.

²⁵ Disponível em: <<http://www.santamariatur.com.br/lenda.htm>>. Acesso em 21/05/2005.

²⁶ Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/>>. Acesso em 21/05/2005.

²⁷ Disponível em: <<http://www.santamaria.famurs.com.br/duas.htm>>. Acesso em 21/05/2005.

²⁸ Disponível em: <<http://www.orkut.com/UniversalSearch.aspx?q=itaimb%C3%A9&pno=1&searchFor=A>>. Acesso em: 26 abr. 2007.



Figura 4 – Ao centro, o Parque Itaimbé, estendendo-se no sentido S-N. No primeiro plano, o setor 5, ao fundo, setores 4 e 3

Fonte: Fotografado pelo Sargento Evandro Monteiro Marques – Base Aérea de Santa Maria (BASM) em 23 set. 2005

Nem sempre houve descaso em relação à área. Consultando jornais da época de sua implantação, é possível perceber que ocorria um debate acalorado sobre as alterações a serem feitas, as desapropriações necessárias, a importância futura da obra (Figuras 5 a 12) e a quem ela realmente serviria. Enquanto o secretário municipal de planejamento do município afirmava que o Parque Itaimbé era “a obra mais marcante efetuada pela administração²⁹”, a oposição e a comunidade rebatiam com acusações de que o prefeito dava atenção somente ao centro da cidade, abandonando as vilas, os bairros e o interior³⁰. Demonstrando indiferença, a administração municipal não economizava palavras no auto-elogio:

Quem não se lembra o que era o antigo arroio Taimbé? Bem no centro da cidade, mais de 6 hectares abandonados e servindo de depósito de lixo. Aí, numa concepção moderna e inovadora de administração pública voltada para os interesses da comunidade, planejou-se e executou-se essa maravilhosa obra que é o Parque

²⁹ A RAZÃO, Santa Maria, 01 fev. 1981. Ano 47, n.º. 80, p. 3.

³⁰ A RAZÃO, Santa Maria, 18 fev. 1981. Ano 47, n.º. 92, p. 12.

Municipal do Itaimbé. Uma obra de total utilidade pública. Para o lazer, para a cultura, para o descanso, para o convívio. Uma obra para ninguém botar defeito. Uma obra, que por si só marcaria a administração de qualquer prefeito³¹.



Figuras 5, 6, 7, 8 e 9 – De cima para baixo, da esquerda para a direita: o Itaimbé antes da construção do Parque Itaimbé; equipe da Prefeitura fazendo vistoria para o início das obras; trecho entre a Rua Tuiuti e a Rua Pinheiro Machado; em primeiro plano o Centro de Atividades Múltiplas, logo após o quiosque e as pistas laterais e, ao fundo, as rampas construídas no viaduto da Rua Silva Jardim; em primeiro plano, a construção das quadras, ao fundo, o viaduto da Rua Silva Jardim

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria (1982, p. 51-52)



Figuras 10, 11 e 12 – Da esquerda para a direita: cenário anterior à construção do Parque Itaimbé no Setor 1 (1979/80); construção do quiosque no Setor 1 (1979/80); abertura da via no Setor 1 (1979/80)

Fonte: Arquivo pessoal de Alberto Brilhante Wolle

³¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA (1982, p. 3).

O advogado Sérgio Miguel Achutti Blattes participou ativamente das discussões sobre o processo de renovação urbana pelo qual Santa Maria estava passando, na qualidade de vereador eleito pelo Partido Democrático Social (PDS)³², atuando na oposição ao grupo que ocupava a Prefeitura do município, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB)³³. Ele afirmou que o questionamento maior não foi em torno da aplicação de capital do Cura I no Centro em detrimento da periferia ou do interior, mas sim envolvendo a alteração do antigo Plano Diretor, que dava um “outro perfil” à área central. Nesse perfil antigo, o Itaimbé seria uma avenida, com a função de desafogar a ligação Norte-Sul da cidade. Blattes explicou que o alto custo provocou o abandono do projeto, situação que poderia ser apenas temporária, já que a transformação em parque permitiria a retomada da construção da avenida quando fosse possível.

A construção do Parque Itaimbé foi então realizada e plenamente justificada, já que Santa Maria tinha carência de áreas verdes. Mas há, segundo Blattes, um “erro na questão”, causado pelas sucessivas administrações posteriores, que foram loteando o Parque Itaimbé de tal maneira que ele não pode mais ser transformado em avenida devido às construções que foram feitas em terrenos públicos doados pela Prefeitura (Prática que continua se verificando ainda hoje com outras áreas verdes, que aos poucos vão sendo tomadas). Assim, o parque foi feito como uma alternativa à avenida que seria muito mais cara, resolvendo o problema na época, mas a construção da avenida no futuro ficou inviabilizada. Como resultado, hoje existe um espaço que não é “nem parque, nem avenida”.

O economista Roberto da Luz negou também a existência de grandes controvérsias acerca das obras projetadas para o Itaimbé. Isso indica, de certa forma, em nível decisório, uma harmonização dos interesses de diferentes grupos políticos. Ele admitiu que seu desconhecimento pode ser devido ao fato de estar a serviço da Prefeitura, não tendo por isso podido observar “polêmica nenhuma”, mas que acreditava na aprovação popular, pois “foi tanto o sucesso que o prefeito da época se elegeu deputado federal”.

De acordo com Luz, não houve oposição sequer dos vereadores: “Foi tudo com a maior tranqüilidade, até porque o início do processo dependia, como todo endividamento público, da autorização legislativa, e foi aprovado [...] em duas sessões”. Ele esclareceu que o

³² Partido fundado em 4 de abril de 1966 dentro do sistema de bipartidarismo instaurado no país após a edição do Ato Institucional nº. 2 (27/10/1965), que extinguiu os partidos existentes, e do Ato Complementar nº. 4, que estabeleceu as condições para a formação de novos partidos. Desapareceu em 29 de novembro de 1979, quando o Congresso decretou o fim do bipartidarismo e abriu espaço para a reorganização de um novo sistema multipartidário. Fonte: CPDOC - FGV. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5735_1.asp> Acesso em: 21 abr. 2007.

³³ Ibid.

momento histórico era diferente, a legislação era outra, não existia o instituto das audiências públicas e a discussão era realizada apenas na Câmara de Vereadores, após os encaminhamentos da Prefeitura.

Luz acrescentou que as discussões mais longas disseram respeito ao novo Plano Diretor, e envolveram várias entidades, como a Sociedade de Engenharia, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a Câmara de Comércio e Indústria, sindicatos, etc. Segundo ele, todas as sessões aconteciam no auditório da extinta União dos Funcionários Municipais (UFM), na Praça Saldanha Marinho. Esses encontros foram decisivos para o direcionamento das propostas do Cura I, resultando na concentração dos investimentos na parte central da cidade, como viabilização de propostas contidas no Plano Diretor.

O entrevistado explicou que a Projetos e Planejamento S.A. (Proplasa), empresa de São Paulo, contratada sob licitação para avaliar os problemas da cidade, concluiu que um dos principais era a inexistência de um sistema viário hierarquizado. Então o Plano Diretor propôs uma remodelação das vias públicas, a fim de dar opções de tráfego diferentes para quem quisesse circular pela área urbana, ou simplesmente atravessá-la em direção a outros municípios, evitando conflitos. O Cura I viabilizou essa diretriz, mas foi além, porque “também teve um investimento no sistema de recreação e lazer”, incluindo o Parque Itaimbé. Ao contrário de Blattes, ele negou que houvesse alguma intenção de reativar o projeto original, alegando que na época foi discutido e chegou-se à conclusão que seria “uma avenida que levava o nada a lugar nenhum”.

Essa expressão é recorrente nas declarações das pessoas contemporâneas à construção do parque. Luz explicou que para entender seu significado é preciso considerar o sentido da expansão urbana em Santa Maria. A cidade cresceu no sentido Leste-Oeste porque tinha dois grandes pólos de atração: um pólo de serviços, constituído pela Base Aérea e Pela Universidade Federal a Leste, e a Oeste todo um planejamento para a implantação de um Distrito Industrial e também decisões sobre localização de núcleos habitacionais junto dele. A desapropriação de terrenos e a construção das *Cohabs*³⁴ (núcleo Santa Marta e posteriormente núcleo Tancredo Neves) reforçaram essa tendência que, de acordo com Luz, é bastante devida a óbices naturais. Estes são principalmente os morros da Serra Geral, ao Norte, e o Cerrito, ao Sul. A única exceção seria o entorno da rodovia que leva a São Sepé, também ao Sul, onde houve um relativo crescimento. O entrevistado relembra que, para se somar ao obstáculo

³⁴ *Cohab* significa *Companhia de Habitação*. Trata-se de um nome genérico de várias companhias públicas que promovem ou que promoveram políticas habitacionais nos Estados e em diversas regiões do Brasil. Por extensão de sentido, muitos conjuntos habitacionais por todo o país são conhecidos como "Cohab". Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cohab>>. Acesso em: 22 abr. 2007.

representado pelo Cerrito, existia ao Sul o que denominavam jocosamente “sacrodólar”, uma extensa área pertencente à Igreja Católica, cujo loteamento sequer era aventado. Assim, é perfeitamente compreensível que a “avenida Itaimbé”, via que ligaria áreas pouco dinâmicas naquela época, tenha se transformado em “parque Itaimbé”, aproveitando e mantendo tudo o que já estava colocado (como os viadutos, por exemplo)³⁵.

As afirmações de Blattes confirmam que o Projeto Cura I deu a fisionomia que a cidade tem hoje, principalmente devido à construção ou remodelação das avenidas, como a Nossa Senhora das Dores, a Nossa Senhora Medianeira e a Euclides da Cunha. Na mesma época foi tomada a decisão de construção do Calçadão (fechando a Primeira Quadra da rua Doutor Bozano) e do corredor de ônibus na Praça Saldanha Marinho (onde atualmente existe o túnel Evandro Behr), desviando o trânsito do Centro.

O advogado afirmou ainda que o Cura visava garantir a urbanização da cidade, e a forma correta para atingir esse fim seria eliminar os vazios urbanos, otimizando seus espaços e dotando-a de uma nova infra-estrutura. Dessa forma, o que ele classifica como “um erro de visão na construção da cidade” teria uma chance de ser revertido, pois as pessoas perceberiam poder habitar com melhores condições fora do Centro. Para Santa Maria, o resultado ideal desse processo seria atingir a forma de uma “teia de aranha”, isto é, ela teria que se tornar circular e crescer do centro para os arrabaldes, garantindo a circulação.

Esse ponto de vista é compartilhado por Roberto da Luz, demonstrando mais uma vez a coincidência de idéias de pessoas de diferentes formações e grupos políticos a respeito do que deve ser o planejamento urbano em Santa Maria. Ele lembrou que os programas de renovação urbana desenvolvidos pelo BNH tiveram origem nas teorias européias e principalmente norte-americanas, e exemplifica com o caso do Harlem, em Nova York, que no passado foi um *blight slum* (espécie de “zona cinzenta”, onde o centro antigo vai se deteriorando, sendo ocupados por cortiços), passou por um processo de recuperação e atualmente é uma zona muito valorizada. O economista enfatizou, porém, que para entender um caso bem sucedido, temos que desvendar os mecanismos que levam à deterioração do centro – o “coração da cidade”. Normalmente esse espaço já tem rede viária, rede de esgoto pluvial e cloacal, iluminação pública e domiciliar, etc., mas à medida que a cidade cresce vêm os problemas, e as pessoas vão se afastando, principalmente as de maior poder aquisitivo, e pressionando a demanda por infra-estrutura. Esse crescimento urbano ocorre à custa de vazios, e acaba havendo uma deterioração do valor e da renda da terra numa zona bem servida

³⁵ Os viadutos das ruas Pinheiro Machado e da Venâncio Aires foram construídos na administração de Luiz Alves Rolim Sobrinho e os das ruas Tuiuti e Silva Jardim na de Artur Marques Pfeifer.

por infra-estrutura. A política do Programa Cura, portanto, não era uma “política partidária de conceder recursos para os amigos do rei, mas sim de exercer uma política pública, de tal forma que conseguisse [...] conter a área urbana no menor limite possível para maximizar o uso do orçamento público, que sempre é um recurso escasso”.

Examinando a legislação referente à área do Itaimbé, é possível encontrar alguns indícios para a compreensão do modo como ela se estruturou desde a origem, comprovando as afirmações dos entrevistados. Por exemplo, a Lei Municipal Nº. 1376/69, de 10 de março de 1969, sancionada pelo prefeito Luiz Alves Rolim Sobrinho, denomina oficialmente “Avenida Itaimbé” a avenida conhecida por esse nome, desde o seu início, na rua General Neto, até o riacho canalizado, no cruzamento com a rua Sete de Setembro³⁶, confirmando que essa denominação já estava popularmente estabelecida e que o projeto inicial para o local era a construção de uma avenida (ver Anexo A).

5.1 Programa Cura I – Projeto Sinuelo

Diversos trabalhos apontam o fato de que espaços carentes, ao serem submetidos a processos de renovação urbana, provocam a saída ou expulsão dos moradores pobres. Assim, embora muitos projetos tecnicamente sejam considerados um sucesso, têm efeitos perversos facilmente verificáveis. O Parque Itaimbé, obra do Cura, confirma essa regra:

Mesmo sob protesto, várias famílias, residentes em casebres construídos em área pertencente à Prefeitura Municipal e localizada dentro do traçado do Parque Itaimbé, obra do Projeto CURA, estão sendo desalojadas. O problema principal encontrado pelos executores da medida determinada pela Secretaria do Planejamento, é o local para onde estas pessoas serão deslocadas. Além disso, existe relutância dos posseiros que alegam, entre outras coisas, a falta de adaptação aos locais para onde estão sendo removidas suas casas³⁷.

Roberto da Luz confirmou que para a construção do Parque Itaimbé (Figura 13), além das desapropriações, houve a retirada de algumas famílias que ocupavam irregularmente a área, principalmente no atual Setor 1 (local então denominado Antiga Linha da Serra). Segundo ele, esse problema das invasões é antigo na cidade, e envolve muitos fatos

³⁶ Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/>>. Acesso em: 08 set. 2006.

³⁷ **Obras do Cura desalojam famílias.** A Razão, Santa Maria, 20/21 dez. 1980. Ano 47, nº 53, p. 16.

Figura 13 – **Parque Itaimbé - setores**



Fonte: Organizado pela autora.

pitorescos, como a existência de um vereador chamado Ceccin, da Arena, cuja “especialidade” era “doar” áreas públicas; quando ele sabia da existência de alguma viável, reunia as pessoas interessadas e autorizava as ocupações. Isso ocorreu na época em que o economista trabalhava para o prefeito Osvaldo Nascimento da Silva, quando ele diz ter presenciado uma coisa inédita e muito curiosa: os candidatos a invasores de terrenos públicos construíram uma “casa com alças”, um barraquinho minúsculo, de aproximadamente três por dois metros, com cabos nos cantos, podendo ser carregado por quatro pessoas e depositado no local mais propício. Situações como essa, de acordo com ele, dificultavam a regularização dos atos de desapropriação, pois as pessoas tinham que ser simplesmente indenizadas, já que não tinham e nem poderiam ter a propriedade dos terrenos que ocupavam, tratando-se de área pública, sem possibilidade de usucapião.

O caso revela um processo de remoção compulsória, mas as pessoas costumam sair “voluntariamente” quando as melhorias realizadas no lugar são incorporadas, provocando um aumento nos preços de mercado dos terrenos e moradias, e um acréscimo no valor dos aluguéis e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Esse afastamento também pode ser causado, segundo Bernardelli (2001) pela perda da identidade do lugar e pela alteração das relações de vizinhança (através da modificação no padrão dos imóveis, por exemplo).

A principal fonte de dados para compreender as características do programa Cura I em Santa Maria é o Projeto Sinuelo, o estudo da viabilidade técnico-financeira de sua implantação. Esse projeto, coordenado pelo arquiteto Osorio Afonso de Queiroz Júnior, integrado ao Programa de Complementação Urbana do BNH, é a chave que nos ajuda a desvendar os mecanismos da pretendida metamorfose do espaço urbano e seus possíveis desdobramentos, tendo sido considerado um primeiro passo no sentido de solucionar os problemas existentes na época.

A metodologia empregada no projeto consistiu inicialmente em uma pesquisa físico-urbanística para identificar a estrutura urbana da área, compreendendo o levantamento das redes de infra-estrutura e dos equipamentos de superestrutura existentes, a fim de detectar sua insuficiência, ociosidade ou inadequação. Paralelamente foi realizada uma pesquisa sócio-econômica que forneceu subsídios para a avaliação das características da comunidade residente, tais como sua composição, condições de moradia, capacidade de poupança e os problemas urbanos que mais as afetavam. No final, foi elaborada uma proposta urbanística, reavaliando ao mesmo tempo as proposições do Plano Diretor de 1969.

Os autores do projeto chamam a atenção para o fato de que na formulação das proposições “não foi somente considerada a Área Piloto, mas todo o complexo urbano da

cidade de Santa Maria”³⁸. Tendo feito a estimativa e o custo das proposições e identificadas as prioridades do município, os técnicos verificaram a viabilidade econômica do projeto, estabelecendo um cronograma físico-financeiro dos investimentos propostos.

De acordo com o projeto (Figura 14), a Área Cura estava situada a leste em relação ao centro da cidade, tendo como principal referência o traçado da Avenida Itaimbé, e na parte sul delimitada pelas ruas Gaspar Martins, Duque de Caxias, BR-158 e Domingos de Almeida, compreendendo os bairros Nossa Senhora de Lourdes, Dolores, Menino Jesus e as vilas Rolim, Nonoai, Medianeira, Belém, São Luiz, Roemer, Ana Maria, Operária e Leste. Ao todo, eram 377 hectares, correspondendo a 12,57% da área urbana da cidade (3.000 hectares), ou 6,85% da área urbana e área de expansão, que somavam aproximadamente 5500 hectares³⁹.

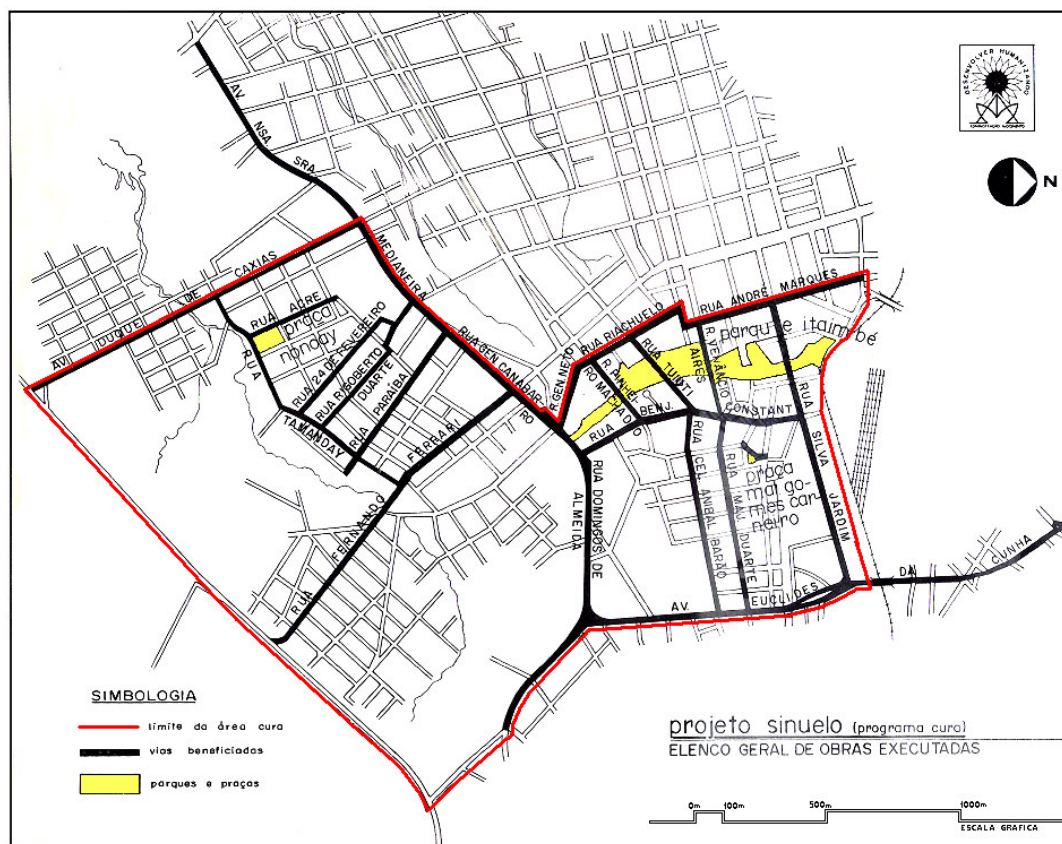


Figura 14 – Elenco geral de obras executadas – Projeto Sinuelo (Programa Cura)

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria (1982, p. 68)

³⁸ COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS (1978, p. 11).

³⁹ Ibid., p. 16.

A Área Cura , citada anteriormente, foi selecionada através de alguns critérios:

Sub-ocupação da área, determinada por uma ociosidade da ordem de 47%; carência de equipamentos de infra e superestruturas; subutilização dos equipamentos existentes; perspectiva de atender uma percentagem significativa de demanda habitacional da cidade, tendo em vista, especialmente, a excelência da área para uso residencial; capacidade do sujeito passivo em participar do programa; área que reúne algumas das principais proposições do Plano Diretor, em especial as que se referem à implantação da Av. Itaimbé, Av. sobre o Arroio Cancela, Av. Gaspar Martins, Centro Administrativo, realocização da rodoviária, obras que dificilmente poderiam ser executadas sem uma contra-partida efetiva da população beneficiada, em termos de uma majoração de impostos⁴⁰.

O projeto Sinuelo traz também uma descrição das características físicas gerais da área Cura. A área piloto tinha, segundo ele, uma topografia bastante variada em seu conjunto, com destaque para três elevações e duas depressões mais significativas. Uma dessas depressões (com cota média de 130 metros), correspondente a cerca de um terço da área (125 hectares), era mais densamente urbanizada e mais central, e nela corria o Arroio Itaimbé, já parcialmente canalizado e utilizado para captação de esgotos e recebimento de resíduos industriais.

O Arroio Itaimbé, já canalizado, tem um curso dentro da área de aproximadamente 1.000 m, obedecendo a direção sul-norte sendo sua cota mínima (dentro da área piloto) 109 m. Esse arroio passa por área central, já com alto índice de ocupação urbana, embora suas margens estejam desapropriadas pela Prefeitura Municipal, pois este corresponde a uma Avenida projetada pelo Plano Diretor da cidade⁴¹.

A descrição da Área Piloto inclui constatações sobre a inexistência absoluta de áreas verdes em condições de utilização:

Existem duas pequenas praças, que não possuem qualquer equipamento voltado ao lazer e que não são propriamente abundantes em vegetação. Estas duas praças somam juntas uma área de aproximadamente 0,20 ha. Temos assim um índice de 0,1 m² de área verde em uso por habitante⁴².

⁴⁰ Ibid., p. 15.

⁴¹ Ibid., p. 17.

⁴² Ibid., p. 18.

Essa carência de áreas verdes na Área Piloto, segundo o projeto, soma-se à situação da cidade como um todo, com uma imensa defasagem em relação à necessidade real de áreas de recreação e lazer. Para os autores, as áreas públicas disponíveis para esse fim não correspondiam aos índices mínimos salutaros ao desenvolvimento mental e físico da população do aglomerado urbano, cujo acelerado crescimento já era verificável na época. Elas consistiam em apenas duas praças: Praça Cristóvão Colombo (1350 m²) e Praça Júlio de Castilhos (625 m²), ambas para recreação passiva, com bancos.

Áreas verdes urbanizadas e equipadas com aparelhagem e instalações para recreação ativa são notavelmente ausentes dentro de todo o processo de crescimento da cidade. As poucas áreas existentes reservadas para essa função são estanques dentro da crescente urbanização, pois aparecem situadas e dimensionadas em termos físicos e de capacidade, através de parâmetros antigos e ultrapassados⁴³.

Outro dado relevante a respeito da Área Piloto é o nível sócio-econômico da população residente (40,3% com renda familiar média acima de 10 salários mínimos⁴⁴), considerado bom, apresentando, no entanto, extratos representativos de todos os segmentos sociais. O projeto explica que “a renda familiar média assegura uma boa capacidade de poupança e uma conseqüente resposta financeira aos investimentos pretendidos na área”⁴⁵, deixando bem claro nessa afirmativa, assim como em muitas outras, que teria que haver uma contrapartida de aumento de impostos para permitir o ressarcimento das dívidas contraídas através do Programa Cura I.

Para a elaboração da proposta de reestruturação urbana da Área Piloto o projeto Sinuelo fez a consideração dos diversos programas em implantação pela administração municipal na época: reavaliação do Plano Diretor (aprovado pela Lei Municipal 1.370/69); reforma administrativa; atualização e reestruturação do Cadastro Técnico Municipal; Plano Integrado de Esgotos Pluviais e Rede de Esgoto Cloacal. Além disso, a proposta resultou da análise físico-urbanística, dos levantamentos sócio-econômicos e, especificamente, de uma reavaliação das proposições do Plano Diretor, buscando a determinação dos usos compatíveis com as áreas consideradas⁴⁶.

A insuficiência de recursos financeiros é um problema persistente na esfera municipal, e era uma realidade na época, então o Projeto, na impossibilidade de realizar os investimentos

⁴³ Ibid., p. 46.

⁴⁴ Salário mínimo regional em 1977 – Cr\$ 1.027,20.

⁴⁵ COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS (1978, p. 53).

⁴⁶ Ibid., p. 56.

em função de toda a proposta urbanística, estabelecia uma relação de proposições prioritárias, não só para a Área Piloto, mas para toda a área urbana: Área Itaimbé; sistema de Esgotos Cloacal, Pluvial e Saneamento das sangas; Sistema Viário; Terminal Rodoviário; Parque Municipal; Núcleo de Atendimento Comunitário; Áreas Verdes; Área Especial⁴⁷.

Na proposta há uma sugestão de zoneamento conforme os usos do espaço urbano, considerando as “tendências de ocupação, e objetivando uma melhor distribuição das diversas funções urbanas”⁴⁸. Foram definidas para a Área Piloto três tipos de zonas, segundo o seu uso: Zona Residencial, Zona Comercial e Zona Especial. A Zona Residencial, cujo uso era predominante na área piloto, podia ser caracterizada pelos tipos: ZR1, ZR2 e ZR3. A zona que interessa ao presente estudo, por conter sua área de interesse, é a zona residencial ZR2, descrita como:

Ao longo do Parque Itaimbé, próxima ao centro, essa zona sofrerá rápida valorização e, em função da Proposta-Parque e do alto valor paisagístico da área, caracterizar-se-á como uma zona de localização de edifícios residenciais de alto padrão, de no máximo quatro pavimentos, cuja implantação deverá ser definida por um projeto paisagístico específico, como a finalidade de integrar ao Parque Itaimbé⁴⁹.

O arquiteto Geraldo Serra, autor de *Urbanização e centralismo autoritário* (1991), teve uma participação pessoal nas discussões a respeito do Plano Diretor Físico Territorial, e conseqüentemente da implementação do Programa Cura I em Santa Maria, como consultor técnico. Nesse livro, ele afirma que o Plano Diretor, elaborado dentro do aparato do centralismo autoritário, manteve um relativo grau de autonomia, graças ao firme controle das autoridades municipais. Estas, porém, ficaram na dependência da contratação de empréstimo junto aos órgãos oficiais de crédito para a execução do plano, o que implicava na aceitação da ingerência da hoje extinta Superintendência de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) na aprovação de cada uma das etapas. Além disso, como o Cura estava sendo preparado ao mesmo tempo, imposições do modelo do BNH eram “passadas” para o plano graças a uma “certa comunicação” existente entre as duas equipes. Outras dificuldades são descritas pelo autor:

⁴⁷ Ibid., p. 56.

⁴⁸ Ibid., p. 57.

⁴⁹ Ibid., p. 57.

[...] a cidade já havia cedido o seu serviço de água e esgotos para a empresa estadual, duas redes importantíssimas do sistema urbano estavam fora do seu controle. A todo esse quadro se junta a situação de dificuldades financeiras decorrentes da centralização dos recursos a nível federal, ao qual, de resto, a cidade tinha pouco acesso por estar sob administração oposicionista (SERRA, 1991, p. 137).

O período em questão foi caracterizado em nível municipal pela efervescência política provocada pela ascensão ao poder de um grupo que tinha a ambição de modificar a fisionomia da cidade e também a própria maneira de administrar, e que levou a cabo a discussão de dois projetos importantes ao mesmo tempo: uma nova legislação e um programa que tinha como função implementar as mudanças. Para obter sucesso e driblar as pressões dos agentes financiadores e da fiscalização exercida pela SUDESUL, foi proposta uma metodologia de trabalho pretensamente ligada à participação da população. Serra (1991) explica:

[...] foram propostos oito seminários abertos à participação de todos, amplamente divulgados e, em geral, com o comparecimento expressivo dos santa-marienses. Os seminários corresponderam às diversas etapas de trabalho, tais como coleta de dados, diagnósticos, prognósticos, formulação de alternativas, avaliação das alternativas, apresentação do plano e instrumentação. Antes do seminário, era preparado pela equipe técnica o relatório referente à etapa em questão, sempre em caráter preliminar. Esse relatório era apresentado e discutido, quando então se procurava extrair algumas conclusões principais a serem incluídas na versão final. Os seminários utilizavam amplamente recursos audiovisuais e eram precedidos de entrevistas e comentários na rádio e televisão locais, de forma a fornecer à população uma idéia geral do que seria discutido no próximo seminário (SERRA, 1991, p.137-138).

Para Serra (1991, p. 138) a adoção dessa metodologia, que ele classifica como “de ampla participação popular”, fortaleceu as conclusões contidas nos relatórios, amenizando as ingerências estaduais e federais. Um dos problemas, segundo ele, foi o reduzido comparecimento dos vereadores nos diversos seminários: “[...] embora a Câmara de Vereadores de Santa Maria contasse com 21 vereadores, rara foi a presença de cinco ou seis desses senhores representantes do povo”. Como os vereadores eram convidados nominalmente, a aprovação da legislação básica não foi dificultada por isso, e constituiu-se dos seguintes textos legais: lei que institui o Plano Diretor; lei que institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano; lei de loteamentos; lei de uso do solo; código de posturas municipais; alterações do código tributário e lei do Código de Obras. Na ocasião foram também preparados os decretos relativos à nova estrutura administrativa da Prefeitura, destinada à implantação do Plano Diretor.

O grau de abertura para com a participação popular no processo de planejamento e gestão pode ser tratado em termos de escala. Souza (2006, p. 202) propõe uma classificação, com oito categorias, variando da simples *coerção* até a *autogestão* (onde o Estado não teria mais lugar). Se as considerarmos, verificaremos que na implantação do Cura I em Santa Maria o grau de abertura foi da *coerção* à *informação*.

Essa diferenciação ocorreu em relação a momentos e grupos diferentes. A *coerção* representa situações em que sequer as aparências são salvas, como as remoções forçadas em ocupações irregulares, cujo exemplo local pode ser o que ocorreu com os moradores da área correspondente ao futuro Setor 1 do parque.

A categoria seguinte, denominada pelo autor como *manipulação*, representa situações nas quais a população envolvida é induzida a aceitar uma intervenção, mediante o uso maciço da propaganda ou de outros mecanismos. “Políticas públicas compensatórias e intervenções pontuais, com o objetivo imediato de dar a impressão de que os governantes estão “fazendo a sua parte” e, via de regra, com o objetivo mediato de ganhar eleições, ilustram essa categoria”, explica Souza (2006, p. 203). Incluem-se aí os moradores do Itaimbé que tiveram seus terrenos desapropriados. Nesse caso, o Estado não teve a menor intenção de estabelecer um verdadeiro diálogo, mas sim restringir ao máximo o uso da força bruta, valendo-se de outros recursos para viabilizar a intervenção.

Essas duas categorias, obviamente, constituem uma não-participação, porém, até mesmo a participação foi apenas em nível de *informação*. O Estado disponibilizou informações sobre as intervenções planejadas, mas estas tinham como alvo especialmente a classe dirigente, de cuja aprovação dependia em parte o sucesso do empreendimento, sendo provável que determinados aspectos tenham sido ressaltados ou suprimidos, pois “dependendo de fatores como cultura política e grau de transparência do jogo político, as informações serão menos ou mais completas, menos ou mais “ideologizadas” (SOUZA, p. 203-204). O autor afirma que no planejamento físico-territorial clássico essa pseudo-participação é o máximo alcançado em termos de envolvimento popular.

A administração caracteriza o Plano Diretor aprovado pela Lei Municipal n° 2098/96, de 10 de janeiro de 1980⁵⁰, como um instrumento de planejamento municipal cujos objetivos “integrados no campo físico, econômico, social, cultural e administrativo”, têm a finalidade de “obter a melhoria da qualidade de vida da população e o incremento do bem estar da comunidade”, e descreve o processo do qual resultou:

⁵⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA (1982, p. 37).

Em 1969, através da Lei 1370 foi aprovado o primeiro Plano Diretor de Santa Maria, que deu início a um desenvolvimento mais harmônico do sítio urbano. Infelizmente com o passar do tempo e das administrações muitas das diretrizes estabelecidas pelo Plano, foram esquecidas ou abandonadas, tornando-o ineficaz e inadequado as necessidades de Santa Maria sem uma reavaliação condizente.

O Plano Diretor Físico Territorial, nova denominação do instrumento de planejamento, foi recentemente aprovado e em suas diretrizes estabelece normas mais adequadas a um desenvolvimento urbano, ordenado, visando o uso do solo dirigido a uma perfeita integração sócio-econômica-cultural da nova realidade Santa-Mariense.

O grande problema, conforme Serra (1991, p. 139), é que muitas das diretrizes propostas situavam-se em setores sob controle público estadual ou federal (iluminação pública, telefonia, segurança etc.), estando garantidos apenas os instrumentos dependentes do setor privado. A Prefeitura dependia dos outros níveis de governo quanto ao nível de planejamento (por ter que contrair empréstimo para sua elaboração e sujeitar-se a uma fiscalização externa com todas as características de ingerência grosseira), quanto à implementação das diretrizes relativas às redes de água, esgotos, energia elétrica e comunicações, e quanto à implementação das demais obras (porque a concentração da receita tornava-a dependente dos financiamentos federais). Esse quadro indica que “a metodologia do planejamento participativo [...] se afigurava mais como uma forma de luta contra o centralismo autoritário, procurando impor sua condição de expressão democrática dos propósitos da população da cidade quanto ao seu desenvolvimento urbano”. O autor ressalta que, devido ao contexto político da época no país, o planejamento local como instrumento de ordenação do espaço caiu no descrédito, mas Santa Maria constituiu um dos raros casos positivos, em que ele se transformou em forma de luta contra a ingerência federal.

Essa luta teve resultados significativos, especialmente financeiros, pois no período de 1977 a 1982 verificou-se um acréscimo de 2.890% (média anual de 578%) na receita orçamentária. A administração revela os mecanismos desse sucesso:

[...] salientamos que sempre foi a preocupação do Poder Municipal em conseguir mais recursos de outras esferas de governo. Sabemos que os municípios, com a atual legislação tributária, não podem sobreviver somente com recursos próprios. E foi neste sentido que batalhamos com o Governo Estadual e Federal e conseguimos verdadeiros prodígios em termos de Transferências de Receitas.⁵¹

⁵¹ Ibid., p. 47.

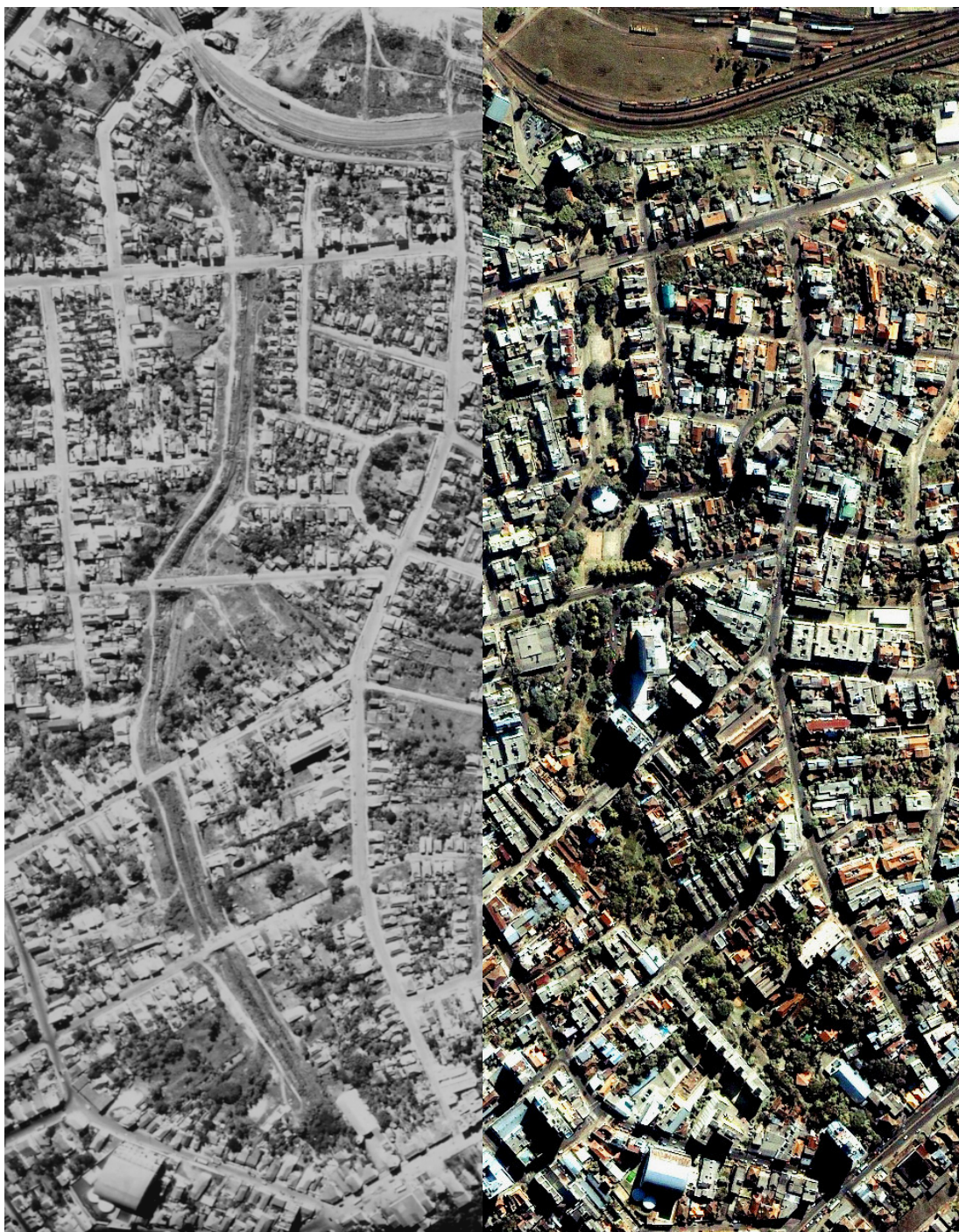
Em sua entrevista, Roberto da Luz explicitou o contexto político no qual o Cura se desenvolveu em Santa Maria, afirmando que o início do processo, quando “foram começadas todas as tratativas”, ocorreu no final do governo de Artur Marques Pfeifer, da ARENA⁵², em 1976. O economista definiu a época como “o período áureo do planejamento no Brasil”, “sem precedentes e sem sucessor”. Era o tempo do “milagre econômico”, de um “Estado forte, planejando atividades”. Ele afirmou que “a questão político-partidária sempre existiu”, e deve ter facilitado o processo o fato do prefeito da cidade ser do partido da situação, mas nessa época “a política era uma política pública, uma política do governo federal”, no caso era uma “política do BNH, da Carteira de Desenvolvimento Urbano”, e para ter acesso aos recursos bastava fazer estudos de viabilidade técnica e econômica, atendendo à “política do dono do dinheiro”. O entrevistado, embora não admita ser saudosista nem defensor daquele período histórico, lamentou o atual “inchaço” da estrutura administrativa, que antigamente não ocorria. De acordo com ele, hoje se criam órgãos como o Ministério das Cidades para resolver problemas de desenvolvimento, mas essas tentativas não compensam a involução que houve desde a extinção do BNH, que deixou “órfão” o planejamento urbano.

Outro entrevistado na presente pesquisa, o economista Paulo Harvey Apel, confirmou que o Cura mudou a fisionomia de Santa Maria: “era uma cidade antes e virou outra depois” (Figuras 15 e 16), e muito rápido, pois em dois anos planejou-se, aprovou-se e executou-se tudo. De acordo com ele, isso ocorreu sem muitos entraves: conforme o andamento das obras, as verbas eram liberadas pelo Banco do Estado. Embora se discutisse publicamente o que era prioridade, não era necessário a Câmara aprovar novamente: tudo se baseava no “tripé” *projeto-licitação-execução*. Essa é a idéia central que ficou na mente dos que participaram da administração na época do Cura I, e que estava presente no panfletário discurso oficial:

[...] este compromisso com o homem, este compromisso de "DESENVOLVER HUMANIZANDO" que fez da Administração de Osvaldo Nascimento da Silva, um marco histórico em Santa Maria. Sem medo de errar, sem pensar em inverdades, sem medo de pecar contra a modéstia, se pode afirmar, tranqüilamente e dentro dos fatos e da realidade, que Santa Maria - esta nossa querida Santa Maria da Boca do Monte! - em termos de administração pública, se divide, a partir de agora, em **Antes** e **Depois** de Osvaldo Nascimento da Silva⁵³.

⁵² A *Aliança Renovadora Nacional* (Arena) foi um partido político fundamentalmente conservador, criado em 1966 a partir da instituição do bipartidarismo, com a intenção de apoiar ao governo instituído a partir do AI-1. Em 1980, com a volta do pluripartidarismo, a Arena foi rebatizada de Partido Democrático Social. Mais tarde, o PDS se tornou o Partido Progressista Renovador, depois o Partido Progressista Brasileiro e hoje se chama Partido Progressista. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alian%C3%A7a_Renovadora_Nacional>. Acesso em: 23 abr. 2007.

⁵³ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA (1982, p. 3).



Figuras 15 e 16 – À esquerda: área do Itaimbé em 1966, no sentido S-N; à direita: área do Itaimbé em 2006, no sentido S-N, com escala aproximada de 1:17 000

Fonte: Ministério da Guerra – Diretoria de serviço topográfico (Executado por Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A) e Satélite Ikonos (Disponibilizado pelo grupo Bandeirantes da Serra), respectivamente

É preciso salientar que o prefeito de Osvaldo Nascimento da Silva teve o que foi denominado na época como “mandato-tampão”, um adicional de dois anos no tradicional período de quatro anos, o que provavelmente deu à sua equipe uma tranquilidade quanto aos prazos de execução dos projetos. Sua administração é descrita por Rechia (1999):

Voltado para a comunidade, efetivamente humanizou Santa Maria. Realizou a drenagem e a urbanização paisagística do Arroio Itaimbé, transformando o local de seu percurso – trecho entre a Avenida Nossa Senhora das Dores, frente à antiga rodoviária, até o cruzamento da rua Sete de Setembro – em Avenida Itaimbé. O local é popularmente conhecido como Parque Itaimbé, devido ao espaço de área verde e várias quadras de esporte (RECHIA, 1999, p. 85).

Deve-se considerar que o texto está recheado de imprecisões, desde o duvidoso título de “humanizador” da cidade atribuído ao prefeito, passando pelo fato de que não foi na administração dele a realização da drenagem do arroio (foi somente a parte final), pela delimitação do parque até a sua denominação, que não tem origem popular, mas institucional, considerando que no projeto que o originou já possuía este nome.

5.2 O Parque Itaimbé no Programa Cura I – Projeto Sinuelo

A denominada Área Itaimbé, segundo o Projeto Sinuelo, é aquela que “resulta do capeamento do Arroio Itaimbé, um dos muitos canais afluentes do Arroio Cadena que nascem nas encostas das zonas altas em que a cidade está implantada”⁵⁴. Consta ainda que poucos anos antes o Arroio Itaimbé se encontrava canalizado a céu aberto constituindo, ainda que alterado, um elemento de valores naturais, pois a topografia e o próprio curso d’água faziam parte dos dados nativos do aglomerado urbano. Assim sendo, dentro da expansão da cidade, a área foi fracamente ocupada justamente por suas qualidades naturais e topográficas, enquanto que as adjacências à área sofreram um processo normal de ocupação. O texto faz uma descrição detalhada:

Por ser o leito de um riacho, a área naturalmente desenvolve-se em declive vencendo um desnível de até 50 m em toda sua extensão na direção sul-norte. Essa declividade em direção a norte se desenvolve ainda em maior área formando uma zona aberta

⁵⁴COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS (1978, p. 60).

baixa entre as elevações médias onde se implanta o nervo do núcleo urbano e as elevações altas, formações da Serra Geral. [...] Aprecia-se desse modo, características de grande valor paisagístico e visual da área Itaimbé em direção a norte, pelo espaço que se descortina entre as duas disposições distintas de relevo⁵⁵.

Segundo a CEDRO, à necessidade de recuperar a área, que resultou inicialmente no capeamento do arroio por motivos de saneamento, seguiu uma proposta de aproveitamento desse vale para a implantação uma via de tráfego rápido para veículos, objetivando solucionar problemas no sistema viário urbano:

A proposta-avenida surgiu da disposição de um plano diretor para a cidade em 1967, sendo até hoje uma idéia fomentada nos meios políticos, sociais e pelos usuais meios de comunicação, e igualmente iniciadas as obras de movimentação de terra em alguns trechos e obras de arte: passagens de nível prioritárias para que o traçado perpendicular da área não fosse interrompido (ruas Pinheiro Machado, Tuiuti, Venâncio Aires e Silva Jardim)⁵⁶.

As obras da Avenida Itaimbé foram paralisadas após algum tempo, segundo o projeto, “por uma natural obsolescência dos condicionantes que levaram a uma tal proposição há 10 anos passados e em vista ao alto custo que acarretaria a implantação de tal sistema”⁵⁷. Foi feita então uma análise da chamada “proposta-avenida” e de seus decorrentes sistemas viário e de influências, que resultaram em algumas constatações: a função avenida desafogava o fluxo viário entre as zonas norte e sul da cidade, em contraposição à tendência de expansão, que se desenvolve na direção perpendicular, ou seja, leste-oeste; o sistema de rolamento era descontínuo pela sua extensão reduzida e pela falta de acessos e retornos ao longo dessa extensão; a função gerava pontos de adensamento nos extremos onde se localizavam os acessos e cruzamentos com outras vias importantes; os aspectos topográficos dificultavam a continuidade e geravam os mesmos pontos de adensamento nos extremos; a função estava em desadequação com a evolução natural da área, relegando as qualidades visuais, paisagísticas, culturais e nativas das quais era potencial; um aspecto paisagístico simbólico insinuava-se na função avenida em relação a implantação do Centro Cívico-Administrativo e cultural da cidade em um trecho de sua extensão.

Assim, a partir das análises e das considerações no estudo de viabilidade da Área piloto, onde se situava a Área Itaimbé, a função “parque” foi proposta, baseada em necessidades funcionais da cidade e na adequação com a evolução da área.

⁵⁵ Ibid., p. 60.

⁵⁶ Ibid., p. 60.

⁵⁷ Ibid., p. 60.

A área de domínio para a implantação do parque seria aquela resultante do uso do solo adjacente e das desapropriações iniciais para a proposta-avenida, definindo uma faixa exígua de 50 metros em toda a extensão de aproximadamente 1500 metros. Além dessa faixa de domínio inicial, consideraram para a proposta-parque outras áreas vizinhas, principalmente as que apresentavam elementos nativos e áreas desocupadas onde residiam possibilidades de tratar espaços definidos (recantos) de modo a conferir maior dinamismo à implantação das funções.

Deste modo, a característica principal do programa de implantação do Parque Itaimbé apresenta-se como sendo um desenvolvimento de uso longitudinal. Isto é, a infra-estrutura de aparelhos e equipamentos base para as atividades aí programadas seria distribuída em toda a extensão longitudinal da área. Como consequência, as passagens de nível já existentes foram requisitos básicos de programa: a função-parque e sua disposição longitudinal não deveriam sofrer o mínimo de interferências do sistema de fluxo viário⁵⁸.

A questão ambiental é tratada no Projeto Sinuelo somente pelo ponto de vista paisagístico, provavelmente devido ao contexto da época e à formação dos técnicos que o elaboraram. Assim, os autores citam aspectos naturais da área Itaimbé (apenas relevo e vegetação) como possuidores de um rico potencial, devendo a função parque incontestavelmente se adequar aos mesmos, ainda que alterados, utilizando-os e recuperando-os. Os trechos a seguir confirmam o exposto:

Determinados trechos com maior ocorrência de elementos nativos, como a existência de dois arroios ou sangas secundárias que ainda conservam grande parte de sua disposição natural: o próprio córrego e vegetação, devem ser recuperados e tratados, constituindo parcelas de área verde na nova função e integrando-se, como área verde nativa, às parcelas de área verde planejada⁵⁹.

A topografia é outro elemento nativo ao qual toda a implantação do parque deve adaptar-se, emprestando a seu funcionamento, aspectos ambientais dinâmicos e visuais. Dessa maneira, em função das disposições de relevos existentes, um estudo minucioso a nível de projeto deve ser completado, a fim de definir outras disposições topográficas, como zonas altas, zonas baixas, desníveis e taludes, relacionadas respectivamente com as várias funções programadas⁶⁰.

Atualmente, em qualquer projeto, têm que ser levadas em consideração as restrições impostas pelas leis ambientais. Roberto da Luz afirmou que na ocasião da construção do

⁵⁸ Ibid., p. 62.

⁵⁹ Ibid., p. 62.

⁶⁰ Ibid., p. 62-63.

Parque Itaimbé isso ainda não ocorria, não eram cobrados os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs), em termos de política essa preocupação não existia “de uma forma mais explícita”, entretanto, fazia parte do projeto. Ele inclusive citou uma área próxima ao Centro Administrativo Municipal que, segundo a legislação do Programa Cura e do Plano Diretor, era zona de preservação por conter árvores nativas. Infelizmente, disse, o grupo que ocupou a Prefeitura posteriormente ganhou a eleição apoiado por incorporadores imobiliários, procedendo “imediatamente uma alteração no Plano Diretor, descaracterizando aquela área que era de uso especial”. O entrevistado explica que, aproveitando-se da dependência política gerada, os construtores puderam comprar os terrenos por um preço reduzido e construir prédios de qualidade duvidosa, que cumprem sua função de moradia, mas estão onde “era pra ser um pulmão verde no Centro da cidade de Santa Maria”.

O estudo dos setores cultural e de lazer e recreação, feito pelo Projeto Sinuelo na Área Piloto, detectou uma carência de áreas para atividade comunitárias, sendo que as funções político-sociais mostraram-se praticamente nulas em termos de capacidade de absorção e de área física, “demonstrando a existência de um constante vazio de áreas verdes comunitárias e de áreas com equipamento cultural, numa cidade em constante urbanização”⁶¹.

Ao analisar a Área Itaimbé em sua abrangência e potencial paisagístico natural, os autores concluíram de imediato que se tratava de uma área com tendência natural a abrigar funções de lazer e funções culturais. A existência de um hotel e, dentro do complexo cívico, a construção de um centro de cultura já demonstrava preocupação de incentivar nesse local a implantação das atividades político-sociais da cidade. Portanto, “a proposta-parque desenvolve-se dentro do aspecto lazer e cultura, fornecendo a cidade possibilidades de suprir sua carência e abrindo uma gama de opções em lazer e cultura onde a população possa exercitar suas capacidades mentais criativas e físico-motoras”⁶².

O programa geral de implantação do Parque Itaimbé foi desenvolvido em dois itens:

a) Super-estrutura: com áreas verdes para lazer passivo (vegetação; bancos; espelhos d'água; elementos nativos; elementos culturais informativos), áreas verdes para lazer ativo (infantil - jogos motores, aparelhos infantis; juvenil - jogos esportivos, quadra de jogos) e áreas de função especial (biblioteca infantil; centro cívico - Centro Administrativo e Câmara Municipal; museu do trem; auditório ao ar livre com concha acústica; área calçada para atividades comunitárias; barzinho);

⁶¹ Ibid., p. 63.

⁶² Ibid., p. 63.

b) Infra-estrutura: com sanitários e vestiários, acessos para pedestres, acessos para veículos e estacionamentos.

As atividades e funções estabelecidas no programa deveriam organizar-se naturalmente em zonas definidas (segundo as características topográficas, elementos visuais e a influência das áreas adjacentes) e as funções de recreação e lazer passivos deveriam ser constantes em todas as zonas. Essas zonas, que foram denominadas “setores” no projeto de implantação do parque, seriam individualmente limitadas no sentido longitudinal pelas passagens de nível do sistema viário perpendicular à área, estabelecendo assim 5 zonas distintas, mostradas no quadro a seguir:

ZONAS		1	2	3	4	5
CARACTERÍSTICAS		Primeira zona teórica, localizada na extremidade sul da área, onde o relevo atingia o seu ponto máximo. Situada entre áreas adjacentes de uso residencial e comercial. As influências deste último e conseqüentemente de um fluxo viário eram muito intensas, o que condicionava a definição de um programa de funções mais dinâmicas para esta zona.	Zona de influências menos intensas pelo uso exclusivamente residencial das áreas adjacentes. Apresentava ocorrência de elementos de vegetação nativa, o que induzia ao uso de uma taxa excedente de área além da faixa de domínio inicial, e o aproveitamento da travessa Leopoldo Fróes para acesso de pedestres ligando a área com a rua Riachuelo.	Nesta zona já existiam as propostas de localização do Centro Cívico (administrativo e cultural) e de um hotel, já em funcionamento, funções que traziam suas características definidas de pólo de atração. A zona contava ainda com uma das sangas secundárias e sua vegetação nativa a considerar especialmente preservada.	Zona adjacente a áreas residenciais com ocupação bastante acentuada principalmente a leste. Trazia ainda a ocorrência de outra sanga e sua vegetação natural abundante, possibilitando uma preservação, recuperação e tratamento para acesso de pedestres (elemento ambiental) ligando a área com a rua Visconde de Ferreira Pinto.	Esta zona constituía o extremo norte do parque e estava praticamente livre de influências dinâmicas. As áreas adjacentes eram residenciais por excelência, mas com baixa ocupação o que se traduzia em um fluxo viário reduzido. A existência de duas escolas importantes a oeste e os acessos e traçados do sistema ferroviário isolados a norte da zona, incentivavam a definição de funções culturais além da constante de lazer passivo.
	Gerais					

ZONAS	1	2	3	4	5
FUNÇÕES	Lazer passivo; Barzinho e restaurante com utilização de áreas internas (coberta) e externas e aproveitamento da visual norte; Estacionamentos.	Lazer passivo; Lazer ativo: quadras de jogos e pista de patinação; Sanitários e vestiários; Estacionamentos.	Lazer passivo Complexo Cívico (centro cultural, centro administrativo, auditório coberto, praça cívica); Hotel Itaimbé; Estacionamentos; Elemento nativo (sanga e vegetação a preservar).	Lazer passivo; Área comunitária (área calçada para apresentações, exposições e festas comunitárias; espelho d'água); Auditório ao ar livre com concha acústica para espetáculos e apresentações artísticas; Lazer ativo (2 módulos de playground infantil); Sanga e vegetação a preservar e tratar para acesso de pedestres; Estacionamento.	Lazer passivo; Lazer ativo (2 módulos de playground infantil); Biblioteca infantil; Estacionamentos.
Cota média	140 m	130 m	125 m	115 m	110 m
Área aproximada	17.000 m ² (1,7 ha)	14.000 m ² (1,4 ha)	32.000 m ² (3,2 ha)	24.000 m ² (2,4 ha)	11.000 m ² (1,1 ha)

Quadro 1 – Zoneamento do Parque Itaimbé de acordo com Projeto Sinuelo (CEDRO, 1978, p. 64-68)

Uma observação importante a ser feita a respeito do zoneamento do Parque, é sobre a intenção de incluir no mesmo, devido à situação paralela ao traçado ferroviário e pela existência do leito de uma antiga ponte de pedra, de acordo como o pretense caráter cultural da zona, um Museu do Trem. A idéia básica era a implantação de um trecho de linha férrea e de uma locomotiva com dois vagões que seriam aproveitados como espaços para mostra de acervos. De acordo com os autores, esta situação fictícia apresentaria “um contraste interessante com a situação real adjacente, fortificando o caráter cultural da zona e servindo como pólo de atração e incentivo ao uso infantil e geral⁶³”. O que se verificou, porém, é que a iniciativa nunca ocorreu, conforme se pode visualizar nas fotografias a seguir:

⁶³ Ibid., p. 67.



Figuras 17 e 18 – Antiga ponte de pedra da ferrovia no Setor 1, abandonada e descaracterizada

Fonte: Fotografado pela autora em 22 mar. 2007



Figuras 19 e 20 – Prédio do SESC no Setor 1, cuja construção inviabilizou qualquer nova proposta para aproveitamento da antiga estrutura da ponte

Fonte: Fotografado pela autora em 27 fev. 2007

Ao comentar o assunto, o economista Roberto da Luz reconheceu que “a cidade evoluiu”, que o prédio do SESC está “cumprindo a sua função”, mas o que existe “feriu totalmente a proposta original”, desperdiçando o capital gasto pela Prefeitura para recuperar a ponte antiga, hoje praticamente escondida. Ele lembrou que exatamente no local onde está o prédio do SESC existia uma pista de *bicicross*, construída com toda a consultoria e em dimensões adequadas à disputa de campeonatos, constituindo parte importante do lazer ativo projetado para o parque. Além disso, nos finais de semana o prédio fica fechado, e a área mais uma vez entregue “aos desocupados, aos drogados, enfim, o que inviabiliza o uso de uma infra-estrutura que foi posta ali à disposição”. Acrescentou ainda que em termos de “crime” contra a cidade de Santa Maria, a situação seria equivalente se a administração municipal tivesse permitido a construção do referido prédio na Praça Saldanha Marinho, pois houve um

gasto com desapropriações, com a viabilização do espaço, com o investimento em infraestrutura, com a canalização do arroio, para entregar ao milionário “Sistema S”⁶⁴.

O que o entrevistado mais lamentou, ao longo de todas as suas declarações, é o desperdício de dinheiro público, investido em desapropriações de terrenos que voltam posteriormente à propriedade privada, ou em equipamentos que foram abandonados ou mal utilizados. Citou o exemplo da Concha Acústica, cujo projeto de ambientação demandou a desapropriação de vários terrenos, a um custo muito elevado. No final, ele foi totalmente descaracterizado, parte da desapropriação foi revertida e um edifício privado construído no local.

Quanto às desapropriações citadas, o advogado Ronald Albanus Brasil afirmou que a maioria delas citadas ocorreu sem grandes entraves. Houve processo judicial em apenas dois casos relacionados ao Parque Itaimbé: nas desapropriações dos terrenos para construção do Hotel Itaimbé (Figura 21) e do Centro Administrativo Municipal.



Figura 21 – Hotel Itaimbé

Fonte: Fotografado pela autora em 27 fev. 2007

⁶⁴ Não existe oficialmente um “Sistema S”. A entidade à qual o entrevistado se referiu integra a Federação do Comércio de Bens e de Serviços Do Rio Grande do Sul (Fecomércio - RS), da qual fazem parte também o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-RS) e o Instituto Fecomércio de Pesquisa (IFEP). Disponível em: <<http://www.fecomercio-rs.org.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2007.

Segundo o advogado, “os locais mais amplos do Parque são os que foram desapropriados”, e “as desapropriações feitas por Osvaldo foram amigáveis, já que o valor pago era de mercado, não o cadastral”. Brasil esclareceu e confirmou alguns outros detalhes a respeito das desapropriações no Itaimbé: o decreto inicial deu-se por orientação do Plano Diretor de 1969, e desapropriava 25 metros de cada lado do arroio; o terreno do Hotel Itaimbé já foi desapropriado com a finalidade de abrigar esta construção; o terreno ao lado da concha acústica (já citado por Roberto da Luz), na travessa Leopoldo Fróes, foi desapropriado para o parque, mas “sobrou” no projeto, então foi doado para uma instituição religiosa; o terreno do SESC foi desapropriado para o Parque e depois doado para a organização pela Prefeitura.

Têm sido, portanto, inúmeros os problemas de gestão do Parque Itaimbé, e nem sempre estão relacionados aos interesses financeiros dos grupos que ocupam a Prefeitura. Às vezes a causa é simples descaso e incompetência, o que pode ser comprovado pela existência de equipamentos que chegaram a ser implantados e foram sendo abandonados ao longo do tempo. Por exemplo, a Lei Municipal Nº. 2518/83, promulgada pelo prefeito José Haidar Farret em 03 de novembro de 1983, denomina “Olinto Sanmartin” a biblioteca infanto-juvenil localizada no quiosque do Setor 5 do Parque Itaimbé (Figura 22), atestando que um espaço valioso para a comunidade já esteve à disposição no local e atualmente não existe mais.



Figura 22 – O quiosque do Setor 5, praticamente abandonado, serve em geral como abrigo para moradores de rua

Fonte: Fotografado pela autora em 27 fev. 2007

Outra proposta do Projeto Sinuelo era construir um Centro *Cívico* Administrativo Municipal, ou seja, um prédio com outras funções além de abrigar os órgãos do Executivo. Ele teria inicialmente quatro pavimentos, com área de aproximadamente 2.842 metros

quadrados. No final do mandato de Osvaldo Nascimento havia apenas as fundações, construídas pela empresa Continental, de São Paulo. Situado na rua Venâncio Aires, junto ao Parque Itaimbé, o edifício seria “todo executado futuramente, conforme as necessidades administrativas”, com um “grande benefício para os funcionários e para a população”, que teria “num prédio só, à sua disposição, os serviços municipais”⁶⁵. Desde que foi inaugurada, em 1984, a construção jamais teve funções cívicas, visto que seu reduzido espaço físico (Figuras 23 e 24) não contemplava sequer as necessidades do Executivo. Atualmente ela está sendo ampliada⁶⁶, ganhando mais seis pisos, e passará a ter 7.200 metros quadrados quando concluída (Figura 25).



Figura 23 – Inauguração do Centro Administrativo Municipal em 15 de novembro de 1984
Fonte: Arquivo do Jornal A Razão



Figura 24 e 25 – Centro Administrativo Municipal antes e depois da reforma parcialmente concluída
Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria⁶⁷ e fotografado pela autora em 27 fev. 2007, respectivamente

⁶⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA (1982, p. 26).

⁶⁶ PEREIRA, Elisa. **Nova Prefeitura “97% concluída”**. A Razão, Santa Maria, 01 mar. 2007, p. 3. Disponível em: <<http://www.arazao.com.br/PDF/200703011100/3632.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2007.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2007.

O custo da obra está orçado em R\$1.590.000,00, sendo que 70% desse total são recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), repassados via Caixa Econômica Federal através do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para Municípios Brasileiros (PNAFM). O restante corresponde à contrapartida do Município. A obra iniciou em 2004, sendo realizada em ritmo lento devido a dificuldades no pagamento e à necessidade de realizar o trabalho sem comprometer a continuidade dos serviços prestados no local, o que gerou muitas críticas (Figura 26). Os objetivos da reforma ainda são aqueles da época do projeto original: concentrar a maioria das secretarias municipais em um mesmo local, garantindo um melhor atendimento à população, e uma economia financeira ao evitar pagamento de aluguéis.



Figura 26 – Charge ironizando o atraso na inauguração da reforma do Centro Administrativo Municipal
 Fonte: Criada por Sônia – Jornal A Razão⁶⁸

O Projeto Sinuelo diz que havia uma intenção de expandir o centro de Santa Maria até o Parque Itaimbé, que passaria a sediar todos os eventos até o momento realizados na Praça Saldanha Marinho. De acordo com a opinião do advogado Blattes, esse e outros objetivos do projeto nunca foram alcançados porque havia um contexto impróprio para isso, com as coisas funcionando em um “sistema de capatazia, sem maiores planejamentos”. O entrevistado afirma que isso se refletiu em obras como as do Centro Administrativo, que estiveram sempre

⁶⁸ A RAZÃO, Santa Maria, 01 mar. 2007, p. 3. Disponível em: <<http://www.arazao.com.br/PDF/200703011100/3632.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2007.

defasadas em relação às necessidades do momento. Isso ocorreu na década de 1980, ao ser inaugurada com dois andares, e está acontecendo novamente, pois “agora que estão construindo o que falta, já vai nascer pequena”. Blattes conceitua fatos como esse como “falhas no caminho por causa da falta de um planejamento de longo prazo na cidade”, e adverte que Santa Maria está correndo risco semelhante com o atual Plano Diretor, que sofre continuamente ameaças de alteração para justificar obras, e “de remendo em remendo”, pode se transformar em um “Frankenstein”. O grande problema, segundo ele, é que se faz um belo Plano Diretor, mas ele necessita de um prazo para ser implantado, em cujo decorrer ele vai sendo alterado a tal ponto que se começa a questionar sobre a necessidade de sua existência. Indagado sobre quem responsabilizar pela falta de planejamento, ele explica:

A questão é de interesses. Todos são chamados, mas todos só olham o seu interesse. Olham só para o seu umbigo, e aí trancam as coisas, e daqui a pouco destrancam em torno de algum interesse particular, sem visar o todo, então não há na verdade, em Santa Maria, nenhum órgão, nenhuma entidade que zele pelo todo [...].

Isso ocorre porque as intervenções de planejamento e mecanismos de gestão, sejam protagonizados pelo Estado ou por agentes da sociedade civil, jamais são neutras, e “precisam ser entendidos à luz de uma teia de relações em que a existência de conflitos de interesse e de ganhadores e perdedores, dominantes e dominados, é um ingrediente sempre presente” (SOUZA, 2006, p. 83). Os resultados desse embate são visíveis na paisagem, conforme se pode observar a seguir (Figuras 27 e 28):



Figura 27 – Flagrante de uma gestão equivocada: um antigo espelho-d’água foi modificado para dar lugar a uma estrutura artística, que nunca foi concluída, e é atualmente utilizada pelos praticantes de *parkour* e alvo de pichações

Fonte: Fotografado pela autora em 27 fev. 2007



Figura 28 – Flagrante de uma gestão a serviço de interesses privados: o limite de quatro andares para os novos edifícios no parque jamais foi respeitado

Fonte: Fotografado pela autora em 9 mar. 2006

Uma questão que merece um detalhamento maior é a financeira, que sempre constituiu, compreensivelmente, o centro das preocupações da administração pública. O relatório do Projeto Sinuelo inclui muitas planilhas de custos, avaliando o ônus de cada obra e equipamento a ser instalado na Área Piloto. O quadro a seguir especifica o custo das etapas referentes ao Parque Itaimbé, com seus valores na unidade monetária da época:

OBRAS	ESPECIFICAÇÕES	CUSTO (em Cr\$1,00)
1	Projetos	1.565.000
2	Remoção da camada superficial e reposição com terra vegetal	1.800.000
3	Construções em geral	8.850.000
4	Estacionamento – Acessos ruas laterais	1.800.000
5	Quadras de esporte	700.000
6	Equipamentos (<i>Playground</i>)	1.000.000
7	Iluminação	500.000
8	Paisagismo	1.000.000
9	Desapropriação – 19.000 m ²	14.635.000
10	Centro Cívico – 11.302 m	39.557.000
	TOTAL	71.407.000

Quadro 2 – Custos - Parque Itaimbé (CEDRO, 1978, p. 89)

O Projeto Sinuelo estabeleceu metas a serem cumpridas, necessitando a disponibilização de verbas públicas, o que demandava também a criação de uma legislação

municipal específica para tratar da questão. Para isso foi promulgada, na administração do prefeito Artur Marques Pfeifer, em 31 de dezembro de 1973, a Lei Municipal N° 1684, que autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos e convênios com o BNH e seus agentes para a participação do município no Cura, a oferecer garantias para os empréstimos assumidos e dá outras providências.

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a assumir todos os compromissos necessários à participação do Município no Projeto CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada, objeto da Resolução N° 7/73 do Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação e ratificado o Convênio de Intenção, celebrado com o BNH⁶⁹.

A Lei Municipal N° 1939/77, de 18 de outubro de 1977, promulgada na administração do prefeito Osvaldo Nascimento da Silva, dá nova redação aos artigos 1° e 4° da Lei Municipal N° 1684, mas não a altera substancialmente. As modificações consistem em alterações de datas e autorização de aumento do limite de valor dos empréstimos a serem contraídos junto ao BNH.

A Lei Municipal N° 1984/78, de 26 de junho de 1978, promulgada também na administração do prefeito Osvaldo Nascimento da Silva, dá nova redação ao artigo 2° da Lei Municipal N° 1939/77, aumentando mais uma vez o limite dos empréstimos.

A Prefeitura se comprometeu a ressarcir o governo federal em vinte anos e cumpriu o compromisso do pagamento da dívida que, com a extinção do BNH, passou para a Caixa Econômica Federal. O ex-vereador Blattes afirmou em sua entrevista que, a princípio, era contra o Cura, pois trazia um endividamento para a cidade, em uma época economicamente difícil, de inflação alta. Um dos fatores que o influenciou a mudar de idéia foi uma curiosa conversa durante audiência com o então presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, chamado Babo Miranda. O presidente perguntou-lhe se já tinha ouvido falar em algum banco brasileiro que houvesse “quebrado” e, embora não se tratasse de um fato comum, veio à sua memória uma história antiga contada por seu pai sobre a falência do Banco Pelotense, então respondeu que sim. A seguir o presidente perguntou-lhe se já tinha ouvido falar em algum município “quebrado”. Respondeu que não, e seu interlocutor aconselhou-o: “Então faça o financiamento, porque quebra o banco e não quebra o município”. O vereador seguiu o conselho, concordou com o financiamento, apesar do valor “elevadíssimo”, e o BNH foi extinto, conforme o vaticínio do banqueiro. Santa Maria não “quebrou”, a dívida foi quitada

⁶⁹ Ibid., p. 128.

no prazo, e, de acordo com Blattes, isso deveria mesmo ocorrer, pois “pelo menos em tese o Projeto Cura se auto-pagaria”, através do “aumento do IPTU, porque as ruas onde foram feitas as benfeitorias [...] tiveram um aumento de valorização imobiliária”. A regulamentação dessa arrecadação veio com a Lei Municipal N° 1980/78, de 20 de junho de 1978, que fixa acréscimos anuais cumulativos sobre as alíquotas do IPTU incidentes sobre terrenos localizados em áreas definidas como Cura e dá outras providências.

As alterações realizadas na cobrança de impostos não foram muito significativas após o Cura. Conforme Roberto da Luz, refez-se a planta de valores, de acordo com o valor venal tributável das propriedades, bastante centrado na questão da progressividade do imposto nos terrenos baldios. Havia interesse em combater, com a progressividade do IPTU no tempo, os inúmeros vazios que forçavam a expansão urbana, e a “figura do especulador imobiliário”, sempre nefasta para o governo local, porque “está se beneficiando do investimento do Estado na área sem colocar um centavo em cima”. O imposto tinha não só uma função de arrecadação, mas também uma função corretiva, induzindo o especulador a edificar ou vender para alguém que o fizesse. Além disso, partia de um princípio social: a cobrança começava a partir do segundo ano nas áreas beneficiadas por investimentos, para quem detivesse a propriedade de três ou mais terrenos. O entrevistado afirmou que essa era a única maneira de “beneficiar e valorizar o imóvel”, já que a “contribuição de melhoria até hoje continua incobrável” e “na época já se tinha muito claramente essa realidade”. Ele disse acreditar que a estratégia funcionou, pois muitas áreas da cidade tiveram um *boom* de investimentos, não somente porque a acessibilidade estava sendo melhorada, mas porque aqueles que estavam mantendo o estoque de terrenos chegaram à clara conclusão de que a valorização esperada logo se tornaria muito menor do que o custo que eles teriam que desembolsar para o imposto predial.

Esse caso ilustra bem as idéias de Souza (2006, p. 226), ao afirmar que no planejamento e na gestão urbanos, os tributos não devem interessar somente por seu potencial de arrecadação, pois tão ou mais importante é a sua “extrafiscalidade”, isto é, sua capacidade de permitir outros objetivos: o desestímulo de práticas que atentem contra o interesse coletivo, a promoção de redistribuição indireta de renda, a orientação e o disciplinamento da expansão urbana, ou ainda o incentivo a determinadas atividades.

Quanto à questão fundiária, passados vinte e cinco anos, houve uma relativa estabilização no entorno do parque, com uma ocupação bastante densa e lentas modificações. Atualmente os problemas mais cruciais estão relacionados à qualidade ambiental, e devido ao fato dos entrevistados estarem quase todos pessoalmente envolvidos com a questão há longo

tempo, foi solicitado que opinassem sobre os mesmos. O arquiteto Carlos André Fernandes Arzeno, autor do projeto de implantação do Parque Itaimbé (com co-autoria da arquiteta Silvia Inez zembruski Nunes), afirmou ter poucos dados sobre essa obra, já que era um jovem em início de carreira ao fazer o trabalho, não se preocupando em guardar materiais como fotos ou plantas. Suas lembranças mais marcantes dizem respeito ao fato do local ser um “depósito de lixo”, sem nenhum curso d’água visível, e a alguns detalhes do projeto e da execução do parque, como o aproveitamento do projeto original da Avenida Itaimbé, a manutenção de algumas árvores nativas no Setor 1, e a intenção de construir o Teatro Municipal ao lado do Centro Administrativo (que já fazia parte do projeto), onde hoje existem prédios de apartamentos. Concluindo, ele lamentou a subutilização do parque (Figuras 29, 30, 31 e 32), atribuindo o fato à falta de eventos no local.



Figuras 29 e 30 – Subutilização das áreas de esporte e lazer: em uma quinta-feira ensolarada, nenhuma pessoa utiliza os equipamentos

Fonte: Fotografado pela autora em 09 mar. 2006

Uma tentativa no sentido de modificar essa situação, revitalizando o Parque Itaimbé, foi promovida pelo SESC em agosto de 2006, com apoio do SENAC, da Associação de Moradores do Parque Itaimbé, do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), da Prefeitura e da Brigada Militar. O evento, denominado *O Itaimbé é Nosso*, ofereceu diversas atrações artísticas, esportivas, educacionais e de entretenimento, com participação estimada de quase 10 mil pessoas em três dias. Na ocasião, o gerente do SESC em Santa Maria, Pedro Cezar Saccol Filho afirmou⁷⁰ que o objetivo foi “trazer a comunidade para dentro do parque”, por que ele estaria “aparelhado para ser usado, mas a comunidade não usa”.

⁷⁰ **Evento reuniu milhares de pessoas no Parque Itaimbé.** A Razão, Santa Maria, 14 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.arazao.com.br/noticias.php?cod=2017>>. Acesso em: 25 ago. 2006.



Figuras 31 e 32 – Subutilização das áreas de esporte e lazer: em um domingo nublado, a situação não é muito diferente daquela mostrada nas figuras anteriores

Fonte: Fotografado pela autora em 19 mar. 2006

É fundamental que o poder público, se necessário com auxílio de agências comerciais, planeje os locais de recreação de forma que atraiam o público que as utiliza (Figuras 33 e 34). De acordo com Tellini e Nadruz (1981, p. 11), nessa iniciativa “é possível promover socialmente os meios, mas não a finalidade, a qual pertence à esfera de escolha e de experiência individual”. Assim, cabe ao planejamento criar condições de opção para as pessoas, possibilitar que extraiam experiências de lazer de seu meio ambiente, mas não influir na escolha das formas de utilização do tempo livre. As autoras enfatizam que os “estímulos sociais são necessários”, e talvez pela falta deles a população de Santa Maria tenha se esquecido de cobrar o que poderia lhe ser oferecido, os órgãos competentes tenham se acostumado com a ausência de demanda, e um círculo vicioso de acomodação tenha se estabelecido.

Em setembro de 2006 foi realizada uma entrevista com Eliseu Blaya e com sua filha Clarissa, também aposentada, moradora das proximidades. Segundo ela, a casa da família foi construída quando a zona era desvalorizada, inclusive por ser uma área de prostituição. No lugar onde hoje há o parque, havia um “brejo cheio de mosquitos” (acrescentou que no verão a quantidade destes insetos era brutal), com “esgoto a céu aberto” e “de frente para o arroio havia quase só casebres velhos caindo aos pedaços, de famílias de baixa renda”. Havia também criação de vacas e porcos, e os carroceiros traziam os animais para pastarem no local. Segundo Clarissa, para construir os viadutos foi necessário o nivelamento das ruas, e “foram três anos de obras e muito barro, mas muito barro”. Ela relata que após o encerramento houve até mesmo um churrasco de comemoração, oferecido pelos moradores aos funcionários da

Prefeitura, com os quais já haviam estabelecido camaradagem devido à longa convivência. Uma prova desta camaradagem, explica, é que quando os carros dos moradores atolavam na terra vermelha e molhada – como o fusca da família deles, que afundava até a metade – os funcionários ajudavam a retirá-los.



Figuras 33 e 34 – Eventos no parque, como o show do Dia do Trabalhador no dia 1 de maio de 1996, tornaram-se raros (à esquerda), mas com o programa *O Itaimbé é nosso*, em 2006, comprovou-se que falta somente um incentivo dos órgãos competentes para a população ocupar o espaço (à direita)

Fonte: Arquivo do jornal A Razão e fotografado pela autora em 13 ago. 2006, respectivamente

O Senhor Blaya contou que comprou o terreno em 1957, construiu a casa e mudou-se em 1958, contrariando a vontade da família: “O pai ficou muito brabo, me xingou quando soube que eu comprei o terreno, por ser muito úmido e numa zona muito ruim e desvalorizada”. Segundo ele, o descontentamento do pai tinha fundamento: o terreno onde hoje é o parque não passava de uma “sanga bruta”, e tinha uma vizinhança pouco recomendável: um “meretrício badalado” na rua Dr. Pantaleão.

Pai e filha têm muitas reminiscências, e acompanharam todas as polêmicas, erros e acertos que produziram o espaço atual. Lembram que havia uma ponte de madeira onde hoje é o viaduto da Tuiuti (que foi retificada, depois coberta com lajes de arenito), e também da sanga, que foi canalizada em grandes tubos e depois coberta. Recordam também das discussões a respeito do projeto de construção de uma via rápida que, segundo eles, foi abandonado por vários motivos, entre os quais o enorme capital necessário às desapropriações e a falta de uma consulta prévia à Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA), que não aceitou que a avenida Itaimbé passasse pela estrada e pelo pátio de manobras, forçando o desvio da rua “para o lado do Maneco” (Colégio Manoel Ribas, a noroeste).

O Senhor Blaya explicou que a área onde reside era uma antiga zona de moradia dos ferroviários, muitos dos quais tiveram seus terrenos, ou parte de seus terrenos, desapropriados. De acordo com ele, o valor pago pelas desapropriações foi irrisório. Citou como exemplo o terreno onde foi edificado o hotel Itaimbé: foi desapropriado para uso público e doado para a construção do hotel, ficando a Prefeitura com direito de uso do estacionamento e de colocar os hóspedes do município pernoitando gratuitamente. “Isso é sabido por todos; o que não se sabe”, afirmou, “é que o antigo dono do terreno, que recebeu muito pouco pela desapropriação, matou-se de desgosto”. Parte da área a que ele se refere, onde estão construídos o Centro Administrativo Municipal e o hotel Itaimbé, foi identificada no Decreto-Executivo nº 85/66, de 14 de março de 1966 e no Decreto Executivo nº 31/69 (Ver anexos B e C).

Os descontentamentos da família Blaya não cessaram com o tempo, e dão origem a muitas queixas. Entre elas, o aumento significativo do IPTU depois da construção do parque, a umidade, as infiltrações (Figura 35), os vazamentos, os alagamentos, os problemas de esgoto: ligações irregulares (cloacal na pluvial), causadoras de mau cheiro; sobrecarga nos tubos porque muita água escorre dos pátios e calçadas, devido ao número excessivo de construções; e a falta de ação da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan).



Figura 35 – Grande buraco causado pela infiltração no Setor 5 do parque, demonstrando descaso aliado ao uso de material com baixa qualidade

Fonte: Fotografado pela autora em 9 mar. 2006

Também em setembro de 2006 foi realizada uma entrevista com Carlos Alberto Wolle, e seu filho, Alberto Brilhante Wolle. O pai afirmou morar no local desde a infância, não na mesma casa, mas no mesmo terreno. Segundo ele, os terrenos, como o pertencente à sua família, eram longos, com os fundos voltados para o arroio, o qual teve seu leito deslocado por volta de 1966, passando a fluir por canaletas de concreto em forma de “V” (posteriormente cobertas). Com essa obra, os donos dos terrenos foram obrigados a aceitar a perda da parte de suas propriedades que ficou do outro lado do arroio (limite leste), e embora descontentes, não exigiram indenização, para evitar conflitos com o poder público. Ambos concordam que a canalização foi positiva, pois melhorou as condições ambientais e diminuiu a circulação de indivíduos marginais. Mas apontam irregularidades de vários tipos, cuja existência torna o imposto pago no local muito alto, na medida em que há pouco retorno. Por exemplo, o trecho do parque onde moram ficou três meses sem luz, até que os próprios moradores colocaram luminárias para melhorar a segurança.

Roberto da Luz se manifestou quanto a essa questão, afirmando que o sistema de iluminação do parque era muito moderno quando foi implantado. Tinha algumas luminárias altas, das que abrangem uma área grande (pétalas com lâmpadas de vapor de sódio), e outras menores, com globos que iluminavam os caminhos. A sobrevida delas era de cinco ou seis anos, e transcorrido esse tempo elas não foram repostas. De acordo com ele, o tipo de equipamento do parque exige um cuidado constante, a despeito da qualidade original do mesmo, então o problema não foi tanto o depredamento, porque em geral havia vigilância, mas sim a falta de manutenção. Exemplificou com o Centro de Atividades Múltiplas, confessando sentir “pena de ver o estado deplorável em que ele se encontra”, impróprio para uso, apesar de ter palco, camarins, enfim, toda a estrutura para abrigar grupos artísticos ou equipes esportivas. Criticou as reformas feitas recentemente e declarou não dirigir essas críticas a um “prefeito a, b ou c”, porque “sempre é responsabilidade da Prefeitura”.

Os Wolle também apontam o esgoto como um dos principais problemas: disseram que apesar de existirem duas fossas coletivas nas proximidades de sua residência (uma sob a Linha Férrea e outra sob a rampa da rua Silva Jardim), e uma rede de coleta paralela à canalização, nem todos os moradores fazem a ligação.

Na opinião deles, outro problema sério está relacionado aos espaços edificados no interior do parque. A construção de salas embaixo dos viadutos, fechando os espaços, diminuiu a segurança já precária, pois impede parcialmente a visão de quem circula pelas vias para pedestres. Além disso, muitos desses espaços têm seu uso concedido a organizações sociais e empresas (Figuras 36 e 37), num processo pouco transparente, cujos trâmites a

população em geral ignora. Embora alguns dos beneficiados pelos acordos permitam o acesso gratuitamente, como o Clube do Gaúcho (pertencente à 13ª Região Tradicionalista), outras, como a Associação Assistencial Recreativa Cabelos de Prata, cobram pelo uso das dependências.

Algumas dessas instituições estão presentes no parque há mais de vinte anos, sendo previsível a dificuldade para retirá-las em caso de necessidade. Já existe um precedente nesse sentido: em janeiro de 2007 a Secretaria de Município da Administração e Desenvolvimento Humano requisitou o espaço embaixo do viaduto da rua Tuiuti, ocupado pela Associação dos Apicultores de Santa Maria (Apismar) desde 1º de setembro de 1987, quando o então Prefeito Municipal, José Haidar Farret, concedeu a permissão de uso Nº 108, conforme o Código de Posturas do Município. Como os associados apicultores construíram uma sede no local, que foi reformada recentemente, eles se recusaram a aceitar a solicitação, pedindo auxílio à Câmara de Vereadores, que acatou o pedido e pressionou a Prefeitura a manter a concessão, pelo menos temporariamente⁷¹. Dessa forma, pode-se considerar a possibilidade concreta de ônus em qualquer caso: a perda definitiva desses espaços públicos para as entidades privadas, ou a recuperação somente mediante desapropriação.



Figuras 36 e 37 – Clube do Gaúcho, associação tradicionalista, que ocupa o quiosque do Setor 1 (à esquerda) e Bar e Lancheria Pompeu, que ocupa o quiosque do Setor 2 (à direita)

Fonte: Fotografado pela autora em 22 mar. 2007 e 09 mar. 2006, respectivamente

⁷¹ A RAZÃO ON LINE. **Prefeitura quer prédio da Apismar**. 04 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.arazao.com.br/noticias.php?cod=2772>>. Acesso em: 22 abr. 2007.

Quanto à questão da violência e falta de segurança, um artigo do jornal *A Razão*⁷² confirma o que foi relatado, ao apontar sérios problemas no Parque Itaimbé, cujos frequentadores, apesar da atuação da Brigada Militar, são vítimas de assaltos, arrombamentos e tiroteios. Essas pessoas, muitas delas donas de estabelecimentos no local, declararam que apesar das melhorias na iluminação se sentiam pouco seguras.

O estudante de arquitetura Wolle filho explica que a Prefeitura, com o intuito de economizar, tem planejado mal o paisagismo do parque, utilizando materiais baratos e inadequados. Esses equívocos ocorrem até mesmo no plantio de árvores. Elas são plantadas muito próximas e as espécies são escolhidas erroneamente. O plátano, por exemplo, tem uma queda acentuada de folhas e frutas, que matam a grama e são arrastadas pelas chuvas, juntamente com terra, entupindo as tubulações. Alguns desses problemas acompanham o parque desde a sua origem. Roberto da Luz citou um deles, relacionado ao tipo de pavimentação colocado: As placas de concreto entremeadas por grama têm um aspecto “muito bonito, tanto no projeto quanto na visualização”, mas como se mostraram inadequadas para caminhadas, deveriam ser modificadas.

As atas das sessões plenárias da Câmara de Vereadores de Santa Maria, ao transcreverem as falas dos vereadores do município, podem ser reveladoras dos temas que afligem a comunidade. A ata Nº. 044/2005, da sessão plenária ordinária do dia 12 de julho de 2005 traz um pronunciamento da vereadora Magali Adriano sobre o fato da já citada Associação Assistencial Recreativa Cabelos de Prata ter realizado obras (ampliação de um salão de baile) na área pública sem consentimento da comunidade, e em prejuízo da mesma, na medida em que colocava em risco o patrimônio e a segurança das pessoas em benefício de um grupo restrito. A vereadora revela que seu interesse pela área advém do fato de ser moradora do Setor 1 desde a sua infância, na época anterior à construção do parque, e sendo assim já presenciou muitos problemas causados por falhas estruturais no mesmo, como a ponte da rua Silva Jardim, “construída de forma impensada” e causadora de muitos acidentes, e também por abusos no uso do bem público, tratado pelos usuários como se fosse particular, agredindo os moradores do entorno e demais usuários. Exemplos desses abusos citados pela vereadora podem ser observados em todo o parque (Figuras 38 a 42).

⁷²TONETTO, Elisete. **Falta segurança no Itaimbé**. *A Razão* on line. 23 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.arazao.com.br/noticias.php?cod=408>>. Acesso em: 19 mar. 2006.



Figuras 38, 39 e 40 – Da esquerda para a direita: nos muros do Setor 3, o tênue limite entre o grafite e a pichação; até mesmo a sede da Vigilância Municipal é alvo dos vândalos, tendo sua fachada totalmente pichada; concha acústica logo após a reforma no parque: pichações sobre a nova pintura
 Fonte: Fotografado pela autora em 27 fev. 2007, 22 mar. 2007 e 27 fev. 2007, respectivamente



Figuras 41 e 42 – O Poder público também é responsável: além da pichação usual, o material de construção amontoado na calçada do Setor 2 (à esquerda), e calçadas quebradas e lixo amontoado embaixo do viaduto da rua Venâncio Aires

Fonte: Fotografado pela autora em 22 mar. 2007 e 9 mar. 2006, respectivamente

Deve-se ressaltar, porém, que o vandalismo no parque não é uma coisa recente. No mesmo ano em que ele foi construído os moradores já denunciavam atos de “paulatina destruição dos equipamentos montados pela Prefeitura”⁷³, tais como os brinquedos das pracinhas infantis, que eram depredados antes mesmo de concluída sua montagem. Meses após sua inauguração (realizada em 7 maio de 1982, durante as festividades alusivas aos 124 anos de emancipação política do município) as obras não estavam prontas⁷⁴, havendo “vidros quebrados, vegetação alta, muitas pedras e pedaços de madeira espalhados pelo chão”, e já

⁷³ **Vandalismo no Parque Itaimbé.** A Razão, Santa Maria, N° 9, Ano 49, 22 out. 1982, p. 5.

⁷⁴ **Esqueceram o Itaimbé.** A Razão, N° 18, Ano 49, 5 nov. 1982, p. 1.

não se distinguia as mudas plantadas da vegetação que crescia livremente. Os moradores queixavam-se do problema, que ameaçava a integridade física das crianças que insistiam em brincar no local, e acusavam os autores da obra de tê-la realizado apenas como “objeto de projeção política”.

Além do descuido e do vandalismo, ocorriam defeitos estruturais nas obras⁷⁵. Recém-inaugurado, o Centro de Atividades Múltiplas Garibaldi Pogetti já apresentava problemas de infiltração de água nas arquibancadas, exigindo obras de recuperação que representaram um grande ônus para o município.

A ata Nº. 050/2005, da sessão plenária ordinária do dia 09 de agosto de 2005, traz outra comunicação da vereadora Magali Adriano, comentando a necessidade de fiscalização e cumprimento do código de posturas do município no que se refere à responsabilidade dos proprietários de animais em retirar os dejetos dos mesmos da via pública, e utilizando o Parque Itaimbé como exemplo local de desrespeito ao que a lei estabelece. Comenta sobre o fato que a limpeza é realizada, mas que alguns membros da comunidade não colaboram, trazendo insatisfação para os demais, o que demonstraria a necessidade de campanhas de conscientização.

De acordo a Prefeitura⁷⁶, foi realizada uma reforma no Parque Itaimbé, iniciada em 15 de setembro de 2004 e inaugurada em 20 de janeiro de 2006, com custo total de R\$228.400,25, sendo que R\$100.000,00 foram garantidos por meio do Orçamento Participativo (OP). A última etapa da obra foi a revitalização das cinco quadras esportivas existentes no local, que ganharam novas tabelas de basquete, redes e traves, além de novo piso de asfalto com pintura de acrílico. Além disso, foram realizadas melhorias na iluminação, calçamento e na drenagem do local, entre outras coisas, contando com recursos de emenda parlamentar do Deputado Federal Cezar Schirmer (PMDB).

Outro artigo do jornal A Razão⁷⁷ analisa a situação do Parque Itaimbé depois da reforma, concluindo que a expectativa da população foi frustrada, porque o local ainda estaria longe de ser uma área apropriada para o lazer. Inicialmente descreve a reforma, executada pela empresa Construsul, depois aponta a existência de uma série de problemas: esgoto a céu aberto, lixo (Figuras 43 a 45), pichações, grama alta, insegurança, fezes de cães e falta de proteção (redes) ao redor das quadras. Moradores do entorno, entrevistados, listaram outros:

⁷⁵ **Centro de Atividades Múltiplas em reforma.** A Razão, Nº 191, Ano 48, 24-25 jul. 1982, p. 1.

⁷⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Quadras do Itaimbé são inauguradas com torneio de futebol.** 22 jan.2006. Disponível em: <www.santamaria.rs.gov.br/estrutura_pagina>. Acesso em: 19 mar. 2006.

⁷⁷ TONETTO, Elisete. **O Itaimbé depois da reinauguração.** A Razão, Santa Maria, 06 mar. 2006. Ano 72, nº 124, p. 9.

falta de conservação, de limpeza, de lixeiras, de segurança, valor do IPTU muito alto, presença constante de usuários de drogas, subutilização da infra-estrutura e poluição sonora.



Figuras 43, 44 e 45 – As lixeiras existem, mas seu uso é inadequado: muitas delas são para lixo acondicionado em sacos, mas a população ignora o fato, fazendo com que haja mais lixo espalhado fora do que dentro das mesmas

Fonte: Fotografado pela autora em 22 mar. 2007

Os responsáveis foram entrevistados pelo jornal para prestar declarações. O secretário em exercício da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos declarou que são oito os funcionários atuando na manutenção da área, que só de corte de grama tem uma extensão de dois mil metros quadrados. Sendo que destes, quatro apenas estariam ligados à secretaria. Os demais ao Protocolo de Ação Conjunta (PAC) que atende apenas em regime semi-aberto. Ele afirmou que a administração municipal faz o possível para manter a área limpa e ao mesmo tempo convidativa ao lazer, mas que os visitantes têm que colaborar. Com relação à segurança do Parque, o comando do 1º Esquadrão da BM, que é responsável pelo policiamento da área central da cidade, informa que a mesma é feita através de policiamento motorizado durante o dia e montado à noite.

A preocupação de uma parcela da comunidade com o destino do Parque Itaimbé é visível nos meios de comunicação, onde frequentemente seus problemas são discutidos. O Diário de Santa Maria, em uma grande reportagem, realizada em setembro de 2006, recuperou a história do parque e a luta de algumas pessoas para apagar seu estigma de local perigoso e inseguro⁷⁸. Ele faz uma comparação com outros parques e afirma que “falta descobrir o que ele precisa ter para cativar o coração de quem mora no coração do Rio Grande”, já que mais

⁷⁸ OLIVEIRA, Cristina. **O pulmão pede fôlego**. Diário de Santa Maria, Caderno *Mix*, Santa Maria, 16-17 set. 2006, p. 4-7.

de 90% dos seus usuários estão insatisfeitos com a sua infra-estrutura (Figuras 46 e 47), classificando-o com adjetivos como “inseguro”, “mal iluminado” e “abandonado”.

O jornal cita ainda uma pesquisa feita pelo Curso Técnico de Guia de Turismo em Âmbito Nacional do SENAC, o qual revelou dados que definem a atual imagem do parque:

Um grupo de alunos do curso entrevistou 50 moradores, em julho, e constatou que 67% deles usam o espaço diariamente. Desses, 70% vão ao Itaimbé para buscar lazer e 30% para praticar um esporte. A infra-estrutura recebeu uma péssima avaliação: 98% dos entrevistados consideram deficiente a estrutura do parque (lixeiros, iluminação, segurança, banheiro e bancos) e pedem a sinalização do espaço. Apenas a arborização recebeu 100% de aprovação⁷⁹.

Ao ser questionado sobre os resultados do Programa Cura I, e em especial sobre o Parque Itaimbé, o entrevistado Roberto da Luz disse acreditar que foram muito positivos, pois houve um acréscimo de qualidade bastante visível, principalmente nos arredores da chamada Vila Leste. Onde existiam “proprietários de baixa renda, uns chalezinhos, aqueles chalezinhos sem pintura, podres, caindo aos pedaços”, agora tem “prédios novos”. Quanto ao processo de segregação, enfatizou que a desapropriação ou venda posterior dos terrenos pela população de baixa renda ocorreu “num mercado capitalista de propriedade privada”, por “um dinheiro que eles não imaginavam”, permitindo a realocação em qualquer núcleo habitacional na periferia da cidade.



Figuras 46 e 47 – Problema de infra-estrutura: um dos três sanitários existentes no Parque Itaimbé fica no Centro de Atividades Múltiplas, mas este em geral está com as portas cerradas; já o sanitário do quiosque no Setor 5 tem seu uso praticamente impossibilitado pela falta de cuidado e higiene

Fonte: Fotografado pela autora em 27 fev. 2007 e 9 mar. 2006, respectivamente

⁷⁹ Id., p. 4.

A filosofia do programa era a de recuperação urbana, com a qual o entrevistado afirmou concordar. A segregação pode ter existido, admitiu, mas ela foi “paga”. Segundo ele, em termos ideais, com a presença de projetos sociais para dar acompanhamento, as pessoas que recebessem o dinheiro poderiam comprar casas de alvenaria longe do Centro e investir o restante do dinheiro em um mercado qualquer, obtendo uma renda fixa por um longo período de tempo. Entretanto, acrescenta, essas pessoas podem ter consumido todo o dinheiro em cachaça, na compra de um carro para bater no primeiro poste, ou em outro destino menos nobre, pois não houve a fiscalização e a orientação que deveria existir. Ele explicou que essa preocupação social havia somente “no sentido de um reconhecimento total e claro de economia de mercado”, e admitiu que na área pública existe o “ideal” e o “real”, e como o que dimensiona o real é a capacidade orçamentária, é preciso reduzir as ações ao mínimo necessário, sob pena de causar um impacto negativo ainda maior.

Questionado da mesma forma, Sérgio Blattes comentou sobre a subutilização do Parque Itaimbé, comparando a realidade da cidade com a de outras, como Porto Alegre, cujos parques (Redenção, Marinha do Brasil...) estão sempre cheios, e outras capitais brasileiras (Ibirapuera, Parque de Brasília...) e estrangeiras: “... se tu fores a Montevideú, é uma cidade cheia de praças, cheia de parques, e o pessoal freqüenta”, [...] “então por que em Santa Maria nós seríamos diferentes? [...] Por que as pessoas não freqüentam?”. Ele mesmo responde, afirmando que os possíveis usuários não têm motivação devido ao medo, pois é um local inseguro e mal cuidado. Além disso, questionou: “O que é o Parque Itaimbé?”. Esse questionamento, segundo o advogado, é importante, pois na verdade ele “não é parque”, é “comprido”, “não tem amplidão”, não permite “enxergar longe”, ou seja, em sua opinião, “ficar no Parque Itaimbé é como ficar no pátio de casa”, pois é um espaço “limitado pelas duas margens”.

O entrevistado não atribuiu esses problemas a um erro de projeto, acreditando que ele se justificava na época de seu planejamento pelo seguinte raciocínio: “[...] já que nós não vamos fazer a avenida, não temos dinheiro para fazer a avenida, fazemos um parque e o dia que pudermos fazemos a avenida. Só que hoje ele não é uma coisa e não pode ser outra”. O projeto da avenida, segundo ele, tornou-se de difícil execução porque exigia a desapropriação de muitas casas, para ampliar a largura, porque ele mantinha o curso d’água, ao lado do qual correriam as pistas. Apesar de tudo isso, pensa que o resultado foi positivo, pois se o parque não tivesse sido construído provavelmente essa área estaria completamente tomada, isto é, haveria invasão e construção de casas até a margem, como é no restante do Cadena, e teríamos a cada chuva forte população desabrigada.

O Itaimbé foi denominado “parque” a partir de seu projeto, e não houve um questionamento técnico sobre a propriedade de tal denominação, posta em dúvida com tanta ênfase por Blattes. Já a população não teve meios de comparação, pois não havia e até hoje não há outro parque em Santa Maria. Existem várias praças, que não se confundem com parques possivelmente pela sua origem (igreja, edifícios públicos, militares) e por uma relativa manutenção das funções tradicionais (comércio, manifestações políticas, comemorações, apresentações artísticas etc.), e não propriamente pela extensão.

Mas é preciso considerar Macedo (2003, p. 15), quando afirma existirem atualmente espaços “com uma relativa independência formal de seu entorno”, mas que “não podem ser considerados parques pela limitação de sua área em abrigar equipamentos de lazer, tanto em quantidade quanto em diversidade”. Para o autor, “muitos dos atuais parques de pequeno porte não passam realmente de praças de vizinhança, sendo denominados *parque* em virtude da falta de consenso sobre o assunto entre os especialistas, dentro e fora do poder público”.

De acordo com a classificação organizada por Guzzo (2007), é possível encaixar o Itaimbé, por suas principais características, no conceito de *parque urbano* e, enquanto tal, como área verde e espaço livre. Utilizando os critérios desse autor (função, tamanho e área de influência), pode ser considerado um parque de bairro.

A falta de clareza sobre a real definição de parque público urbano e sobre as suas reais funções contamina até mesmo a legislação municipal. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Santa Maria considera o Parque Itaimbé como uma Área de Preservação Permanente⁸⁰, revelando resquícios da influência do Código Florestal brasileiro. Isso não se justifica, pois ele não é um parque natural, e sua importância como fator de equilíbrio ecológico é insignificante diante de seu papel como espaço de socialização e integração.

⁸⁰ “Área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”, conforme a Medida Provisória nº 2166-67, de 24 de agosto de 2001, que acresce dispositivos à Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2166-67.htm>. Acesso em: 18 jun. 2007.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Avaliando-se o período compreendido entre a gênese do Parque Itaimbé e a atualidade, é possível chegar a algumas conclusões principais. A primeira delas é que havia inúmeras outras opções para a utilização dos recursos do Programa Cura I em Santa Maria como, por exemplo, uma rede completa de esgotos, com estações para o tratamento dos mesmos, solucionando um problema que aflige a população da cidade até hoje. Mas obras deste tipo não têm visibilidade, sua repercussão política teria sido insignificante comparada ao impacto da construção do Parque Itaimbé que, para as dimensões da cidade, continha certo grau de monumentalidade e permitiu que se reforçasse a imagem de grande empreendedor do prefeito. Não se trata de negar o devido destaque ao espaço em estudo, que se constitui em importante área de lazer e esportes, mas sim de chamar a atenção para a forma como foi conduzido o processo. Obras de saneamento, caso fossem priorizadas, teriam que ser realizadas em parceria com a Corsan, o que diminuiria os créditos para a Prefeitura, e fugiriam um pouco da alardeada “filosofia” do Cura.

Outra conclusão é que, apesar do alto custo da obra e envolvimento de significativa parcela da população no pagamento dos empréstimos – via aumento na cobrança de IPTU – os equipamentos implantados não corresponderam ao previsto no projeto original. Ou seja, o que realmente se efetivou corresponde a uma parcela do idealizado. Além disso, parte desses equipamentos foi paulatinamente tornando-se ociosa, desviada de suas funções ou mesmo eliminada, por falta de planejamento, por erros de gestão ou mesmo intencionalmente, sob pressão de grupos interessados na exploração imobiliária das áreas públicas.

É importante ressaltar que projetos de revitalização urbana como o Cura I somente têm sentido com a participação efetiva da população, pois a valorização dos ambientes não se explica apenas pelos seus recursos naturais ou culturais em si, mas também pela ligação que se estabelece com a comunidade onde estão situados. Desse modo, quando um processo de planejamento não é realmente participativo em sua essência, ele não funciona plenamente. Tome-se como exemplo um dos objetivos primordiais do Parque Itaimbé, que era sediar atividades culturais e educativas, desafogando a Praça Saldanha Marinho, e que jamais foi alcançado. É facilmente compreensível que isso tenha acontecido, pois como o centro da cidade foi se deslocando em outra direção, não englobando o Itaimbé, houve menos circulação de pessoas do que era esperado. E partindo da premissa de que o que mais atrai pessoas são outras pessoas, o atrativo sempre foi mínimo. A maioria considera o parque, cuja

configuração fragmentada já não propicia o acolhimento, apenas como uma área de travessia, não de permanência.

O número de usuários de um espaço público é diretamente proporcional à oferta, conservação e segurança dos equipamentos existentes. Quanto maior a depredação, menos valor as pessoas atribuem ao patrimônio, e menor a frequência de utilização. No caso de áreas verdes urbanas, a violência também aumenta, pois o que dá segurança às mesmas é o seu uso constante pela população, a existência de vigilantes mais preocupados em educar do que punir e o desenvolvimento de campanhas educativas para os usuários, a fim de conscientizá-los da necessidade de proteger e usar adequadamente os equipamentos. Além disso, o uso de um parque será mais intenso se as pessoas encontrarem conforto, tranquilidade e condições adequadas de estar: número razoável de lixeiras, bancos, banheiros e bebedouros, boa iluminação à noite, árvores de copas altas e densas (que ofereçam sombra e segurança), gramados bem aparados, caminhos bem pavimentados, etc. Em todos os aspectos citados o Parque Itaimbé tem uma carência significativa, decorrente da falta de atenção continuada dos órgãos públicos responsáveis pelo seu gerenciamento e também da população que o utiliza. Por exemplo, há apenas um banheiro público realmente disponível, sempre aberto – embora em estado lamentável de higiene – em toda a sua extensão. Existem banheiros no Centro de Atividades Múltiplas, mas este geralmente está fechado, e no quiosque ao lado, onde está instalado o bar, é necessário pedir ao locatário a chave para utilizá-los.

Outro aspecto importante das áreas públicas urbanas é a sua potencialidade como palco de interação entre as diversas classes sociais, onde se pode conviver com as múltiplas e diversificadas facetas do mundo contemporâneo. Essa socialização, que ao ocorrer constitui uma experiência humana enriquecedora, é abertamente impedida em Santa Maria. Nos domingos e feriados com passe livre nos ônibus urbanos, quando a população de baixa renda pode circular livremente pela cidade, os *shoppings centers* e a maioria das lojas são fechadas pelos proprietários. Se o comércio formal – inclusive bares e restaurantes do Centro – está indisponível, tornando estes espaços proibidos ostensivamente para uma parcela da população, não podendo ser considerados lugares da vida coletiva, resta a estas pessoas o uso das praças centrais – Saldanha Marinho, Saturnino de Brito e Bombeiros – e do parque Itaimbé, que teoricamente se tornam importantes para o convívio social. Porém, nessas ocasiões, os frequentadores usuais os evitam, e a segregação ocorre de qualquer maneira.

Ao percorrer essas áreas em um domingo de passe livre, pode-se perceber que a aglomeração se dá somente no Calçadão e na Praça Saldanha Marinho, assim como nas ruas adjacentes. O parque Itaimbé permanece sempre com poucos frequentadores, visivelmente

aqueles rotineiros, moradores das redondezas, a não ser que esteja sediando algum evento de ampla divulgação. Isso mudaria com a introdução de novas funções no espaço, ação que poderia partir de variados setores, como a própria comunidade do entorno, mas que cabe essencialmente ao poder público, responsável oficialmente pela área. Algumas, que já se desenvolveram espontaneamente, como o *parkour*, praticado por jovens e adolescentes no Setor 5, poderiam ser mais divulgadas e incentivadas.

Para implantar as modificações necessárias é preciso ter em mente as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas. Embora a jornada de trabalho não tenha se reduzido radicalmente, conforme previam as teorias sociais do século XIX, os trabalhadores urbanos e suas famílias usufruem horas livres, que podem ser despendidas em atividades de lazer nos parques, desde que estes tenham características adequadas: além da tradicional função de recreação e esporte, precisam permitir e incentivar as atividades culturais. Essa preocupação com as exigências contemporâneas, sem desvalorizar os aspectos tradicionais e históricos, deve estar presente também na criação de novos parques.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Santa Maria prevê a incorporação de áreas verdes e recreativas, e se propõe a defender os espaços abertos públicos dentro da cidade. Uma primeira iniciativa nesse sentido é a construção de um parque no bairro Nonoai, em terreno localizado entre as ruas Tamanday e Célio Schirmer, cujo projeto estranhamente está sob a supervisão da Secretaria de Município do Turismo, e não do Escritório da Cidade. Quem está encarregada de sua construção é a Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria (CACISM), que fará uma permuta com a Prefeitura: o parque em troca de um centro de eventos no Centro Desportivo Municipal (CDM).

Diversas questões polêmicas podem ser levantadas a respeito desse fato. Em primeiro lugar, a população não foi oficialmente consultada sobre a localização do parque ou sobre as características que o mesmo deveria ter (tipo de equipamento, função, etc.). A discussão pública focalizou predominantemente o centro de eventos, deixando esse aspecto à margem.

Em segundo lugar, tornou-se nítida a ausência de uma política integrada de planejamento e gestão, pois as secretarias cuja atribuição permitiria a atuação conjunta nesse projeto não o fizeram, deixando até mesmo de comunicar umas às outras suas iniciativas. Apesar disso, a parceria público-privada entre a CACISM e a Prefeitura já foi aprovada pela Câmara de Vereadores (Anexo E), apesar de suas falhas, dentre as quais a falta de clareza para os habitantes de Santa Maria sobre sua validade, e até sobre sua legalidade, é uma das mais graves. O único aspecto considerado em longo prazo foi o financeiro, mas praticamente

à revelia da opinião dos contribuintes que, quando consultados, revelaram uma considerável oposição, sumariamente ignorada pela administração municipal.

Em terceiro lugar, a CACISM deixou o projeto sob inteira responsabilidade de Pepe Reyes, um arquiteto, que embora possa ser extremamente competente, só tem legitimidade para prever as dimensões funcionais e estéticas de um parque. As outras dimensões, que só seriam consideradas globalmente se o trabalho fosse realizado por uma equipe multidisciplinar, acabaram sendo desprezadas. Em entrevista para o presente estudo, o arquiteto afirmou que as características do novo parque não foram definidas por ele, que simplesmente seguiu as diretrizes da Secretaria de Município do Turismo.

O entrevistado acrescentou ainda que a área escolhida (Anexo F), embora não conste na lei, foi considerada a mais adequada entre as muitas disponíveis para áreas verdes no zoneamento do novo plano diretor, tendo sido comprada pela CACISM, que já está iniciando os preparativos para as obras. Afirmou ainda que o parque será cercado e terá equipamentos como pista para caminhadas, ciclovia, quadras de esportes, sede para a segurança (que deverá ser permanente) e quiosques (cada um para uma etnia, cujo modelo poderá ser alterado sob sugestão das entidades ligadas aos movimentos étnico-culturais), além de áreas verdes com árvores nativas (as existentes serão mantidas) e exóticas (que serão plantadas). Dessa forma, por sua extensão e diversidade, deverá atrair pessoas de toda a cidade, não somente do bairro onde estará inserida.

Há interesse da população dos bairros Nonoai e Medianeira na construção do parque, pois além das vantagens óbvias, solucionaria também problemas como a falta de iluminação e segurança no local. Porém, existem desvantagens que não são divulgadas. Um exemplo é o fato do arroio Cancela, extremamente deteriorado pela poluição causada por esgoto doméstico e por resíduos sólidos, cortar o terreno em toda a sua extensão e não ter prevista no projeto a sua recuperação.

O tipo de parceria feito entre a Prefeitura e a CACISM reflete a tendência contemporânea empresarialista, que prevê a diminuição da presença do Estado no planejamento e na gestão urbanos. É bastante contraditório que isso ocorra em um município cuja administração é encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que se auto-adjetiva “popular”, mas esta é a política adotada na maioria dos municípios brasileiros. Assim, embora possam trazer vantagens para a população, é preciso que se fiscalize atentamente a implementação dos novos projetos de reestruturação urbana, para que os interesses empresariais não suplantem os interesses da coletividade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Joaquim Anecio de Jesus. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: Abeas, 1989. 182 p.

AMORIN, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Caracterização das áreas verdes em Presidente Prudente. P. 37-52. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Programa de Pós-Graduação em Geografia – GASPERR/ Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/ Universidade Estadual Paulista - UNESP. Presidente Prudente, SP: [s.n.], 2001. 311p.

BARTALINI, Vladimir. **Espaços livres públicos na cidade**. Óculum – Revista Universitária de Arquitetura, Urbanismo e Cultura, Campinas, SP: FAUPUCAMP, n. 4, p. 64-67, nov. 1993.

_____. **Espaços livres públicos na cidade II**: parques. Óculum – Revista Universitária de Arquitetura, Urbanismo e Cultura, Campinas, SP: FAUPUCAMP, n. 5/6, p. 100-103, mai. 1995. 120 p.

_____. Os parques públicos nos planos para São Paulo. In: MACHADO, Denise B. Pinheiro (org.). Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. **Herança, identidade e tendências da cidade latino-americana**. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1996. 1182 p.

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Programa Cura III em Presidente Prudente: uma porta para a cidade? In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Programa de Pós-Graduação em Geografia – GASPERR/Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/ Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente, SP: [s.n.], 2001. 311 p.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. O papel exercido pelo poder público local no processo de produção seletiva de um novo padrão ocupacional. P.139-155. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente, SP: [s.n.], 2001. 311p.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; BRITO, Márcia Aparecida de. **Os vazios urbanos e o processo de redefinição socioespacial em dourados – MS**. [200_]. Relatório de qualificação (Programa de Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, [200_].

Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1%20286.htm#_ednref4>.

Acesso em: 31 out. 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999. 98 p.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. 154 p.

COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS – CEDRO. **Projeto Sinuelo**: estudo de viabilidade do Projeto Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada – CURA. V. 1. Santa Maria, 30 ago. 1978.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999. 94 p. (Série Princípios).

DIAZ, Alfredo Rubio. La ciudad como sistema útil: para una genealogía de las relaciones modernas entre ciudad, naturaleza e planificación. P. 15-38. In: SALVO, Enrique; GARCIA-VERDUGO, Juan Carlos. (edits.). **Naturaleza urbanizada**: estudios sobre el verde en la ciudad. Universidade de Málaga/Debates. [S.l.: s.n.],[199-].

FEIBER, Silmara Dias. **Áreas verdes urbanas imagem e uso** - o caso do Passeio Público de Curitiba – PR. Revista RÁE GA, n. 8, p. 93-105. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, 2004.
Disponível em:
<http://calvados.c3sl.ufpr.br/raega/include/getdoc.php?id=88&article=66&mode=pdf>. Acesso em: 8 set. 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: N. Fronteira, 1998. 1840 p.

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para a implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas - RS. p. 67-93. In: SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; BASSO, Luís Alberto; VERDUM, Roberto. (orgs.). **Ambiente e lugar no urbano**: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. 240 p.

FRANZ, Marie-Louise von. **Mitos de criação**. Tradução: Maria Silvia Mourão. São Paulo: Paulus, 2003. 335 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Resumo Estatístico do RS**: Municípios. Disponível em:
<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Santa+Maria>. Acesso em: 25 fev. 2007.

GALENDER, Fany Cutcher. **Considerações sobre a conceituação dos espaços públicos urbanos**. Paisagem e ambiente: Ensaios IV, p. 113-120. São Paulo: FAUUSP, 1982. 195 p.
GARABINI, Elvio Araujo. **Parques urbanos aqui, ali, acolá**. 2004, 196f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GEHL, Jan; GEMZØE, Lars. **Nuevos espacios urbanos**. Barcelona: GG, 2002. 263 p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: B. Brasil, 2002. 304 p.

GONÇALVES, Fábio Mariz. **Discussões sobre o papel dos espaços livres públicos nos bairros de elite contemporâneos**. Paisagem e Ambiente: Ensaios 15, p. 9-33. São Paulo: FAUUSP, dez. 2002.

GUERRA, Isabel. Tensões do urbanismo cotidiano. P. 237-251. In: PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João. **Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades**. Lisboa: CEFA/FCG, 2003. 295 p.

GUZZO, Perci. **Áreas verdes urbanas**: conceitos e definições. Educação Ambiental através da visão integrada de bacia hidrográfica via Internet – Programa Educ@r – Centro de Divulgação Científica e Cultural (CDCC) – USP – São Carlos. Disponível em: <<http://educar.sc.usp.br/biologia/prociencias/areasverdes.html>>. Acesso em: 6 mar. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11/03/2006.

KLIAS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993. 211p.

LIMA, Catharina P. C. dos Santos. **Natureza e cultura**: o conflito de Gilgamesh. Paisagem e ambiente: Ensaios 18. São Paulo: FAUUSP, 1986. 136 p.

LYNCH, Kevin. A cidade como meio ambiente. Tradução: José Reznik. P. 207-216. In: DAVIS, Kingsley *et al.* **Cidades**: a urbanização da humanidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MACEDO, Silvio Soares. **Parques urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. da USP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 207 p. (Coleção Quapá)

MOHR, Udo Silvio. **Os grandes espaços do lazer urbano, arquitetura dos parques públicos**: morfologia, tipologia e potencialidades. 2003, 203f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

OBRAS do CURA desalojam famílias. **A Razão**, Santa Maria, 20/21 dez. 1980, n.º. 53, Ano 47. p. 16.

PELLEGRIN, Ana de. **Os contrastes do ambiente urbano**: espaço vazio e espaço de lazer. 1999. 177f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João. **Políticas urbanas**: tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: CEFA/FCG, 2003. 295 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Livro guia de Santa Maria** - Edição especial: Desenvolver humanizando. Administração Osvaldo Nascimento da Silva: Planejamento - trabalho - realizações (1977-1982). Santa Maria, RS: mai. 1982. 68 p.

_____. **Mapa de implantação geral do Parque Municipal do Itaimbé**. Santa Maria, Ago. 1979. Escala 1:1000.

RECHIA, Aristilda A. **Santa Maria**: panorama histórico cultural. Santa Maria, RS: Associação Santamariense de Letras, 1999. 312 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 157 p. (Estudos Urbanos)

SCHLEE, Mônica Bahia; BENEVELLO, Ronaldo Augusto Coimbra; SOUTO, Maria Anita Fraga; VÁRZEA, Mariana. A transformação da imagem da cidade do Rio de Janeiro através de seus espaços livres públicos: a contribuição da Fundação Parques e Jardins. In: MACHADO, Denise B. Pinheiro (org.). Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. **Herança, identidade e tendências da cidade latino-americana**. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1996. 1182 p.

SERPA, Angelo. **O espaço público e a acessibilidade**: notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004.

SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991. 172 p.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muskat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000. 118p.

SILVA, Márcio Rodrigues. **Pensamento geográfico e geografia urbana: algumas considerações**. Disponível em: <<http://www.jatai.ufg.br/geo/geoambiente/n1/silva.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2006.

SMOLKA, Martim O. Meio ambiente e estrutura intra-urbana. In: MARTINE, George (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. 2. ed., p. 133-147. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1996. 207 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 4. ed. Rio de Janeiro: B. Brasil, 2006. 560 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

TATE, Alan. **Great city parks**. London: S. Press, 2001. 218p.

TELLINI, Maria Angélica Estrella; NADRUZ, Lygia Carneiro. **Parque Moinhos de Vento: equipamento urbano e de lazer**. 1981, 72f. Monografia (Especialização em Turismo e Lazer) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1981.

TOLEDO, Ana Helena Pompeu de; CAVALCANTI, Marli (Orgs.). **Planejamento urbano em debate**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978. 187 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses**: MDT / Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. – 6. ed. rev. e ampl. – Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2006. 67 p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus, BA: Editus, 1999. 596 p.

VILLAÇA, Flávio J. de M. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: E. Nobel/ FAPESP: L. Institute, 1998. 373 p.

WHITAKER, Ben; BROWNE, Kenneth. **Parks for people**. Great Britain: [S.l.: s.n.], 1971. 122 p.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**: por uma política democrática de espaços públicos. São Paulo: Humanitas/FFLCH6/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 548 p.

_____. **Patrimônio ambiental urbano**: refazendo um conceito para o planejamento urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). P. 253-265. Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.

ANEXOS

ANEXO A – Lei Municipal Nº 1376/69, de 10-03-1969

LEI:

Art. 1º - Fica denominada, oficialmente, de Avenida Itaimbé, a atual Avenida conhecida por esse nome, desde o seu início, na rua General Neto, até o Riacho canalizado, no cruzamento com a rua Sete de Setembro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Santa Maria, aos dez (10) dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e nove (1969).

DR. LUIZ ALVES ROLIM SOBRINHO
Prefeito Municipal

ANEXO B – Decreto Executivo N° 85/66, de 14-03-1966

“CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, UM ÁREA”.

O Prefeito Municipal de Santa Maria, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei e de acordo com a proposição da Comissão do Plano Diretor,

DECRETA:

Art. 1º. É considerada de Utilidade Pública, para efeito de desapropriação, a área a seguir limitada: Ao Norte, pela rua Venâncio Aires; ao Sul pela rua Tuiuti; a Leste por uma linha paralela ao eixo do canal do Arroio Itaimbé, distando noventa (90,00) metros do referido eixo; e a Oeste, pela rua Dr. Pantaleão e seu prolongamento até a rua Tuiuti.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua promulgação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Santa Maria, aos quatorze (14) dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e seis (1966).

DR. FRANCISCO ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO C – Decreto Executivo N° 31/69, de 18-11-1969

“DECLARA URGÊNCIA NA IMISSÃO DE POSSE DE UM IMÓVEL”.

O Prefeito Municipal de Santa Maria, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. É considerada urgente a imissão de posse, da área declarada de utilidade pública, pelo Decreto Executivo n° 85/66, de 4 de março de 1966.

Art. 1º. Limitada ao NORTE, pela rua Venâncio Aires, ao SUL, pela rua Tuiuti, a LESTE, por uma linha paralela ao eixo do canal do Arroio ITAIMBÉ, distando noventa (90) metros do referido eixo, e ao OESTE, pela rua Dr. Pantaleão e seu prolongamento até a rua Tuiuti; a área prevista, abrange total ou parcialmente as seguintes propriedades:

- a) 697,57 metros quadrados de Clarindo Alécio;
- b) 583,31 metros quadrados de Ênio Cureau;
- c) 1.327,70 metros quadrados de Miguel Iponema (sucessão de);
- d) 770,00 metros quadrados de Arnaldo Poletto.
- e) 277,20 metros quadrados de Ernesto Cassol.
- f) 430,13 metros quadrados de Joaquim Berleze.
- g) 201,30 metros quadrados de Afonso Mori.
- h) 119,52 metros quadrados de João Fonseca.
- i) 344,21 metros quadrados de Pedro Antonelli.
- j) 820,65 metros quadrados de Rosa Ilha Pacheco.
- l) 524,02 metros quadrados de Manoel Brandão.
- m) 423,57 metros quadrados de José Luiz Faverson (sucessão).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dezoito (18) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove (1969).

LUIZ ALVES ROLIM SOBR°
Prefeito Municipal

ANEXO D – Lei Municipal Nº 3649/93, de 28-05-1993

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAFETAR E DOAR UM IMÓVEL AO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOSÉ HAIDAR FARRET, Prefeito Municipal de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, de conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 99, inciso III, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Serviço Social do Comércio – SESC – Administração Regional do Rio Grande do Sul, o seguinte imóvel: Uma área de terras, com 3.519,894 m², localizada no Parque Itaimbé, zona urbana, contida em um polígono irregular, com as seguintes dimensões e confrontações: ao Oeste, mede trinta e três metros e setenta centímetros (33m70) confronta com a Avenida Itaimbé, no sentido Norte-Sul, deste ponto, a Sudoeste, mede vinte metros e sessenta centímetros (20m60) no sentido Noroeste-Sudeste, com a Av. Itaimbé; deste ponto, ao sul, quatorze metros e trinta e cinco centímetros (14m35) no sentido Oeste-Leste, confronta com o Parque Itaimbé; deste ponto a Sudoeste, trinta e dois metros e sessenta e três centímetros (32m63); no sentido Noroeste-Sudeste, confronta com o Parque Itaimbé; deste ponto, a Sudeste, seis metros e dois centímetros (6m02), no sentido Noroeste-Sudeste confronta com o Parque Itaimbé; deste ponto, ao Sul, três metros e cinco centímetros (3m05), no sentido Noroeste-Sudeste, confronta com o Parque Itaimbé; deste ponto, ao Leste, cinco metros e oitenta e cinco centímetros (5m85), no sentido Nordeste-Sudoeste, confronta com o Parque Itaimbé; deste ponto ao Sul, onze metros e dez centímetros (11m10), no sentido Oeste-Leste, confronta com o Parque Itaimbé; deste ponto, a Leste, dois metros e noventa e oito centímetros (2m98), no sentido Sul-Norte, confronta com propriedade de Bernadete Kurtz; deste ponto, ao Sul, oito metros e oitenta e oito centímetros (8m88), no sentido Oeste-Leste confronta com propriedade de Bernadete Kurtz; deste ponto, a Leste, dez metros e dezessete centímetros (10m17), no sentido Sul-Norte, confronta com propriedade de Paulo Carlos Willy Mader; deste ponto, ao Norte, dez metros e quatro centímetros (10m04), no sentido Leste-Oeste, confronta com propriedade de Alba Azenha; deste ponto, a Leste, vinte e três metros e dezenove centímetros (23m19), no sentido Sul-Norte, confronta com propriedade de Alba Azenha; deste ponto, a Nordeste, onze metros e dois centímetros (11m02) no sentido Sudeste-Nordeste, confronta com propriedade de Alba Azenha; deste ponto, ao Norte, seis metros e setenta centímetros (6m70), no sentido Leste-Oeste, confronta com propriedade de Osvaldo Lemos; deste ponto, a Sudeste, nove metros e noventa centímetros (9m90), no sentido Sudoeste-Nordeste, confronta com propriedade de Osvaldo Lemos; deste ponto, a Nordeste, cinquenta e seis metros (56m00), no sentido Sudeste-Noroeste, confronta com propriedade da RFFSA; deste ponto, a Noroeste, dezenove metros e trinta e seis centímetros (19m36) no sentido Nordeste-Sudoeste, confronta com o Parque Itaimbé, fechando o perímetro, oriunda da matrícula nº 68.499, Livro nº 2 – Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 2º - O imóvel ora doado, destina-se a construção de um Centro de Atividades do SESC.

Parágrafo Único – A presente doação será tornada sem efeito no caso de aproveitamento diverso do imóvel e se as obras não tiverem início no período de um (01) ano a contar da data de promulgação desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Santa Maria, aos vinte e oito (28) dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e três (1993).

JOSÉ HAIDAR FARRET
Prefeito Municipal

ANEXO E – Lei Municipal Nº 4896, de 13-04-2006

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTA MARIA A CELEBRAR CONVÊNIO COM A CÂMARA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS DE SANTA MARIA - CACISM, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DO CENTRO DE EVENTOS DE SANTA MARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALDECI OLIVEIRA, Prefeito Municipal do Município de Santa Maria, Estado do rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, em conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 99, inciso III, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Santa Maria autorizado a celebrar Convênio com a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Santa Maria - CACISM, visando a reestruturação e reorganização de espaços públicos destinados a esporte, cultura, turismo e eventos, através de investimentos para Construção e Administração, em parceria, do Centro de Eventos e do Parque Municipal de Santa Maria.

Parágrafo único. O Convênio referido no “caput” faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. O presente convênio vigorará pelo prazo de 40 (quarenta anos), a contar da publicação de sua súmula, podendo ser renovado por acordo entre as partes por igual período.

Art. 3º. Fica criado o Fundo Municipal do Centro de Eventos de Santa Maria com a finalidade de prover recursos para Construção, Administração e Manutenção do Centro de Eventos.

§ 1º. O Fundo será vinculado a Secretaria de Município de Esportes e Lazer, a quem compete todos os atos administrativos necessários a sua operacionalização e gestão.

§ 2º. Os recursos financeiros do Fundo de que trata o caput serão constituídos de:

I. Receitas provenientes de tributos pela ocupação do espaço público do Centro de Eventos de Santa Maria e dos demais pavilhões ou espaços localizados naquela área;

II. Auxílios, subvenções, doações, dotações orçamentárias e créditos adicionais que venham a ser autorizados ao Município;

III. Recursos captados junto a outros órgãos públicos e privados;

IV. Juros bancários e rendas de capital provenientes de imobilização ou aplicações financeiras do Fundo;

V. Destinação de recursos de receitas próprias do Município no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) anuais, a ser repassado mediante plano de aplicação tendo como finalidade melhorias das estruturas já existentes ou construção de novas;

VI. Destinação de recursos próprios da CACISM no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) anuais, a ser repassado mediante plano de aplicação tendo como finalidade melhorias das estruturas já existentes ou construção de novas.

§ 3º. Os recursos financeiros de que trata o caput serão recolhidos nas agências de Bancos Oficiais, através da conta bancária aberta em nome do Fundo Municipal do Centro de Eventos de Santa Maria.

§ 4º. A conta do Fundo será movimentada mediante Plano de Ação autorizado pelo Conselho Diretor do Fundo.

Art. 4º. Os recursos próprios do Poder Público Municipal para os investimentos decorrentes desta lei têm previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

1701 - Secretaria Geral do Governo

04.122.0011.2120 - Manutenção de Convênios e Parceria.

Art. 5º. O Conselho Diretor do Fundo Municipal do Centro de Eventos de Santa Maria terá a seguinte composição:

- I. Prefeito Municipal - Presidente;
- II. Presidente da CACISM;
- III. Três representantes do Poder Executivo Municipal indicados pelo Prefeito Municipal;
- IV. Três representantes da CACISM indicados pelo seu Presidente.

Art. 6º. São atribuições do Conselho Diretor do Fundo Municipal do Centro de Eventos de Santa Maria:

- I. Definir o Plano de Ação e de Aplicação dos recursos do Fundo;
- II. Reorganizar e reestruturar o espaço físico onde se localizará o Centro de Eventos de Santa Maria;
- III. Definir o calendário de ocupação do Centro de Eventos de Santa Maria;
- IV. Analisar e aprovar, bimestralmente, a prestação de contas dos recursos do Fundo;
- V. Coordenar e fiscalizar a administração, gestão e manutenção do Centro de Eventos.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Senhor Prefeito Municipal de Santa Maria, aos treze (13) dias do mês de abril do ano de dois mil e seis (2006).

VALDECI OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO F – Fotografias da área destinada ao novo parque municipal de Santa Maria

Fonte: Fotografado pela autora em 8 mar. 2007

ANEXO G – Fotografia aérea oblíqua do Itaimbé antes da construção do parque, no sentido N-S



Fonte: Arquivo pessoal de Andrey Rosental Schlee

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)